



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

BEATRIZ PATRÍCIA DE LIMA LEVEL

**O “NÓS” E O “OUTRO” NAS RELAÇÕES DE TRABALHO DE VENEZUELANOS E
HAITIANOS EM BOA VISTA – RORAIMA**

BOA VISTA - RR

2020

BEATRIZ PATRÍCIA DE LIMA LEVEL

**O “NÓS” E O “OUTRO” NAS RELAÇÕES DE TRABALHO DE VENEZUELANOS E
HAITIANOS EM BOA VISTA – RORAIMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Sociedade e Fronteiras, na área de concentração Sociedade e Política.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Jarochinski Silva

BOA VISTA - RR

2020

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

L732n Level, Beatriz Patrícia de Lima.
O “nós” e o “outro” nas relações de trabalho de venezuelanos e haitianos em Boa Vista – Roraima / Beatriz Patrícia de Lima Level. – Boa Vista, 2020.
132 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Jarochinski Silva.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.


1 – Migração. 2 – Trabalho Informal. 3 – Racismo. 4 – Xenofobia. I – Título. II – Silva, João Carlos Jarochinski (orientador).

CDU – 331.556.46(811.4)

BEATRIZ PATRÍCIA DE LIMA LEVEL

**O “NÓS” E O “OUTRO” NAS RELAÇÕES DE TRABALHO DE VENEZUELANOS E
HAITIANOS EM BOA VISTA – RORAIMA**

Dissertação apresentada como pré-requisito para a conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima como requisito para obtenção do grau de Mestre em Sociedade e Fronteiras, na área de concentração Sociedade e Política. Defendida em 28 de agosto de 2020 e avaliada pela seguinte banca examinadora.


Prof. Dr. João Carlos Jarochinski Silva
Orientador/Presidente


Prof.ª Dr.ª Rosana Baeninger
Membro Externo - UNICAMP


Prof.ª Dr.ª Marcia Maria de Oliveira
Membro Interno – PPGSOF/UFRR

Ao meu avô Raimundo Nonato de Lima
(In memoriam)

AGRADECIMENTOS

A todos os migrantes venezuelanos e haitianos que se dispuseram a compartilhar um pouco de suas histórias e condições de trabalho comigo. Sou grata pelos momentos de escuta que vocês me possibilitaram e que geraram valiosas reflexões, tanto para este estudo, como para minha vida pessoal.

Ao professor Dr. João Carlos Jarochinski Silva, meu orientador, pela enorme paciência e compreensão, por não ter perdido a fé neste trabalho, ainda quando em diferentes momentos eu tenha questionado se conseguiria. Gratidão pelas palavras de incentivo e pela confiança!

Aos Professores e à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, pelos momentos de trocas valiosas e apoio oferecidos. Foram dois anos e quatro meses de muito aprendizado.

Às professoras Dra. Márcia Maria de Oliveira e Dra. Rosana Baeninger, pela valorosa contribuição durante a banca de qualificação desse estudo.

À toda equipe da Universidade do Algarve (Portugal) pelo apoio logístico e emocional oferecido para que a minha estadia em Faro fosse a melhor possível, em especial a senhora Carmem, responsável pelas meninas do “rés do chão”, na Residência Universitária do Campus da Penha, pelo cuidado e preocupação que teve comigo durante todo o tempo em que estive na RESU.

Ao professor Dr. João Filipe Marques, pelos valiosos aprendizados na disciplina Racismo e Etnicidade. Todos os debates que tivemos em sala de aula foram muito importantes na construção deste trabalho e possibilitaram que eu pudesse me abrir para uma temática que deve ser melhor aprofundada – principalmente em um país onde o racismo é estrutural – e com a qual não tinha nenhuma familiaridade.

Aos meus colegas nesta caminhada, tanto da turma 2018 do PPGSOF como da turma do Mestrado em Sociologia da UAlg. Agradeço a oportunidade de poder compartilhar momentos importantes com vocês.

À Ana, minha amiga e companheira de todas as horas, minha maior incentivadora. Não existem palavras que expressem tudo o que você representa na minha vida. Gratidão por todas as horas que dedicou em meu auxílio para que esta dissertação pudesse ser a melhor possível.

À minha família, Zeca, Mica, Augusto, Ariel, vó Marli, vocês são tudo para mim. Gratidão pelo incentivo e por compreenderem minha ausência.

Resistiré – (Duo Dinámico)

Cuando pierda todas las partidas
Cuando duerma con la soledad
Cuando se me cierren las salidas
Y la noche no me deje en paz
Cuando sienta miedo del silencio
Cuando cueste mantenerme en pie
Cuando se rebelen los recuerdos
Y me pongan contra la pared
Resistiré, erguido frente a todo
Me volveré de hierro para endurecer la piel
Y aunque los vientos de la vida soplen fuerte
Soy como el junco que se dobla
Pero siempre sigue en pie
Resistiré, para seguir viviendo
Soportaré los golpes y jamás me rendiré
Y aunque los sueños se me rompan en pedazos
Resistiré, resistiré
Cuando el mundo pierda toda magia
Cuando mi enemigo sea yo
Cuando me apuñale la nostalgia
Y no reconozca ni mi voz
Cuando me amenace la locura
Cuando en mi moneda salga cruz
Cuando el diablo pase la factura
O si alguna vez me faltas tú
Resistiré, erguido frente a todo
Me volveré de hierro para endurecer la piel
Y aunque los vientos de la vida soplen fuerte
Soy como el junco que se dobla
Pero siempre sigue en pie
Resistiré, para seguir viviendo
Soportaré los golpes y jamás me rendiré
Y aunque los sueños se me rompan en pedazos
Resistiré, resistiré

RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender as relações de trabalho dos migrantes venezuelanos e haitiano frente às adversidades que essas pessoas enfrentam pelo simples fato de serem migrantes. Nosso propósito, então, foi analisar as condições de trabalho dessas pessoas, identificando se o racismo/xenofobia era um fator que influenciava suas condições laborais e consequentemente as relações que estes estabeleciam na cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima. A pesquisa teve como justificativa o aumento e intensificação da migração internacional para o município de Boa Vista e frente a isso a necessidade de se entender esse processo migratório, tanto para os sujeitos migrantes, quanto para a sociedade boavistense. A metodologia utilizada foi qualitativa e a seleção dos entrevistados foi intencional de caráter qualitativo. Utilizando a técnica de entrevista semiestruturada, ao todo foram entrevistadas 25 pessoas. Também fizemos uso da técnica de observação participante e de campo-tema. O método de análise das entrevistas foi a Análise Textual Discursiva – ATD. Ao longo da pesquisa, chegamos à conclusão de que as condições de trabalho dos migrantes venezuelanos e haitianos na cidade são precárias; os trabalhos realizados por eles são, majoritariamente, no setor informal; e que estes migrantes, na maioria dos casos, sofrem com o racismo/xenofobia infrapolítica, o que afeta diretamente todas as relações que estes estabelecem na cidade, entre elas, as relações laborais, foco deste estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Migração; Trabalho Informal; Racismo; Xenofobia

ABSTRACT

This study aimed to understand the working relationships of Venezuelan and Haitian migrants in the face of the adversities that these people face simply because they are migrants. Our purpose, then, was to analyze the working conditions of these people, identifying whether racism / xenophobia was a factor that influenced their working conditions and consequently the relationships they established in the city of Boa Vista, capital of the state of Roraima. The research was justified by the increase and intensification of international migration to the municipality of Boa Vista and in view of this, the need to understand this migratory process, both for migrant subjects and for society in Boa Vista. The methodology used was qualitative and the selection of respondents was intentional of a qualitative character. Using the semi-structured interview technique, a total of 25 people were interviewed. We also used the technique of participant observation and field-theme. The method of analysis of the interviews was the Textual Discursive Analysis - TDA. Throughout the research, we concluded that the working conditions of Venezuelan and Haitian migrants in the city are precarious; the jobs they do are mostly in the informal sector; and that these migrants, in most cases, suffer from infrapolitic racism / xenophobia, which directly affects all the relationships that they establish in the city, including labor relations, the focus of this study.

KEY WORDS: Migration; Informal Work; Racism; Xenophobia

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Rota migratória dos migrantes haitianos que passam pela cidade de Boa Vista	40
Figura 2 - Banner de chamada para manifestação anti-imigração em Boa Vista.....	76
Figura 3 - Praça Simon Bolívar, antes e depois da reforma	84
Figura 4 - Migrante venezuelano com cartaz a procura de trabalho	96
Figura 5 - Gráficos dos cinco DTMs sobre a situação laboral de migrantes em Roraima no período de março de 2018 a novembro de 2019.....	98
Figura 6 - Comparação dos gráficos da quantidade de salário recebido pelos migrantes em Roraima do primeiro e quinto DTM.....	99
Figura 7 - Gráfico situação de trabalho X tempo no país.....	100
Figura 8 - Aviso proibindo a presença de venezuelanos em frente ao supermercado	114
Figura 9 - “Cartaz” de oferta de serviços de pintura	116

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ATD	Análise Textual Discursiva
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPF	Cadastro de Pessoa Física
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEIFRON	Grupo de Estudos Interdisciplinar sobre as Fronteiras
HGR	Hospital Geral de Roraima
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IMDH	Instituto Migrações e Direitos Humanos
MEI	Micro Empreendedor Individual
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIS	Organizações Internacionais
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PDVSA	Petróleos de Venezuela
PIB	Produto Interno Bruto
PTRIG	Posto de Interiorização e Triagem
R4V	Plataforma de Resposta a Venezuelanos e Venezuelanas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
UAlg	Universidade do Algarve (Portugal)
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFRR	Universidade Federal de Roraima (Brasil)
UNAMA	Universidade da Amazônia (Brasil)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. DEBATES E CONTEXTOS	23
1.1. Movimento migratório: debates e conceitos	23
1.2. Crises e mobilidade humana	25
1.3. Migração de haitianos	30
1.3.1. Contextualizando o Haiti	30
1.3.2. Haitiano: o sujeito diáspora	32
1.3.3. Migração haitiana para o Brasil	34
1.3.4. Migração haitiana para Boa Vista	37
1.4. Migração de venezuelanos	42
1.4.1. Contextualizando a Venezuela	42
1.4.2. Por que venezuelanos estão migrando?	45
1.4.3. Migrações de venezuelanos para o Brasil e para Boa Vista	48
2. MOBILIDADE HUMANA, NACIONALISMO E RACISMO	53
2.1. Nacionalismo e racismo	54
2.2. Por que usar o racismo como conceito analítico?	57
2.3. A ideia de “raça” e os conceitos de racismo	60
2.4. Racismo/Xenofobia institucional	67
2.5. A estigmatização do migrante na cidade de Boa Vista	75
3. O LABOR DO MIGRANTE VENEZUELANO E HAITIANO	87
3.1. Trabalho: categorial em processo de metamorfose	88
3.2. As condições de trabalho no contexto neoliberal	91
3.3. O labor do migrante em Boa Vista	96
3.3.1. O labor do haitiano	103
3.3.2. O labor do venezuelano	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	123

INTRODUÇÃO

Na sociedade boavistense o migrante nem sempre é recebido com receptividade, aos olhos de algumas pessoas, o “estrangeiro” que não possui um trabalho não deveria permanecer na cidade. Como aponta Sayad (1998) a condição específica de “ser migrante” aos olhos da sociedade que o recebe é a do sujeito provisório, e que só tem razão de ser em sua condição de trabalhador, pois uma vez fora desta condição, o imigrante não deveria mais permanecer na sociedade destino, mas sim retornar ao seu país de origem. Sendo assim, o migrante é visto como parte provisória na cidade e, por isso, não se deve despendar tempo em criar condições para sua permanência.

Por conta desta construção social do ser migrante mencionada por Sayad (1998), aqueles migrantes que se encontram em situações de vulnerabilidade, por ter necessidade de sobrevivência e aceitação, têm que aceitar trabalhos que, muitas vezes, estão abaixo da qualificação que possuem, com alto grau de exploração, salários inferiores e com jornadas de trabalhos superiores às praticadas pelos demais trabalhadores. Entender como este processo funciona com relação aos migrantes venezuelanos e haitianos na cidade de Boa Vista foi um dos motivos que nos levou a empreender esta pesquisa, como passamos a explicar a seguir.

O interesse para com a temática das migrações vem desde o ano de 2015 quando, ainda estudante de graduação do Curso de Ciências Sociais, fui convidada a ingressar no Grupo de Estudos Interdisciplinar sobre Fronteiras – GEIFRON. Nesse período estive junto ao grupo, em trabalho de campo, pesquisando a migração de trabalhadores brasileiros para os garimpos da Venezuela (no ano de 2015). No mesmo período também participei, com o mesmo grupo, de uma pesquisa de campo para saber as condições de trabalho de brasileiros que estavam prestando serviços nas lojas da cidade de Lethem, na República Cooperativa da Guiana.

Na conclusão do curso de Ciências Sociais, por já estar envolvida com o estudo das migrações nas fronteiras de Roraima, desenvolvi pesquisa com o tema da migração em uma interlocução com o trabalho, analisando especificamente as relações de trabalho dos migrantes haitianos em Boa Vista. Ao longo do ano de 2017, 2018 e 2019 fui contratada como agente de pesquisa horista para participar de várias pesquisas encomendadas por agências internacionais, estando diretamente vinculada em trabalhos com a Organização Internacional para as Migrações – OIM e a ONG Visão Mundial. Além disso, estou, desde 2019, vinculada ao Instituto Migrações e Direitos Humanos –

IMDH, trabalhando diretamente no atendimento a mulheres e crianças migrantes, principalmente de nacionalidade venezuelana.

Por estar tão próxima da temática e com acesso a fontes que me permitiram fazer algumas reflexões prévias com relação a migração para o estado de Roraima, o interesse por entender melhor essa temática foi intensificado e de certa forma facilitado por conta das relações estabelecidas anteriormente. Nesses anos em que meu interesse pela temática das migrações estava despertando, também foi o período em que o número de migrantes internacionais para Boa Vista sofreu um aumento significativo. Desde 2016 a grande entrada de venezuelanos pela fronteira com Pacaraima ocasionou um grande “alarde” no governo e na sociedade boavistense e roraimense em geral. Além da entrada de venezuelanos, também foi possível perceber, durante esse período, a entrada significativa de migrantes de outras nacionalidades como os haitianos e, em menor número, migrantes cubanos, bengaleses, sírios, dominicanos e outros.

A posição geográfica que a cidade de Boa Vista ocupa, como a capital de um estado que faz fronteira com dois países, fez com que a sociedade que ocupa esse espaço precisasse repensar sua maneira de lidar com o “Outro” para fazer frente à demanda crescente de imigrantes que adentram a cidade. Por conta disso, a questão das migrações tornou-se um assunto muito discutido em Roraima e para aprofundar o debate para não corroborar com os discursos sem base científica, propagados pelo senso comum, pensamos que é relevante compreender melhor a temática, uma vez que é necessário entender a repercussão dessa mobilidade para a sociedade boavistense e para os sujeitos dessa migração.

Importante salientar que, no primeiro momento, quando do início do projeto para a seleção de mestrado, a intenção que tínhamos era aprofundar a pesquisa iniciada na graduação, seguindo o mesmo traçado delineado anteriormente, com o acréscimo de estender a análise também aos migrantes venezuelanos. Assim teríamos uma pesquisa que tinha como proposta analisar as relações de trabalho dos migrantes venezuelanos e haitianos em Boa Vista.

Durante a realização das disciplinas do mestrado fui fazer um período de estudo na Universidade do Algarve, em Portugal, e nessa mobilidade fiz uma disciplina intitulada “Racismo e Etnicidade”, que despertou meu interesse por entender melhor a questão do racismo na sociedade em que vivemos. Esse despertar veio em uma hora bastante crucial para o projeto, uma vez que se aproximava a qualificação. Achamos interessante propor essa análise, uma vez que estava claro, pelos discursos governamentais e midiáticos, um

posicionamento marcado por preconceitos, com forte eco na sociedade boavistense, com relação aos migrantes na cidade.

Partindo dessa premissa é que pensamos que o estudo das relações de trabalho dos migrantes venezuelanos e haitianos na cidade de Boa Vista, em uma interlocução com o conceito de racismo, poderia ser uma contribuição importante tanto do ponto de vista acadêmico quanto social, pois a nosso ver pode permitir um melhor entendimento da dinâmica das relações laborais no município de Boa Vista.

Dessa forma, e por conta da visão adotada neste trabalho, de que o sistema capitalista é composto por “formações predatórias”¹ de natureza sistêmica e, por conseguinte, afeta todos os países, expandindo sua capacidade de exploração da força de trabalho, acreditamos que se faz cada vez mais necessário aprimorar o entendimento das relações laborais e, principalmente, com relação às pessoas que se encontram na condição de migrantes, por estes estarem inseridos em uma situação de dupla vulnerabilidade, seja por não possuírem cidadania política no local onde residem, seja por estarem, em grande parte, em situações de migrações forçadas, em uma dinâmica na qual ocupam, normalmente, a base da pirâmide social.

Sendo a migração um processo complexo e diverso, foi necessário realizar alguns cortes espaciais para levar a cabo um trabalho que tem como pretensão compreender parte desse processo.

A cidade de Boa Vista, no estado de Roraima, é formada, em sua maioria, por migrantes, uma vez que se trata de uma cidade cuja população é constituída por pessoas originárias de outros estados do país, em particular do Nordeste brasileiro. Entretanto, a migração de haitianos, em um primeiro momento, e depois a expressiva chegada de venezuelanos, que continua a ocorrer, constituem processos relativamente recentes para a cidade. Acrescentamos, que embora essa migração seja recente, Boa Vista figura, a muito, como lugar de passagem e residência para diversos migrantes internacionais, uma vez que é a capital de um estado que faz fronteira com dois países: República Bolivariana de Venezuela e República Cooperativa da Guiana.

Há que salientar, também, que a cidade faz parte da região amazônica que, como já apontava Oliveira (2015), é uma área em que existe considerável movimento migratório internacional, desafiando o Estado Nacional agir de modo a corresponder com a

¹ Expressão usada por Saskia Sassen (2016) que será mais bem explicada no capítulo intitulado Debates e Contextos.

mobilidade para a região. Isso, na prática, significa um verdadeiro desafio para a população que vive na Amazônia que, em via de regra, tem que enfrentar cotidianamente os descasos dos seus governantes para com os serviços públicos, fator que atinge sobremaneira as pessoas em mobilidade na região.

O estado de Roraima há bastante tempo vem recebendo migrantes internacionais, embora em pequenas quantidades, de países como o Peru e a República Cooperativa da Guiana. O trânsito de migrantes da Venezuela e Haiti, porém, se notabilizou nos últimos cinco anos, a partir de 2015, em função do grande volume motivo pelo qual escolhemos estes migrantes para a nossa pesquisa.

Quanto à escolha da categoria de análise racismo/xenofobia, além das motivações já citadas anteriormente, tivemos um *start* após a leitura de um relatório publicado pela IPSOS (2019) intitulado *Perigos da Percepção 2018*, o qual informava que os brasileiros superestimam a quantidade de imigrantes que vivem no país. Esse relatório acrescido de algumas leituras que fizemos durante a mobilidade na disciplina “Racismo e Etnicidade” nos fizeram entender que a quantidade superestimada de imigrantes pelos brasileiros quando associada a fatores políticos e de falta de infraestrutura, em geral mal gerenciadas pelo Estado, “apontam para a implícita discriminação e xenofobia contra o ‘outro’ [...]”, em particular com aqueles que se encontram vivendo em condições precárias. Isso tem levado a situações de racialização dos imigrantes, demonstrando a não existência da construção de ações políticas mais efetivas em relação a estes fatos no Brasil (FELDMAN-BIANCO, 2018, p. 24).

Dentre muitas situações, o racismo corrobora para empurrar os imigrantes a aceitarem trabalhos mais precarizados. Segundo pesquisa elaborada pela OIM (2019) em novembro de 2019, de um total de 1.767 entrevistas 57% dos entrevistados tinha o Ensino Médio completo e outros 22% formação Técnica ou Superior. Entretanto, apesar de possuírem alguma formação profissional, desse total 59% encontravam-se desempregados e outros 29% estavam exercendo alguma atividade como autônomo, ou seja, inseridos no mercado informal, somente 11% dos entrevistados tinham um emprego fixo. Salientamos, ainda, que do total de pessoas que estavam exercendo alguma atividade remunerada – seja ela autônoma ou fixa – 72% estavam recebendo menos que um salário-mínimo.

Essa percepção corroborou para continuarmos a priorizar a categoria Trabalho como uma categoria muito importante para nossa análise. Inicialmente essa era a nossa categoria principal, e ao longo das leituras e disciplinas foi que nossa percepção quanto a

análise que poderia ser feita foi tomando forma e decidimos unir ambas as categorias mencionadas acima.

A partir disso buscamos, na pesquisa entender as relações de trabalho dos migrantes venezuelanos e haitianos na cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, frente às adversidades que essas pessoas enfrentam pelo simples fato de serem migrantes internacionais. Nosso propósito foi, então, analisar as perspectivas de condições de vivência e convivência com a sociedade boavistense desses migrantes e como isso afeta as relações de trabalho que eles estabeleceram na cidade, levando em consideração suas particularidades.

É importante esclarecer que não tivemos pretensão de fazer uma análise comparativa entre migrantes venezuelanos e haitianos, apenas escolhemos delimitar entre os dois grupos porque desde o ano de 2015 eles representam o maior contingente de migrantes que chegou e se fixou no estado.

Quanto aos sujeitos da pesquisa, ambos os grupos que estudamos chegaram ao Brasil em datas distintas uns dos outros.

Os haitianos começaram a migrar em um número mais considerável para o Brasil em 2010 por conta de um terremoto de grandes proporções que atingiu o Haiti. Em relação à migração haitiana para Boa Vista, verificamos que parte destes migrantes não veio diretamente do Haiti, mas da Venezuela, e decidiram sair desse país por conta da crise econômica-política que se agravou nos últimos anos dentro do país sul americano, provocando escassez de alimentos e de serviços essenciais para a sobrevivência da população. Essas pessoas, portanto, foram duplamente atingidas por questões econômico-políticas, tanto em seus países de origem, como no país que escolheram migrar, tendo que estender o processo migratório para outro país.

Assim, também, pelas mesmas razões que levou os haitianos a saírem da Venezuela – isto é, a crise econômico-política, os venezuelanos decidiram migrar de seu país, tendo também Boa Vista como um dos destinos, tanto com a intenção de se estabelecer como de utilizar a cidade como rota para entrar em outras cidades do Brasil ou países vizinhos, como Peru, Chile e Argentina.

Como mencionado acima, nosso interesse inicial nos migrantes haitianos e venezuelanos tem a ver com a quantidade de indivíduos dessas nacionalidades que adentraram a cidade de Boa Vista. Resumidamente, esse foi o motivo desses grupos serem selecionados. No capítulo intitulado Debates e Contextos nos deteremos um pouco mais sobre essa escolha, descrevendo brevemente o contexto histórico-político-econômico que

os fizeram migrar e a situação desses sujeitos em Boa Vista.

Para o desenvolvimento da pesquisa optamos por utilizar a metodologia qualitativa, desde a escolha dos sujeitos, a análise dos dados até a redação final da dissertação. Pois a utilização dessa abordagem possibilitou o aprofundamento da análise de questões relacionadas ao estudo, por meio da máxima valorização do contato direto com a situação estudada (GIL, 2002).

Tendo como norte de pesquisa o método qualitativo, um dos primeiros passos que fizemos foi situar as principais zonas e setores de trabalho informal em que os migrantes venezuelanos e haitianos em Boa Vista trabalhavam. Pela menor quantidade e conhecimento prévio obtidos em pesquisa anterior², também por terem uma rede bem mais articulada na cidade de Boa Vista, foi mais fácil localizar os setores de trabalho dos migrantes haitianos. Eles se concentram no setor informal, em grande quantidade, no centro comercial antigo e na Feira do Produtor. Já os migrantes venezuelanos estão nos mais diversos lugares e em maior quantidade, sendo possível encontrar agrupamento desses migrantes em frente a um supermercado na Avenida das Guianas, também na Feira do Produtor e nos sinais ao longo da Avenida das Guianas e Venezuela.

Além disso, para encontrar os sujeitos que interessavam a nossa pesquisa recorremos a informações em documentos disponibilizados pelo *Instituto de Migrações e Direitos Humanos* – IMDH dirigido pela irmã Rosita Milesi; pelo *Grupo de Trabalho – GT- Trabalho*³, em que participam diversas instituições; e por meio da *ONU - Mulheres* que coordenou projetos de empoderamento e empreendedorismo com mulheres migrantes venezuelanas entre os anos de 2018 e 2019. Também fizemos uso de algumas informações vinculadas por meio de matérias jornalísticas.

O objetivo geral de nossa pesquisa foi ‘Compreender a ocorrência do racismo/xenofobia nas relações de trabalho de venezuelanos e haitianos em Boa Vista – RR’. Este foi o norte de nosso trabalho em todas as etapas, desde a elaboração do roteiro de entrevista até a redação deste texto. Para chegar a este objetivo dividimos ainda o objetivo geral em outros três objetivos menores, a saber: 1) entender como é o processo de inserção desses migrantes no mercado de trabalho; 2) identificar as relações e

² Pesquisa realizada durante a graduação para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC no Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima.

³ GT – Trabalho Roraima foi criado devido as demandas de acesso ao mercado de trabalho e geração de renda, também por conta das denúncias de exploração para construir respostas e coordenar os atores envolvidos com essa temática. O GT é co-coordenado e mantido pela Organização Internacional para as Migrações e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Todas as ações do GT são reportadas dentro das reuniões gerais da Operação Acolhida.

condições as quais esses migrantes estão submetidos; e 3) examinar possíveis ocorrências de racismo nas relações laborais experimentadas por esses migrantes e verificar se nessas relações a condição social e as redes de sociabilidade são fatores de influência. Para dar conta dos objetivos traçados, fez-se necessário empreender uma pesquisa de campo. A seleção dos entrevistados foi intencional e de caráter qualitativo.

Em um primeiro momento nossa pretensão era fazer as entrevistas em horário oposto ao horário de trabalho das pessoas entrevistadas, pois em nosso entendimento ao entrevistá-los no local de trabalho poderíamos obter informações que continham distorções. Na grande maioria das entrevistas, infelizmente, não foi possível realizá-las da forma como tínhamos proposto, porém com o decorrer do trabalho de campo percebemos que isso não configurou problema, pois as entrevistas acontecerem de maneira tranquila, sem que o entrevistado apresentasse situação desconfortável, pois todas as entrevistas foram previamente agendadas com cada um dos sujeitos selecionados.

O roteiro de entrevista foi semiestruturado, uma vez que este tipo de entrevista permite maior flexibilidade com relação as perguntas elaboradas, e mesmo a conversa partindo de um roteiro, ao longo da entrevista foi possível alterar ou acrescentar outros questionamentos, de acordo com o rumo da conversa e entender melhor o que o interlocutor tinha a dizer que corroborasse com os nossos objetivos. De forma que este formato de entrevista foi ideal para aprofundar o que os interlocutores queriam expressar sobre determinada temática específica, captando da melhor forma possível a fala dos sujeitos pesquisados.

Por ter consciência que esse formato de entrevista é bastante dinâmico, optamos por capturar com precisão a fala dos entrevistados com a finalidade de garantir um distanciamento entre as impressões no momento da conversa, enquanto se faz a entrevista, e depois de um tempo, quando da escuta, em um segundo momento, de forma que optamos por gravar cada entrevista quando previamente consentindo pelo interlocutor. As entrevistas foram registradas em áudio, sendo transcritas conforme normas da ABNT. Os entrevistados assinaram o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme estabelecido pelas normas do Comitê de Ética da Universidade Federal de Roraima.

O formato de entrevistas que utilizamos, após a transcrição dos áudios, produziu uma quantidade significativa de dados. Portanto, para não fugir dos objetivos propostos pela pesquisa, fez-se necessário adotar um método de análise de dados que nos fizesse

retomar os questionamentos iniciais e refletir sobre as categorias de análises, bem como, intermediar a descrição e interpretação do conteúdo em análise.

Por isso que, quanto a sistematização e análise das entrevistas, utilizamos a Análise Textual Discursiva – ATD que

é descrita como um processo que se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado. Estas unidades por si mesmas podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador. Neste movimento de interpretação do significado atribuído pelo autor exercita-se a apropriação das palavras de outras vozes para compreender melhor o texto. Depois da realização desta unitarização, que precisa ser feita com intensidade e profundidade, passa-se a fazer a articulação de significados semelhantes em um processo denominado de categorização. Neste processo reúnem-se as unidades de significado semelhantes, podendo gerar vários níveis de categorias de análise. A análise textual discursiva tem no exercício da escrita seu fundamento enquanto ferramenta mediadora na produção de significados e por isso, em processos recursivos, a análise se desloca do empírico para a abstração teórica, que só pode ser alcançada se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos. Este processo todo gera meta-textos analíticos que irão compor os textos interpretativos. [...] (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 118)

A escolha da ATD como método no processo de sistematização e análise dos dados foi importante na interpretação dos dados obtidos, pois sua utilização se manifestou como uma ferramenta aberta, que como aponta Moraes (2003) se utilizando da hermenêutica, auxilia o pesquisador a compreender o conteúdo do que está sendo analisado de forma plural.

Nos deteremos um pouco mais falando da ATD para elucidar como funciona este método de análise e como ele nos ajudou no nosso processo de análise dos dados. A Análise Textual Discursiva se fundamenta em três pilares que dependem uns dos outros para dar coerência a análise. São eles: a unitarização, a categorização e a comunicação. A unitarização é a primeira fase do processo, é a parte em que se realiza o processo de isolamento das ideias sobre o tema da pesquisa que foram verbalizados pelos interlocutores. Nesta fase ainda não se categoriza, porque

unitarizar é interpretar e isolar idéias elementares de sentido sobre os temas investigados. Constitui leitura cuidadosa de vozes de outros sujeitos, processo no qual o pesquisador não pode deixar de assumir suas interpretações. [...] (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 123).

Nessa etapa, simplesmente separamos as falas dos interlocutores em partes concatenando as ideias semelhantes, independentemente da pergunta a qual ela se referia, porém ainda sem estabelecer conexões categóricas entre elas.

Após a primeira etapa, começou o processo de categorização. Esta é a fase de juntar o conteúdo que é similar, nomeá-los e estabelecer, portanto, seus grupos

categoricos. Por meio da interdependência das fases desse processo analítico, as categorias estão sempre sendo aprimoradas. (Moraes, 2003). Nas palavras de Moraes e Galiuzzi (2006, p. 125), uma categoria na ATD “representa um conceito dentro de uma rede de conceitos que pretende expressar novas compreensões”.

Aqui, começamos a categorizar. Como ponto de partida e levando em consideração nossos objetivos as primeiras palavras com as quais buscamos aglutinar as falas foram: “Trabalho”, “Racismo”, “Xenofobia”. A partir da leitura das falas foram surgindo outras palavras/expressões importantes que foram chamando nossa atenção, como: “ganhar menos do que deveria”, “realização”, “volta pra sua terra”, “exploração”, “humilhado”, “oportunidade”, “xingar” e que viraram subcategorias de nossa análise. Com base nessas palavras e expressões fomos traçando nossa análise e então partimos para a última fase do método.

Na última fase, a comunicação, foi o momento em que, com o auxílio das duas ferramentas anteriores e seu arcabouço teórico, produzimos os textos iniciais, aos quais Moraes e Galiuzzi (2006) denominam como meta-textos. Nesta fase a ideia é que os meta-textos produzidos sejam desenvolvidos de acordo com as categorias e subcategorias, e que este conjunto de textos possam ser o *start* para a redação interpretativa dos dados. (Moraes, 2003).

Nossa pretensão com a utilização deste método de análise foi buscar compreender a interpretação derivada das entrevistas em sua totalidade, tentando não analisar o conteúdo de forma fragmentada.

Além do método da ATD, por ser tratar também de um tema de pesquisa em que os sujeitos pesquisados fazem parte do nosso cotidiano, uma vez que trabalhamos diretamente prestando serviços para a população migrante, optamos também por utilizar o conceito de campo-tema, pois concordamos com o autor Peter Spink (2003, p. 28) quando afirma que fazer um trabalho de campo não está associado ao lugar em que se propõem fazer a pesquisa, “um lugar para se fazer observações”, no nosso caso, os lugares onde foram realizadas as entrevistas, mais que o lugar do campo “[...] são as redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros. [...]” (Ibidem, p. 36).

O campo-tema, é, portanto, “[...] um espaço criado – [...] – herdado ou incorporado [...]. (é um espaço) [...] debatido e negociado, [...] dentro de um processo que também tem lugar e tempo. [...]” (SPINK, 2003, p. 28). Acreditamos, portanto, que utilizar os dados que observamos no cotidiano em nosso trabalho para corroborar com a

análise da pesquisa trará contribuições positivas para análise final.

Dessa forma, além do conceito de campo-tema, também lançamos mão, como complemento da análise sobre o conteúdo pesquisado, da técnica de observação participante, que é considerada uma coleta de dados para conseguir informações de determinados aspectos da realidade e que ajuda o pesquisador a “[...] identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (MARCONI; LAKATOS, 1996, p. 79).

Tais métodos foram importantes em condições em que, no atendimento realizado junto aos migrantes, surgiam situações que estavam diretamente relacionadas aos objetivos das pesquisas e que seriam de grande relevância serem relatados, sempre é claro com a devida autorização do sujeito em questão.

Até aqui discorreremos sobre a forma como estruturamos e analisamos a pesquisa. A seguir apresentamos, então, o conteúdo de cada capítulo que compõe esta dissertação.

No capítulo um, intitulado Debates e Contextos, consideramos importante situar o processo migratório em curso no contexto da crise do sistema capitalista no mundo, que vem a cada ciclo aprimorando as formas e possibilidades de exploração do trabalhador e, por conseguinte, transformando e ampliando os mecanismos de precarização da força de trabalho. Também achamos importante contextualizar a migração venezuelana e haitiana para o Brasil e para Boa Vista e refletir sobre o porquê destas pessoas estarem deixando o seu país de origem para viver em outro lugar.

Com esse intuito, em um primeiro momento deste capítulo, discorreremos sobre a mobilidade humana e as crises do sistema capitalista. Em um segundo momento, contextualizamos os processos migratórios atuais de venezuelanos e haitianos para o Brasil e para a cidade de Boa Vista, dialogando com autores que tentam entender as razões da migração dessas pessoas para outros países. Pretendemos com isso, apresentar, primeiramente, um breve panorama da situação em análise abrangendo um aspecto mais geral e global das causas dos processos migratórios contemporâneos.

No capítulo dois, intitulado Mobilidade Humana, Nacionalismo e Racismo, apresentamos o espaço laboral como um dos ambientes propícios para o surgimento do racismo. Na primeira parte discorreremos sobre a relação entre nacionalismo e racismo e como neste contexto a formação do Estado-nação reconfigurou a forma como pensamos o “Outro”. Em seguida apresentamos os conceitos que estamos utilizando para pensar sobre o racismo e o porquê de elegermos esta categoria analítica para pensar as relações estabelecidas entre boavistenses e migrantes. Para a partir disto, então, começamos a

analisar essas relações na cidade de Boa Vista, foco das duas últimas seções.

No terceiro e último capítulo desta dissertação abordamos a categoria Trabalho, pois esta é outro eixo de nossa pesquisa. Consideramos que continua sendo pertinente estudar esta categoria, uma vez que ela continua sendo fundamental para entender as formas como as relações humanas são constituídas. Por isso, no primeiro momento deste capítulo fizemos uma abordagem conceitual do significado do trabalho para o a constituição do sujeito. No segundo momento partimos para analisar as relações estabelecidas após as transformações ocorridas no final do século XX no processo de reestruturação produtiva e consequente aumento da precarização do trabalho. Na última parte apresentamos o perfil de nossos interlocutores e os setores de trabalho do qual fazem parte.

1. DEBATES E CONTEXTOS

Consideramos importante situar o processo migratório em curso no contexto da crise do sistema capitalista no mundo, que vem a cada ciclo aprimorando as formas e possibilidades de exploração do trabalhador e, por conseguinte, transformando e ampliando os mecanismos de precarização da força de trabalho. E partindo deste referencial teórico entender a migração de venezuelanos e haitianos para Roraima.

1.1. Movimento migratório: debates e conceitos

A migração não é um processo recente, e tem sido usada muito bem pelo sistema capitalista para impor à força de trabalho um ritmo de exploração que se tornou socialmente aceitável. Engels em seu livro *A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, descreve como esse sistema usou a vulnerabilidade dos migrantes irlandeses na Inglaterra para impor a estas pessoas condições desumanas de trabalho.

É verdade que, para os trabalhos que exigem longa aprendizagem ou uma atividade duradoura e regular, o irlandês, libertino, versátil e bebedor, não serve. [...]. Mas quando se trata de um trabalho simples, menos preciso, que requeira força no lugar de conhecimento é tão bom como o inglês. [...]”. (ENGELS, 1975, p. 112)

É desalentador pensar que, mesmo depois de 174 anos em que este livro foi escrito, pouco do que se pensa em relação ao trabalhador migrante pobre foi alterado. Por isso, que concordamos com Rosana Baeninger ao defender uma retomada dos estudos migratórios, tendo em vista que, neste início do século XXI, este é um processo transnacional que segue as transformações do capital. Portanto, fica cada vez mais complexo e diverso o “processo de redistribuição da população em âmbito mundial” e por isso há uma necessidade de recuperar os estudos sobre migração internacional (BAENINGER, 2013, p. 9-10).

Nosso entendimento é que a migração que acontece atualmente faz parte de um movimento transnacional. Por este conceito se entende que os migrantes mantêm “múltiplas relações sociais entre o local de emigração e a sociedade hospedeira, [...] O enfoque transnacional enfatiza a emergência de um processo social que cruza fronteiras geográficas, culturais e políticas.” (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 13).

Os movimentos migratórios atuais têm características diversas e tem consequências que não são fáceis de analisar dada a sua complexidade. “Assim que determinado tipo de movimento migratório teve sua expressão num momento e pode ter significado diferente noutra etapa e em outro espaço” (BAENINGER, 2014, p. 02).

Assim, partimos do pressuposto teórico de imigração como *fato social total* (SAYAD, 1998), em que se entende que a imigração é um conjunto complexo, um fato social completo, que compreende em si processos sociais, culturais e econômicos, se fazendo sentir tanto no lugar de origem como no de destino. Sayad (1998, p. 15) diz que

[...] a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico; [...] ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente [...].

Sendo assim, compreender os estudos migratórios como “fato social total” é entender que os movimentos migratórios estão conectados com todas as partes que compõem a sociedade.

O migrante nem sempre é recebido com receptividade, sendo comuns e numerosos os relatos de xenofobia; aos olhos de algumas pessoas, o migrante que não possui um trabalho não deveria permanecer. Aquele que cruza a fronteira nacional, tornando-se imigrante na sociedade para a qual emigrou e fica no limbo entre o status de provisoriedade ou o status de permanência.

Assim que, para entender esta condição específica de ser migrante, buscamos apoio também em Sayad (1998) para quem o imigrante é visto pela sociedade que o recebe como um sujeito provisório, e que só tem razão de ser em sua condição de trabalhador, pois uma vez fora desta condição, o imigrante não deveria mais permanecer na sociedade de destino, mas sim retornar ao seu país de origem. Sendo assim, o migrante é visto como parte provisória na cidade e, por isso, não se deve despendar tempo em criar condições para sua permanência. Porém, ao mesmo tempo, essa provisoriedade pode não se colocar e isso se torna uma problemática para o migrante, uma vez que nem ele mesmo consegue definir seu status em muitas situações.

Seguindo esta lógica, não é possível estabelecer com clareza uma fronteira entre mobilidade temporária e migração, de forma que é preciso compreendê-las simultaneamente, pois ambas decorrem, em numerosos casos, de processos de exclusão e expulsão.

Almeida e Baeninger (2013, p. 31) observam que,

Não trata-se mais da antiga migração de trabalhadores, nem das “duplas migratórias” herdeiras de história colonial e de relações privilegiadas entre país de partida e de acolhida: assiste-se atualmente a uma diversificação crescente das áreas de partida, rumo a destinos sem laços aparentes. Este novo contexto da migração evidencia-se pela multiplicação dos fluxos existentes, bem como pela variedade dos modos de instalação, entre os quais, pode-se destacar: reagrupamento familiar, estudantes, trabalhadores qualificados e classes médias, fuga de cérebros, trabalhadores temporários, trabalhadores pendulares transnacionais, demandantes de asilo, indocumentados.

Assim que, para se ter uma noção do movimento migratório atual é necessário levar uma série de fatores em consideração. Dessa forma, é preciso saber as características demográficas do migrante em seu local de origem e no seu atual destino, se está realizando uma migração direta ou se está em processo de hipermobilidade⁴ e a situação jurídica que se encontra no país destino de sua migração.

Essas e outras informações correlatas nos darão um panorama das motivações do deslocamento. Teresi e Healy (2012, p. 29) analisam que “na grande maioria dos casos, a decisão de migrar resulta de uma combinação de fatores interconectados [...]”. Os fatores migratórios podem estar combinados. Assim, além de buscar melhoras econômicas para suas vidas, os migrantes também podem estar buscando conhecer novos lugares, culturas diferentes, etc.

1.2. Crises e mobilidade humana

Temos que as crises do capital que vivemos atualmente são estruturais e que esse tipo de crise “afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes” (MÉSZÁROS, 2002, p. 797). Logo, no mundo da globalização econômica, no qual compartilhamos nossas experiências de existir e em que todas as partes estão conectadas no que diz respeito ao capital, temos um cenário no qual se forma uma estrutura constituída por um bloco de países altamente industrializados e com forte domínio tecnológico, rodeado por um conjunto de países com baixo nível de industrialização e de tecnologias, cuja consequência é a inserção desses países de forma dependente no sistema capitalista mundial. De forma que parte da população dos países dependentes são pressionadas, pela posição que ocupam na sociedade, em geral de extrema precariedade socioeconômica, a migrar para outras partes do mundo em busca de produzir as condições de sobrevivência. Dessa forma, o capital pressiona e impulsiona as pessoas a migrarem.

Em um cenário como esse, países ditos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como é o caso da Venezuela e do Haiti, acabam sendo mais

⁴ Essa conexão migrante-não-migrante-lugares de origem e destino é permeada pela ideia da hipermobilidade que é o desdobramento (1) da complexificação e desenvolvimento dos sistemas de transporte os quais têm sido cada vez mais utilizados em associação e (2) de uma intensificação do volume e diversificação dos indivíduos em movimento (URRY, 2007). A hipermobilidade, ao permitir a multipertença e a dupla presença, rompe com a linearidade e unilateralidade do movimento migratório. A mobilidade se torna um processo com potencialidade de alicerçar uma ponte integrativa entre lugares, sustentando novas formas de vinculação origem-destino. (DAL GALLO, 2010, p. 177-178)

massacrados com as crises, tendo em vista as situações peculiares dessas localidades. O primeiro, um país rico em petróleo e altamente visado no cenário internacional; o segundo, um país pobre, sem grandes recursos naturais e constantemente assolado por desastres climáticos provocando e acentuando constantes problemas político-econômicos.

Essas crises capitalistas, que muitas vezes podem ser amenizadas, mas permanecem e tendem a se aprofundar com o tempo, uma vez que existe um movimento das “classes dirigentes” para aumentar seus privilégios, por meio da adoção das políticas neoliberais, que vêm sendo incorporadas nas agendas governamentais como prioridade, favorecendo dessa forma a “hegemonia das altas finanças em escala mundial.” e a chamada “globalização econômica” (POCHMANN et.al., 2004, p. 12).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que são criados mecanismos de incorporação, ampliando a interdependência entre as nações, estimuladas pelo grande capital, segue a criação e reprodução, por conta disso, de fatores de expulsão de milhões de pessoas de seus espaços, os quais são empurradas a encontrar na migração uma forma alternativa de vida. Acontece que ao mesmo tempo em que são criados estes fatores de expulsão, também são criados mecanismos de controle mais intensos por parte dos Estados-nacionais para barrar a entrada indesejada de pessoas, contradizendo a ideia de que as nações estão cada vez mais integradas. Assim, como aponta Feldman-Bianco (2018, p. 13), é pertinente contextualizar “a relação entre capitalismo neoliberal e a constituição de um regime global de controle das migrações internacionais, [...]”.

O fato é que o atual ciclo da financeirização do capital, que é estimulado e garantido pelas políticas neoliberais, em nada contribui positivamente para uma globalização que integre os Estados nacionais.

Pelo contrário, a violência crescente das forças quase monopolistas do mercado mundial contamina destrutivamente o tecido social no interior de cada nação, assim como a busca incessante de maior renda financeira (juros e dividendos) gera maior exclusão entre países, quando não entre continentes.” (POCHMANN et. al., 2004, p.12)

Em relação especificamente ao movimento migratório atual, tanto de venezuelanos como de haitianos, entendemos que tais processos não são ocasionados por força voluntária⁵ dos migrantes em busca de construir um projeto de vida que foi

⁵ Em primeiro lugar, há que se entender que o termo migrante pode se desdobrar nas categorias: trabalhador migrante ou migrante econômico, deslocados e refugiados. E que tais categorias se apoiam na causa que influenciou a migração. Considerando-se, na sua forma clássica, a decisão de migrar por conta do desejo de buscar melhores condições de vida, ou na decisão de migrar por conta de fatores que são alheios a sua vontade. Do ponto de vista protetivo, tal distinção é colocada para definir qual será o status que o migrante

planejado com tempo para sua execução, e que, portanto, estas pessoas estão deixando seus lugares de origem por conta de fatores sistêmicos que estão alheios as suas vontades. De forma que, para explicar melhor tal questão, nos alinhamos ao pensamento da socióloga Saskia Sassen (2016), quando afirma que é cada vez maior o número de pessoas que são expulsas de seus lares, seus locais de origem, por motivos diversos, mas que não deixam de estar conectados com uma totalidade.

Na perspectiva de Sassen, tais fatores vêm se intensificando devido às “formações predatórias” que são sistêmicas e conformadas por “atores sociais” detentores do poder, mais precisamente aqueles para quem a economia mundial deve estar funcionando em condições apropriadas, processo que se acelerou com a implementação da reestruturação produtiva, na década de 1970, transformando os padrões de acumulação e, conseqüentemente, o modo de regulação social por todo o mundo.

Esses “atores sociais”, segundo Sassen (2016), por conta das características assumidas pelo sistema capitalista em sua forma atual, deixaram de ser as pequenas burguesias e as burguesias nacionais tradicionais, que foram cruciais no desenvolvimento do capitalismo em sua fase anterior, passando a ter uma conotação mais sistêmica com o “aprofundamento das relações capitalistas”. Assim, a autora postula que atualmente

[...] estamos assistindo à constituição não tanto de elites predatórias, mas de ‘formações’ predatórias, uma combinação de elites e de capacidades sistêmicas na qual o mercado financeiro é um facilitador fundamental, que empurra na direção de uma concentração aguda. [...]. (SASSEN, 2016, p. 22).

Dessa forma, entendemos que as “formações predatórias” atuais são responsáveis por agudizar a desigualdade social e, portanto, são responsáveis por produzir e reproduzir formas de expulsões. Sassen explica que

[...]Os instrumentos para sua realização vão desde políticas elementares até instituições, sistemas e técnicas complexos, que requerem conhecimento especializado e formatos organizacionais intrincados. [...]. Nossas economias

receberá na sociedade de destino, pois se sua migração for classificada como forçada ele receberá o status de refugiado e se for voluntária lhe será concedido o status de residente temporário. Concordamos com Jubilit e Apolinário (2010, p. 281) que explicam que “Por um lado, essa distinção é relevante, uma vez que permite entender que a natureza e o escopo da proteção a ser garantida a um refugiado, por exemplo, sejam diferentes daqueles conferidos a um migrante trabalhador, o qual pode continuar a contar com a proteção do Estado do qual é nacional, em face do caráter complementar da proteção internacional. Mas, por outro lado, ela deveria partir da ótica das migrações em geral, e não dos migrantes, pois na realidade (1) tanto os migrantes forçados quanto os migrantes voluntários são migrantes e (2) a distinção a partir da ótica dos migrantes pode levar a processos de discriminação ou de categorização de pessoas as quais, em verdade, compartilham a mesma qualidade de dignidade inerente”. Aqui também acrescentamos um outro aspecto dessa problemática, pois mesmo na migração voluntária as causas que fizeram com que acontecesse a mobilidade pode ter sido ocasionado por fatores que foram alheios a vontade do sujeito que migra, e que, portanto, este estaria migrando não somente pelo fato de buscar melhores condições de vida, mas porque no seu país de origem este não encontra as condições necessárias para sobreviver com dignidade.

políticas avançadas criaram um mundo em que a complexidade tende a produzir brutalidades elementares com demasiada frequência. (SASSEN, 2016, p.10).

Para além da conotação econômica que o termo carrega, as expulsões não são constituídas apenas pelo ato de deixar para trás a sua terra, mas, também por destituir os indivíduos de seu meio de sobrevivência, do seu pertencimento social, do seu projeto de vida, e, logo, ser expulso do que se tem de mais fundamental nas sociedades atuais, de sua participação na democracia liberal. É importante frisar que

[...] essas expulsões não são simplesmente resultado da decisão ou da ação de um indivíduo, de uma empresa ou de um governo. Sim, essas decisões e ações contam, mas são parte de um conjunto maior de elementos, condições e dinâmicas que se reforçam mutuamente. [...]. (SASSEN, 2016, p. 89)

As pessoas, expulsas do seu espaço de pertencimento, são consideradas, como coloca Bauman (2005, p. 77), como “o refugio da globalização”, são elas “os refugiados, os deslocados, as pessoas em busca de asilo, os migrantes, os *sans papiers*”. São essas pessoas que com o avanço do capitalismo, em sua grande maioria, não possuem mais do que os seus corpos, pois se encontram na pobreza extrema. E vivem em um mundo que tem capacidade de alimentar a todos, mas não o faz, porque a lógica dominante atende as prioridades do mercado, e não da vida humana.

É por isso, que nesse contexto, diante dos dados disponíveis sobre a migração e segundo o que postula Sassen (2016) sobre expulsões, não podemos deixar de considerar os deslocamentos dos migrantes venezuelanos e haitianos de outra forma se não como um deslocamento forçado. Pois, como analisa a autora, os deslocamentos por causa de guerras, doenças e a fome podem ser variáveis úteis para entender as expulsões no Sul global, como também, acrescentamos, os desastres climáticos e ambientais.

Além de contextualizar a crise do sistema capitalista com os processos migratório, queremos também tecer algumas palavras sobre a “crise migratória” no Brasil.

A entrada de, primeiramente, um contingente considerável de haitianos em 2010, processo que continua ocorrendo, e uma entrada expressiva de venezuelanos a partir do ano de 2015 evidenciaram o modo precário como o Brasil trata a questão migratória. O país encara tal situação sempre em caráter emergencial, embora em ambos os processos migratórios a quantidade de migrantes que adentraram, nem de longe tiveram expressividade suficiente para configurar a situação como crise.

Tal situação fica mais explícita ao se observar que, frente qualquer problema, as autoridades já emitem notas classificando a situação como de calamidade e, logo utilizam

tal discurso com o fim de captarem mais recursos, que, em muitas situações, devido a essa emergência da situação, faz com que o controle público dos gastos em relação à eficácia do que está sendo realizado e a real destinação das ações fique prejudicada.

Na grande maioria das vezes, essas medidas são justificadas pelo aumento da demanda nos serviços prestados à população, colocada como impactada pelo processo migratório. Em geral, essa questão é utilizada como motivo de culpabilização do migrante pela precariedade dos serviços públicos destinados ao atendimento da população.

O que eles não dizem, é que anteriormente ao aumento da demanda a infraestrutura oferecida já era precária e não atendia em boas condições a população já residente. Além disso, essa forma de lidar com a situação cria um discurso de racismo/xenofobia institucional, no qual, usando um discurso técnico, se tenta culpar os migrantes por todos os males.

Além disso, apesar de o Brasil ser reconhecido como um país que possui uma das mais avançadas políticas migratórias, pela garantia de direitos que são oferecidas aos migrantes, na prática, as ações desenvolvidas são precárias, tendo um caráter securitário na tentativa de regulamentar os processos migratórios.

As respostas dadas pelo governo em relação a esses movimentos determinam “mecanismo de controle sobre esses migrantes, seja por conta de propostas de abrigo, seja em função de processos de deslocamento assistidos [...], a ponto de não poder se afirmar que o garantido direito de ir e vir [...], seja efetivo” (LEVEL e JAROSCHSKI, 2019, p. 827).

Como aponta Oliveira em entrevista ao LAFRONT (2019, p.4)

É importante notar que no panorama das migrações internacionais na Amazônia, as tensões vividas em torno da mobilidade humana revelam o paradoxo do sistema econômico globalizado: ao mesmo tempo em que propugna a livre circulação do capital, o neoliberalismo cria mecanismos de restrição à movimentação das pessoas. Ou seja, o capital e as mercadorias podem circular à vontade[iii]. Entretanto, as pessoas não encontram esta mesma facilidade de circulação, mesmo entre países vizinhos.

A forma como o Brasil toma as decisões sobre como tratar os processos migratórios para o país não está dissociado das influências dos cenários políticos e econômicos a nível internacional. Pois, como destaca Bauman (2005, p. 21) “com muita frequência, [...], as pessoas declaradas ‘redundantes’ são consideradas sobretudo um problema financeiro. Precisam ser ‘providas’ – ou seja, alimentadas, calçadas e abrigadas. [...]”. Como foi o caso da migração haitiana em 2010 e está sendo agora com a migração venezuelana.

1.3. Migração de haitianos

1.3.1. Contextualizando o Haiti

A República do Haiti localizado na América Central, foi o primeiro país da América Latina que declarou sua independência, que iniciou com uma mobilização de escravos em 1791, mas que só se efetivou em 1804 quando sob a liderança de Jacques Dessalines conseguiram derrotar o exército francês. Com uma população formada majoritariamente por escravos de origem africana, que se revoltaram e iniciaram um processo revolucionário, a *Revolução Haitiana*, tornando o país um símbolo da luta contra a escravidão em todo o continente americano, em especial na América Latina.

A independência se deu tanto no plano político e econômico, como em relação à escravidão. Ocorreu, porém, que essa independência não obteve o reconhecimento das potências da época e, por conta de sua posição estratégica na região, associada ao medo dessas potências e das elites coloniais de que as ideias de liberdade geradas no Haiti pudessem transpassar as fronteiras e chegar aos demais países colonizados, fez com que o país fosse bloqueado economicamente por 20 anos. Segundo Louidor (2013, p. 18) a França obrigou o Haiti a pagar uma indenização de 150.000.000 francos em ouro aos proprietários de plantações pelas suas propriedades. Para pagar essa indenização, o país contraiu uma dívida pública levando-o

a adotar uma economia de exportação, ao invés de uma economia orientada para a satisfação das necessidades básicas de seus cidadãos, e de transferência de seus capitais e seus recursos naturais para a antiga metrópole. O jovem país não pôde trabalhar para reconstruir-se e desenvolver-se. A independência haitiana, recentemente conquistada, estava condenada a fracassar. (LOUIDOR, 2013, p. 19)

Esse bloqueio gerou grande instabilidade econômica, foi um dos fatores que marcou e potencializou a fragilidade política e econômica do país, levando o Haiti de “colônia mais próspera do mundo, a país mais miserável da América” (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016, p. 232). Este bloqueio custou muito ao país, pois por conta disso o Haiti teve que contrair uma dívida pública que o obrigou, posteriormente, a direcionar toda a sua economia para a exportação de mercadorias. Por isso não conseguiu utilizar seus recursos para se reconstruir, tornando- um país frágil econômico e politicamente.

Essa situação levou o país a sofrer várias tentativas de ocupação, entre as quais a empreendida pelos Estados Unidos, entre 1915 até 1934, uma das mais duradouras que ocorreram no Haiti. Durante os 19 anos de ocupação estadunidense, o país teve nove presidentes. Segundo Louidor (2013, p. 19) nesse período os EUA estenderam seu capital no país implementando corporações, mais especificamente nas indústrias açucareiras e

bananeiras, o que ocasionou uma grande expropriação de terras dos camponeses e a entrega do Banco Nacional da República do Haiti ao *City Bank* de Nova York. Os EUA passaram então a definir a política do Haiti de acordo com os interesses das corporações instaladas no país.

Outra época que marcou a história do Haiti foi entre 1957 a 1986 em que o país foi governado por François Duvalier (Papa Doc) e em seguida por seu filho Jean Claude Duvalier, ficando esse período conhecido como uma das mais longas ditaduras que ocorreram no século XX, afundando o país progressivamente na dependência econômica, em crises políticas, corrupção e descaso para com a população.

Após esse período de ditadura, o país enfrentou diversas crises políticas e em 1994, após uma intervenção militar planejada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e liderada pelos Estados Unidos (operação Uphold Democracy – Defender a Democracia), Jean Bertrand Aristide que havia sido eleito em 1990 e deposto por um golpe de estado em 1991, reassume o poder.

Por conta da instabilidade política, a partir de 1993 o Haiti já recebeu seis missões para manutenção da paz, planejadas pelas Nações Unidas. Foram elas: a Minuha – Missão das Nações Unidas no Haiti, a Manuh – Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti, a Mitnuh – Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti, a Miponuh – Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti, a Minustah (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti e a Minujusth – Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti. Essas missões acabaram por se tornar fundamentais para a sociedade haitiana, uma vez que o ingresso financeiro realizado para apoiar as missões representam uma parcela importante do orçamento do país.

Dessas seis missões de intervenção das Nações Unidas no Haiti, uma foi liderada pelo Brasil, a Minustah. A missão tinha como objetivo

garantir a ordem constitucional, política e de salvaguarda dos direitos humanos, ao tempo em que determinava a cooperação com a Organização dos Estados Americanos e a Comunidade do Caribe, concedia maior legitimidade à ação internacional levada a cabo sob a égide da ONU e contestava o que poderiam ser eventuais restrições à presença militar estrangeira. (VALLER FILHO, 2007, p. 169)

Assim que, em 25 de maio de 2004 o Brasil enviou ao Haiti 1.200 militares para dar início às diretrizes propostas para a missão. Segundo Valler Filho (2007), quando assumiu o comando da Missão o discurso brasileiro

alegava, por um lado, diretrizes da política externa, calcadas no fortalecimento de uma identidade latino-americana e caribenha e na construção de uma agenda comum de desenvolvimento. Além disso, fundamentara-se na reivindicação de

há muitos anos de obter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, contexto em que a crise haitiana configurava uma situação de visibilidade para a pretensão brasileira. Por outro lado, manifestava o apoio ao multilateralismo, conforme sintetizado, na ocasião, pelo Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, em declaração à revista *The Economist* (2007, p. 170).

Logo, é perceptível que, ao aceitar o comando da Missão, o Brasil possuía uma série de interesses políticos. Ricardo Seitenfus (Apud VALLER FILHO, 2007, p. 224) chamou a isso de espírito da diplomacia solidária, pois percebeu que o discurso brasileiro, a partir de 2003, estava usando o termo solidariedade conjugado às relações internacionais para justificar a presença brasileira no Haiti. O autor explica que a diplomacia solidária seria “uma ação coletiva internacional feita por países intervenientes num conflito interno ou internacional, sem que haja interesses de ordem material ou estratégica, e movidos por dever de consciência.”. Assim que, fugindo da visão romântica explícita no discurso diplomático brasileiro quanto a esta definição de diplomacia solidária, vale ressaltar que no caso brasileiro, a motivação estava ligada aos interesses do país em ocupar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Acrescentamos que, para o Brasil foi muito oportuno assumir essa missão, pois empresas brasileiras se instalaram no Haiti, principalmente as grandes construtoras e empreiteiras que aproveitaram a situação para se instalar e angariar lucros na reconstrução do país.

1.3.2. Haitiano: o sujeito diáspora

O povo haitiano tem uma tradição migrante bem articulada, ocasionada pela instabilidade política e econômica no país, associada a um “Estado que não cumpre sua função” (COUTO, 2016, p. 166), ao que se somam as catástrofes que assolam o país devido a sua localização geográfica e o status que a migração proporciona. Assim, destacamos que a vinda de haitianos para o Brasil é o quarto movimento migratório de haitianos dentro do continente americano. O primeiro ocorreu entre o final do século XIX até os anos 1930 em direção à República Dominicana. Nesse período também, mais especificamente, entre 1915 a 1930, o segundo foi em direção a Cuba. Já a partir de 1960 os haitianos iniciaram uma terceira onda migratória em direção, principalmente, aos Estados Unidos. Destacamos que a França, mesmo estando distante, em virtude de alguns traços culturais comuns do período colonial, também se tornou destino dos movimentos migratórios haitianos.

O fato de o Haiti ter características que fazem seus habitantes emigrarem,

somado à dependência econômica de considerável parte da população das remessas de haitianos que já estão vivendo em outros países, indicam alguns elementos que colocaram o Brasil na rota das migrações haitianas. Além desses fatores mencionados contribuiu também para isso as restrições impostas pelos Estados Unidos e França a imigração, associada a presença brasileira no Haiti, por meio das Forças de Paz da ONU, da presença de ONGs e das ações humanitárias de igrejas brasileiras, projetando o Brasil como um dos principais destinos buscados pelos migrantes haitianos quando esses se viram forçados a se deslocarem em massa em razão do desastre ambiental de 2010.

Vale destacar que essa característica de país emigrante marca muito os haitianos em relação à construção de sua identidade nacional. Por isso que para entender melhor o movimento migrante experimentado pelos haitianos usaremos o conceito de *diáspora*, tal qual foi utilizado por Joseph Handerson (2015), para compreender o movimento e os significados da migração para esse povo, pois diáspora para esses migrantes representa muito mais do que simplesmente um conceito para denominar a mobilidade para outro país, uma vez que eles substantivam e adjetivam o conceito de diáspora para designar o próprio haitiano enquanto sujeito social.

Handerson (2015) constata, em sua pesquisa, que para a maioria dos haitianos a migração para um país estrangeiro é um sonho a ser conquistado, visto que, basicamente, todas as famílias haitianas possuem um membro que se encontra vivendo em um país fora do Haiti. Dessa forma, não é um abandono do país, mas uma forma de encontrar, em outro lugar, o que não é possível encontrar no Haiti e, dessa forma, ajudar quem fica no Haiti.

Além disso, o autor descreve que, para os haitianos, aquele que sai do Haiti para morar em outro país, quando retorna é chamado de diáspora no sentido daquele que vai e volta. Em outras ocasiões, aquele que vai e não retorna ao Haiti é considerado um indivíduo que vive na diáspora, mas ainda mantêm vínculos com o país, pois ainda estão em contato com a família e enviam remessas para o Haiti. Diáspora para Handerson (2015) é uma categoria de interação, uma vez que conecta o Haiti com o mundo e dessa forma, proporciona uma conexão com o país de origem entre os espaços no qual transitam os haitianos em seu movimento migratório.

Ser diáspora é ser um sujeito que saiu do Haiti, ou seja, retornou com um status diferente dos haitianos que nunca migraram. Assim Handerson (2015) explica que, no sentido bourdieusiano, significa ter adquirido capital cultural, e, portanto, ocupar um espaço de destaque dentro da sociedade haitiana. Esse status é adquirido porque parte da

economia haitiana é mantida pelas remessas dos haitianos que se encontram *aletranje*⁶. Handerson (2015, p. 356) calcula que “esse valor representa 24% do Produto Interno Bruto (PIB) anual, embora as transferências legais observadas nesses dados não incluam envios informais”. Por conta disso, mesmo para os que têm melhores condições de vida no Haiti, a migração para um país estrangeiro é estimulada entre eles, pois ser diáspora é conseguir alcançar um status que os valoriza socialmente.

Vale ressaltar que a busca por esse “status” é reflexo da forma como o capitalismo se desenvolveu no país, considerando a posição subalterna no contexto da divisão internacional do trabalho, pois no âmbito do sistema capitalista as mazelas sociais podem significar oportunidades de lucro, se bem aproveitadas. Assim, a mobilidade da força de trabalho haitiana, formada majoritariamente por indivíduos pobres e negros, é resultado, também, do funcionamento da lógica capitalista.

1.3.3. Migração haitiana para o Brasil

A partir de 2010 constatou-se um aumento de migrantes haitianos dirigindo-se ao Brasil, e um dos fatores que explicam esse processo de migração é o fato de que, nesse ano, um terremoto de magnitude 7.0 na escala *Richter* atingiu o Haiti, deixando um rastro de destruição. No desastre morreram mais de 200 mil pessoas e outros um milhão ficaram desabrigados, agravando problemas econômicos e sociais. Soma-se a isso a insegurança da população, por conta do quadro de empobrecimento do país, que se acentuou em decorrência do terremoto. Handerson (2015) aponta que o terremoto de 2010 gerou tanto um deslocamento para fora do Haiti, como também um deslocamento interno em direção às áreas rurais do país.

Em decorrência do terremoto e do Brasil estar realizando uma Missão Diplomática dentro do Haiti, desde o ano de 2004, o presidente do Brasil a época, Luiz Inácio Lula da Silva, fez uma visita ao país e declarou apoio e disposição para receber haitianos no Brasil. Ao mesmo tempo em que, de acordo com Couto (2016, p. 165) as “oportunidades de trabalho, visibilidade econômica, relações diplomáticas, são fatores que projetaram o Brasil como um espaço de oportunidades para os haitianos”.

Além disso, de acordo com Magalhães e Baeninger (2014) esta migração também aconteceu em decorrência de “transformações processadas no interior do

⁶ Palavra do crioulo haitiano que designa uma pessoa que está vivendo ou viveu no exterior, em outros países. (HANDERSON, 2015)

capitalismo mundial, especialmente relacionadas à elevação das seletividades migratórias nos destinos clássicos da migração haitiana, como os Estados Unidos e a França”.

Vale destacar que de acordo com dados da OIM (2010), antes do terremoto de 2010 o Brasil não era um destino muito elegido pelos haitianos, sendo que durante 30 anos, de 1970 a 2000, os haitianos não passaram de 127 indivíduos no Brasil. Quadro que se altera bem rápido em 2010.

Ressaltamos, também, que nem só o desastre climático de 2010 foi motivo do movimento migratório haitiano para o Brasil. De acordo com Oliveira e Silva (2016), embora os pedidos de entrada no Brasil pelos haitianos tenham sido feitos com base no desastre climático ocorrido em 2010, este não foi a única causa da vinda destes migrantes para o país. Boa parte deles veio de Gonaives, uma cidade que é constantemente atingida por furacões, desde o final de 2007. Dessa forma, eles chegaram à conclusão de que “os furacões também são fenômenos determinantes dos deslocamentos humanos no Haiti, porque interferem diretamente nos fatores econômicos.” (OLIVEIRA; SILVA, 2016, p. 308). Isso reforça nosso entendimento de que as catástrofes naturais que atingem o país agravam a situação já precária de sua economia e impulsionam a migração.

Pode-se considerar, portanto, essa combinação de fatores constituída pela presença brasileira no país, a intensificação da necessidade de migrar por conta dos desastres climáticos e as restrições postas pelos principais países de destino desses migrantes como os fatores explicativos pela migração haitiana para o Brasil.

O certo é que, independentemente dos fatores que tenham feito essas pessoas migrarem, seja o terremoto de 2010, os furacões ou a falta de oportunidades para se estabelecerem no seu lugar de origem, ainda assim eles são migrantes de um país que, segundo Assis e Magalhães,

é o país mais pobre da América Latina, com um dos piores índices de desenvolvimento humano. E que, analisando em perspectiva histórica, trata-se de um país que reproduz sistematicamente fatores estruturais de expulsão de sua força de trabalho: não se trata de um país que não é capitalista, mas sim de um país capitalista dependente, que ocupa posição mais subalterna na divisão internacional do trabalho, cuja as relações de produção são incapazes de incorporar as massas haitianas à produção, ao consumo e a formas dignas de existência. (2016, p. 222-223)

O desastre ambiental de 2010 só fez com que a migração de haitianos fosse intensificada, isso porque encontrou naquele país condições já precárias, produzidas historicamente, e que tornaram o país vulnerável a essas catástrofes, uma vez que não possui mecanismos para lidar e se recuperar desse tipo de evento, mesmo eles sendo rotineiros na história do país.

A junção das catástrofes naturais que assolam o país com a situação política e econômica conturbada são fatores que fazem com que a população tenha dificuldade de acessar um mínimo para estabelecer sua vida com dignidade. Sendo esse o real motivo para a intensa migração haitiana ao redor do mundo, fazendo do haitiano como conceituou Handerson (2015) sujeito diáspora, pois só encontra melhores condições de vida fora do Haiti e por isso almeja deixar o Haiti não somente para buscar uma vida melhor fora, mas também, para ajudar a família que deixa para trás.

De forma que a miséria no Haiti é fruto da forma como o capitalismo se desenvolveu no país. Estando a economia do Haiti subordinada aos interesses do Capital. Por conta dessa configuração o país é historicamente um local que gera fatores de expulsão de sua população. Assim sendo, esses migrantes saem de seu país de origem em decorrência das desigualdades sociais e econômicas, em busca de trabalho e melhores condições de subsistência. E como especifica o art. XIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos, todos têm a liberdade de locomoção e residência entre países, para buscar formas de viver em circunstâncias mais justas.

E em busca dessas melhorias chegaram ao Brasil em 2010, porém, pela norma vigente não se encaixavam em nenhuma forma de regularização migratória. Motivo pelo qual em março de 2011 o CNIg teve que criar uma resolução para permitir aos haitianos que chegavam se regularizarem no país. A forma encontrada foi a solicitação de residência por acolhida humanitária. A partir disso em janeiro de 2012 o CNIg anunciou a Resolução n. 97/2012 que permitiu a concessão de vistos permanentes a nacionais do Haiti. Por intermédio das redes sociais, então correu a notícia dos mecanismos para conseguir a regularização migratória no Brasil além da relativa facilidade de conseguir um trabalho e isso incentivou a manutenção da vinda desses migrantes para o país.

Dentro das rotas utilizadas por esses migrantes para chegarem ao Brasil estavam as fronteiras terrestres nos os estados do Amazonas e Acre em 2010, além da via área pelo estado de São Paulo, para aqueles que já chegam com um visto concedido pela embaixada brasileira no Haiti. Um pouco depois, a partir de 2015, começou a se constatar também a entrada de migrantes haitianos no estado de Roraima. Tentaremos esclarecer o porquê dessa rota no tópico a seguir.

1.3.4. Migração haitiana para Boa Vista

Durante pesquisa realizada em 2016⁷ constatamos que a maioria dos haitianos que se encontra vivendo em Boa Vista não veio diretamente do Haiti e sim da Venezuela, país vizinho ao estado de Roraima. Nesse sentido achamos interessante nesse primeiro momento contextualizar brevemente a migração haitiana para a Venezuela, país que também concedeu visto humanitário para esses migrantes.

Possivelmente por conta do classicismo e racismo que, assim como em outros países, também faz parte da construção sócio-histórica da Venezuela, a imigração haitiana para esse país não foi tão valorizada pelos estudiosos e por isso é mais difícil de encontrar dados disponíveis para consulta. Apesar disso, a presença de haitianos no país é uma realidade desde a época do libertador Simon Bolívar, que deu as boas vindas ao povo haitiano.

Pesquisa realizada por Carlos Romero Bermúdez (2017) na Venezuela conseguiu identificar redes migratórias de haitianos para lá há mais de quarenta anos, articulada por meio de instituições religiosas, amigos e familiares. Ele ainda afirma, que apesar das relações entre Haiti e Venezuela existirem desde antes das independências desses países, a migração haitiana para a Venezuela é relativamente recente comparadas a outros movimentos migratórios.

A partir da década de 60 os haitianos intensificaram sua migração para a Venezuela, no início da ditadura de François Duvalier. Logo depois, quando a Venezuela entra no boom do petróleo, muitos haitianos enxergaram essa possibilidade como uma forma de se estabelecer e melhorar suas condições de vida. E assim seguiram entrando haitianos na Venezuela, por conta das redes sociais estabelecidas entre os migrantes. Bermúdez (2017, p. 161) explica que

Las redes migratorias de haitianos en Venezuela no son nuevas, al contrario, esta estructura tiene alrededor de tres décadas instaladas en el país. Se podría afirmar que estas redes comenzaron a estructurarse a partir de los años setenta, cuando la situación económica del país estaba en auge. En el presente es posible hablar de la consolidación de las redes migratorias de haitianos en Venezuela, pues con el correr de los años y gracias a la incursión de varios miles de inmigrantes, este tejido se ha ido espesando, dando lugar a que la migración a Venezuela desde Haití sea una opción cercana para muchos haitianos.

A Pesquisa de Bermúdez (2017) também identificou um número significativo de haitianos vivendo indocumentados na Venezuela, o que dificulta saber o quantitativo

⁷ Pesquisa realizada para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, intitulado: Migração e Trabalho: a situação dos haitianos em Boa Vista – RR, de minha autoria.

dessa população no país. Embora se tenha dificuldade de obter os dados da quantidade precisa de haitianos que se estabeleceram na Venezuela, verificamos que os dados que estão disponíveis são significativos o suficiente para fazerem dos haitianos uma das principais nacionalidades dos migrantes na Venezuela.

Vale destacar também que após o terremoto de 2010 no Haiti, o presidente Hugo Chávez, emitiu um decreto ampliando o acesso a benefícios aos migrantes haitianos. Bermúdez (2017, p. 142) explica que “Este instrumento jurídico buscaba brindar a todos los haitianos la posibilidad de obtener cualquier tipo de visado posible, y de esta forma poder acceder a los diversos beneficios sociales que se les garantizan a los trabajadores en el país”.

Conforme já elucidamos no tópico anterior, a maioria dos haitianos em solo brasileiro chegou por via terrestre fazendo a travessia em cidades de fronteiras no Amazonas e no Acre ou entrando por via aérea pelo estado de São Paulo. Esse movimento migratório que teve seu início em 2010 não tem correlação direta com os motivos que fizeram os haitianos migrarem para Boa Vista.

Em meados de 2015 a 2019, com base no trabalho de campo realizado, nos permitimos afirmar que grande parte dos migrantes haitianos que viviam/vivem em Boa Vista estavam vindo da Venezuela e migraram pelas mesmas razões que os venezuelanos: fugindo da crise econômica que assola o país, cujas condições econômicas e a crescente desvalorização da moeda não permite que o soldo mínimo estabelecido seja suficiente para garantir a sobrevivência das pessoas. De acordo com dados fornecidos pela Polícia Federal, nesse período foi registrada a entrada de 472 migrantes haitianos pela fronteira Brasil/Venezuela. Vale ressaltar que o número de entradas por essa rota caiu com o passar dos anos, em 2015 foram registradas 283 entradas, enquanto que em 2019, até outubro, somente 6 haitianos utilizaram essa rota.

Importa pensar que, possivelmente, pelo fato de essas pessoas já terem articulada em suas vivências uma cultura migrante, ou por terem sentido antes dos próprios venezuelanos os efeitos da crise econômica e política que continua em plena vigência, elas acabaram percebendo bem antes dos nacionais que o país estava caminhando para uma situação insustentável para a sobrevivência, o que as levou a iniciar seu deslocamento em busca de melhores condições de vida antes dos nacionais daquele país.

A grande maioria desses migrantes utiliza a rota Pacaraima/Boa Vista como porta de entrada para se deslocarem para outras regiões do Brasil, ou mesmo para saírem em direção a outros países. São migrantes que estão migrando pela segunda vez. Por conta

disso, recorremos a Couto (2016, p. 153) que explica que “[...] a presença maciça de imigrantes haitianos que tem chegado à região norte nos últimos anos, nos permite pensar essas trajetórias recorrendo às suas relações históricas.” A autora em questão estava recorrendo as relações históricas dos caribenhos que migraram para a Amazônia no século XX para trabalharem nos planos de desenvolvimento para a região pretendidos pelo governo. No nosso caso como já citado anteriormente, trata-se de entender essas relações a partir da migração haitiana para a Venezuela. Dessa forma, concordamos com a autora, quando esclarece que “[...] O contexto atual, em que se dá a migração de haitianos para a região, é resultado de outra conjuntura que nos permite pensar as representações e os significados desse processo para compreendermos suas causas e suas relações.” (Couto. 2016. p. 160).

Nas entrevistas realizadas para essa dissertação, alguns relataram que muitos haitianos que já se encontram estabelecidos na cidade de Boa Vista vieram da Venezuela, confirmando informações que coletamos em outra pesquisa realizada em 2016.

É importante pensar em tudo que essas pessoas tiveram que deixar novamente para trás quando a Venezuela entrou em crise. Eles lamentaram bastante tal fato, pois dizem que na Venezuela tinha muito mais oportunidades do que no Brasil. “A Venezuela era melhor de viver que aqui, conseguia mandar mais dinheiro pra família, aqui no Brasil é difícil trabalho” (Entrevista 08, 07/12/2019). A “Venezuela era muito melhor que aqui [Boa Vista], lá tinha casa, tinha carro, podia comprar as coisas, trabalhava para crescer e não só para comer”. (Entrevista 04, 03/12/2019) (grifos nossos). Percebe-se que se a vida na Venezuela voltasse a ser como antes muitos dos migrantes haitianos que vivem em Boa Vista retornariam para lá.

Esses migrantes que se encontram em Boa Vista, em sua grande maioria, não têm intenções de permanecer na cidade. Trabalham majoritariamente no setor informal e vivem em vilas⁸ localizadas nos bairros mais centrais da cidade.

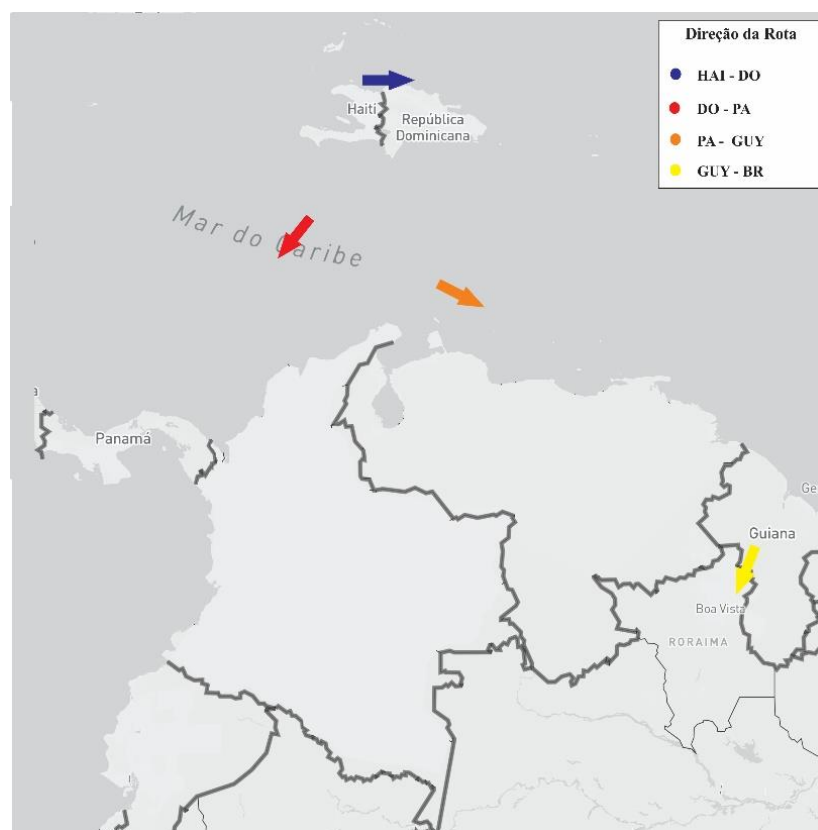
Além disso, queremos também ressaltar que mais recentemente, a partir do primeiro semestre de 2019, foi verificada a entrada de migrantes haitianos pela fronteira com a Guiana. Em um primeiro momento essa entrada não foi significativa, porém a partir dos dois últimos meses do ano, as organizações que atendem migrantes para auxiliá-los com sua regularização migratória relataram estarem atendendo uma quantidade significativa de haitianos.

⁸ Conjunto de casas ou apartamentos que estão em um mesmo terreno.

É importante situar que, após o ano de 2012 o Brasil aumentou a quantidade de vistos emitidos a haitianos pela Embaixada do Brasil no Haiti com o intuito de tentar diminuir a quantidade de migrantes que recorriam aos coiotes⁹. Acontece que esta medida não foi suficiente, uma vez que o processo para retirada do visto é burocrático, demorado e não atende a demanda. Por isso as rotas alternativas continuam a ser uma opção para esses migrantes.

Como a rota de entrada pelo Acre ou Amazonas se tornou menos atrativa devido ao fato de o Equador passar a exigir visto de entrada aos nacionais do Haiti, a rota de entrada pela fronteira entre Bonfim e Lethem tornou-se uma alternativa, uma vez que a Guiana não exige visto de entrada para esses migrantes. Assim, a nova rota de entrada está sendo Haiti – República Dominicana – Panamá – Guiana (Georgetown – Lethem) – Brasil (Bonfim).

Figura 1- Rota migratória dos migrantes haitianos que passam pela cidade de Boa Vista



Fonte: Autoria própria, 2020

⁹ Coiotes são pessoas que cobram dos migrantes para “facilitar” a travessia para o local de destino desejado.

Além de ser atrativa, a escolha por essa nova rota também tem como motivação a agilidade em obter a regularização migratória, pois por conta da migração venezuelana tem-se uma estrutura¹⁰ em Boa Vista – distante mais de 100 Km de Lethem – República Cooperativa da Guiana - que agiliza o processo de atendimento dos migrantes para tal fim. Quase todos optam pela solicitação de refúgio, apesar da legislação não os reconhecer enquanto refugiados, uma vez que a via de regularização migratória deles é de residência por acolhida humanitária. O motivo pelo qual eles optam por esse tipo de documentação é porque ela é entregue muito mais rápido do que a documentação de residência temporária, e eles precisam dos papéis em mãos para prosseguir viagem¹¹.

De acordo com dados da Polícia Federal, de janeiro a novembro de 2019, entraram pela fronteira do Brasil com a Guiana 13.511 haitianos. Um número que aumentou significativamente em relação a todo o ano de 2018, em que se registrou a entrada de 993 haitianos. Importante salientar que em anos anteriores a entrada de migrantes haitianos por essa rota não foi significativa, a saber em 2015 somente 4 pessoas entraram, em 2016 e 2017 foram 12 respectivamente. Interessante apontar também que não foi somente migrante haitianos que tiveram uma entrada expressiva por essa fronteira, também foi registrado nesses últimos dois anos a entrada significativa de nacionais de Cuba. Entre 2018 e 2019 entraram no país, de acordo com dados da Polícia Federal, 31.675 migrantes cubanos¹².

Por meio de questionamento feito a eles no atendimento¹³ para a documentação, pudemos constatar que se trata de uma migração de reunificação família. Quase todos os haitianos que entram por Bonfim já vêm com a passagem comprada para outra região do Brasil, os principais destinos são: São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, ou seja, região Sudeste e Sul, lugares em que se encontram vivendo a maior concentração de

¹⁰ Na fronteira com Pacaraima e em Boa Vista existem Organismos Internacionais, Organizações da Sociedade Civil e Instituições Governamentais que fazem parte da Operação Acolhida. Essas entidades que inicialmente tinham como foco prestar atendimento e auxílio aos migrantes venezuelanos, estão também estendendo seus atendimentos aos migrantes haitianos e cubanos que buscam a regularização migratória.

¹¹ Queremos aqui levantar uma hipótese de que esses migrantes que chegam pela rota da Guiana estão entrando por meio de coiotes, que cobram para trazê-los por essa rota e também preenchem a solicitação de refúgio dessas pessoas. Pois, os migrantes haitianos já chegam para o atendimento com todo o formulário de solicitação de refúgio preenchido, pedindo somente a senha de encaminhamento para o PTRIG. Na grande maioria das vezes é possível identificar erros ou contradições nas informações prestadas, indicando claramente que não foi o solicitante que preencheu as informações que constam na solicitação apresentada.

¹² Apesar de migrantes cubanos não serem o foco desta pesquisa, achamos interesse mencionar tal fato para despertar o interesse por pesquisas futuras que possam vir a analisar esta migração que utiliza o estado de Roraima como rota.

¹³ Atendimento realizado no processo de cadastro para regularização migratória realizado no Instituto Migrações e Direitos Humanos, local em que possui vínculo empregatício.

haitianos no país. Como mencionamos acima, os haitianos que se encontram vivendo em Boa Vista, em sua maioria, entraram pela fronteira com a Venezuela, e, portanto, esta nova rota está relacionada com as redes migratórias estabelecidas anteriormente, usando a fronteira com Roraima como porta de entrada no Brasil.

1.4. Migração de venezuelanos

1.4.1. Contextualizando a Venezuela

Na década de 1970, a Venezuela estava vivendo um momento de muita prosperidade com os altos preços do petróleo. Em 1976 o então presidente Carlos Andrés Pérez, nacionaliza o petróleo e assina um decreto criando a PDVSA¹⁴. Porém a partir do momento em que a Arábia Saudita e outros produtores de petróleo aumentaram seu nível de produção, houve uma baixa nos preços dos barris, e no final da década de 1970 o país começa a afundar em dívidas e entrar em crise. Luis Campíns, presidente entre 1979 e 1984, teve em seu mandato, por conta do aumento do preço do petróleo, um alívio da crise que passava o país, e nesse processo inicia “um programa de reestruturação de cunho liberal” (DAMASCENO, 2015, p. 84).

Durante o governo Campíns houve intensa desvalorização da moeda venezuelana e o Fundo Monetário Internacional – FMI interferia na política econômica do país para, supostamente, ajudar a controlar a crise; a insatisfação do povo aumentava cada vez mais. Damasceno (2015, p. 85) aponta que “[...], se para o trabalhador venezuelano antes da interferência assídua do FMI a vida já era difícil, depois dela, tudo se tornou pior”.

Em 1989 assume novamente a presidência Carlos Andrés Pérez e diante da situação econômica crítica do país, antes mesmo de tomar posse, ele anunciou uma série de medidas econômicas que foram apelidadas de “o Pacote”. Essas medidas incluíam a eliminação do regime cambial diferencial, a eliminação das restrições às taxas de juros, a eliminação de subsídios e controles de preços, e ainda aumentava o preço da gasolina. Ou seja, medidas liberalizantes, que tinha a chancela dos organismos internacionais – tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), e faziam parte das “orientações” dessas organizações para os países da América Latina.

Essas medidas ocasionaram no país um arrocho econômico sem precedentes,

¹⁴ A PDVSA – Petróleos de Venezuela é uma empresa estatal que se dedica a todo o processo da produção do petróleo, desde a exploração até a comercialização

comerciantes passaram a esconder suas mercadorias esperando o aumento dos preços e com isso ocasionaram um desabastecimento dos produtos de consumo básico para a população. Além disso, o poder aquisitivo da classe trabalhadora foi drasticamente diminuído. Apesar de nesse mesmo período o governo ter criado um plano de subsídios a população, Damasceno (2015, p. 86) analisa sobre essas medidas que “em geral, era um programa neoliberal que jogava o peso de seu custo sobre as costas dos trabalhadores. [...]”. Pois, os subsídios criados eram destinados somente a população que se encontrava em extrema pobreza.

Com isso um clima geral de insatisfação se instalou na Venezuela e houve uma grande explosão social, que culminou no chamado “*Caracazo*¹⁵”. Em fevereiro de 1992 Chávez liderou um movimento para derrubar o governo do então presidente Carlos Andrés Pérez. O movimento foi controlado, no entanto Chávez conseguiu promover seu discurso. Ele foi preso por esta rebelião e mesmo preso ajudou na tentativa de uma segunda rebelião em novembro de 1992, outra tentativa que fracassou. Entretanto os eventos ocorridos nesse ano colocaram Hugo Chávez no cenário político venezuelano.

Em dezembro de 1998, Hugo Chávez, candidato pelo partido MVR – Movimento V República, vence as eleições, desbancando os dois principais partidos da Venezuela, AD – Ação Democrática e COPEI – Comitê de Organização Política Eleitoral Independente, que não receberam nem 5% dos votos.

Após assumir a presidência, Chávez fez uma reforma na Constituição da Venezuela e após a Constituinte, em 2000, foi novamente eleito para um mandato de seis anos. Entre 2001 e 2004 a luta política se acirrou no país, a oposição estava determinada a tirar Chávez do poder o que favoreceu em muito uma instabilidade político-econômica na Venezuela. Segundo Schurster e Araújo (2015, p. 20)

A confrontação com o chavismo foi detonada em dezembro de 2001. Nesse ano, o governo, apoiado por um dispositivo constitucional, anunciou 49 Leis Habilitantes (espécie de medidas provisórias no Brasil) com o intuito de transformar as estruturas econômicas venezuelanas. Dentre as leis promulgadas, três afetaram os interesses dos grupos econômicos locais e setores estrangeiros aliados. [...].

Essas leis foram de encontro aos interesses das elites venezuelanas que acusaram o governo de querer interferir de forma excessiva na economia, ferindo o que eles denominavam direitos adquiridos. Assim, a oposição organizou uma greve geral no país,

¹⁵ O *Caracazo* foi uma das maiores revoltas populares ocorridas na Venezuela, ocorrido em 27 de fevereiro de 1989, em repúdio ao pacote de medidas do FMI adotado pelo governo do presidente Carlos Andrés Pérez.

começaram a provocar escassez de produtos básicos trancando

as vias de distribuição e abastecimento para que os produtos não chegassem aos consumidores nas prateleiras dos estabelecimentos comerciais. Somado a isso, havia a ação das grandes redes de supermercado [...] que passaram a abrir somente algumas horas por dia, o que favorecia a falta de alimentos (DAMASCENO, 2015, p. 314).

Essas ações tinham como objetivo criar uma onda de pânico na população para que ela se revoltasse contra o governo e ocasionasse um clima caótico no país. O que a oposição não contava era com o enorme apoio popular que Chávez tinha. E ao invés de conseguirem tirá-lo do poder, acabaram contribuindo para fortalecer o apoio da população no presidente eleito. Schurster e Araújo (2015, p. 18) indicam que

Dados fornecidos por instituições internacionais e pelo governo apontaram para a melhoria dos padrões de vida da população após a chegada de Chávez a presidência. O apoio ao chavismo não adveio, apenas, do seu carisma e grande capacidade de oratória, mas da constatação pelos venezuelanos das melhorias socioeconômicas do país. Neste sentido, o espontaneísmo de 1989 deu lugar à conscientização política. Independente do poder de atração do discurso *bolivarianista revolucionário* não há como desconsiderar as melhorias sociais conquistadas pela população a partir de 1999.

As conquistas de melhorias sociais por parte da população venezuelana, no governo Chávez, foram um dos principais motivos que fizeram com que ele fosse novamente eleito para o mandato de 2013 a 2019. A época, Chávez já tinha sido diagnosticado com câncer e indicou então Nicolás Maduro para ser seu vice, pois acreditava que ele poderia dar continuidade ao bolivarianismo chavista e ao seu legado como líder. Chávez morre em 5 de março de 2012 sem tomar posse, quando, então, o vice-presidente, Nicolás Maduro, assume a presidência interinamente, até a realizações de novas eleições.

A popularidade do chavismo pode ser vista como fator determinante para a vitória de Maduro, que foi eleito presidente em 14 de abril de 2013 com 50,61% dos votos. De acordo com Schurster e Araújo (2015, p. 42) Maduro era bem menos radical que seu antecessor, representando um chavismo de centro, com um tom menos anti-imperialista. Apesar disso, nota-se pela porcentagem que deu a vitória a Maduro que esta foi uma eleição muito disputada e vencida por pouco, e isso motivou a oposição a criar canais de enfraquecimento do governo que abava de ser eleito.

Na época de sua eleição em 2013, Maduro continuou a maioria das políticas econômicas existentes de seu antecessor. Porém quando assumiu a presidência da Venezuela, o país se encontrava com uma alta taxa de inflação e sérios problemas de escassez de produtos. Maduro, então promulga medidas chamadas "ofensivas econômicas". Porém, no cenário econômico mundial o preço do barril de petróleo

despenca e a Venezuela, que tem seus ingressos econômicos advindos basicamente da exploração do petróleo, começa a entrar em sérias dificuldades econômicas e políticas. Essas dificuldades econômicas foram uma das principais razões para uma insatisfação popular que culminou nos protestos de 2014 e no aprofundamento de uma crise política, social e econômica que tem levado significativa parte da população venezuelana a migrar para diversas partes do mundo.

1.4.2. Por que venezuelanos estão migrando?

A partir da década de 1930 a Venezuela passa a ser um grande exportador de petróleo mundial e esse cenário muda completamente a forma como se orienta a política econômica do país, pois as divisas advindas da exportação do petróleo passam a ter grande importância para as finanças venezuelanas.

Ribeiro (2015, p. 260) analisa que

Profundamente relacionado com este regime petrolero proprietário foi sendo constituído um regime político apoiado nesta renda, o laço fundamental que unia a Nação e seu petróleo. Para fazer frente ao capital transnacional com a conseqüente expansão da renda era necessário um fortalecimento tanto interno quanto externo do Estado. Internamente, a forma pela qual se estabeleceu este fortalecimento na Venezuela passou pela consolidação da democracia, ampliando a base de apoio e robustecendo a sustentação da política de maximização da renda petrolera frente às transnacionais. Externamente, a Venezuela foi decisiva para a fundação da organização dos países proprietários de grandes jazidas petrolíferas e exportadores, a OPEP.

Esse alinhamento entre exploração do petróleo e política do Estado transformou a Venezuela em um país rentístico¹⁶ e isso marca a formação social venezuelana e torna este país totalmente dependente economicamente dos ganhos com a exportação do petróleo. Para se ter uma ideia, em 2013, 96% das exportações venezuelanas eram petróleo.

Por conta disso é que, em 2011, quando o preço do barril do petróleo despencou o país entrou em uma crise econômica que vem, desde então, assolando a economia venezuelana com drásticas consequências para sua população. Apesar de a elite venezuelana querer culpabilizar o regime chavista pelo colapso que vive o país, Edgar Lander em entrevista para o jornal Valor Econômico analisa que “a atual crise venezuelana existe há décadas e tem a ver com modelo petrolero rentista, que se mostrou insustentável e entrou em crise ainda nos anos 1980” (GOMBATA, 2017, p. 1). Ele

¹⁶ “[...], situação de um país no qual uma parcela significativa de seu PIB é oriunda da captação de uma renda internacional oriunda da venda de recursos não produzidos. [...]” (RIBEIRO, 2015, p. 266)

acrescenta ainda que o modelo rentista não foi superado pelo governo de Chávez, que continuou a utilizá-lo e se beneficiou do bom período do preço do barril no mercado internacional para consolidar suas políticas.

O governo chavista aproveitou bem o período de alta dos preços do petróleo e garantiu a população uma série de políticas sociais que transformaram a vida dos venezuelanos, garantido a população acesso gratuito a serviços essenciais. Nesse item podemos citar as chamadas “Missões Bolivarianas”, que tinham por objetivo garantir o acesso da população a educação, em todos os níveis, a cultura, a saúde, entre outros. Contudo a baixa do preço do petróleo ocasionou uma hiperinflação no país, sendo um dos fatores do desabastecimento de itens básicos como comida, material de limpeza e remédios, baixando em muito as condições de vida do povo venezuelano, e consequentemente, tornando a vida mais difícil para a maioria da população, principalmente daqueles que já se encontravam em situação de pobreza.

Para além disso, por interesses políticos, os Estados Unidos implementaram uma sanção econômica contra a Venezuela, congelando todos os bens do governo venezuelano e impedindo transações bancárias. Nesse contexto, houve um enfraquecimento do governo e uma forte desvalorização da moeda local. Isso teve impacto direto na população que teve seu poder de compra drasticamente diminuído.

Associada à crise econômica, cujo estopim foi a queda do preço do barril de petróleo, a Venezuela começa a enfrentar uma séria crise política. Opositores ao governo se tornam mais incisivos. Ribeiro (2015, p. 268) aponta que o governo venezuelano mostrou evidências de que houve “[...] ações coordenadas de setores empresariais visando aumentar os preços e promover a escassez de produtos, [...]”, tal qual ocorreu no início do segundo mandato de Chávez.

O fato é que, como afirma Oliveira

a Venezuela passa por uma situação política e econômica muito complexa com impactos diretos nas migrações. O embargo econômico a que foi submetido o país resulta num processo de empobrecimento crescente da população a curto, médio e longo prazo. Politicamente o país não tem elementos para sobreviver por muitos anos ao embargo econômico [...]. Outro problema da Venezuela é a entrega dos recursos sem retorno direto para o país. Como o que ocorre na região do Orinoco com a exploração de ferro e derivados expulsando todos os povos indígenas que vivem no seu entorno e no caminho da exploração. (LAFRONT, 2019, p. 3)

Dessa forma, o enfraquecimento do poder de ação do Estado impossibilitou a continuidade dos projetos de transferência de renda, criando, assim, uma desassistência a população, que é historicamente dependente dessa prática (LAFRONT, 2019). O povo

começa a sofrer com o desabastecimento de serviços essenciais, como energia, água, acesso a médicos (que também migraram) e remédios. O acesso a alimentos passa a ser extremamente difícil, pois o soldo mensal não alcança para comprar alimentos e a população passa então a sofrer com a fome e a desnutrição. Relatório publicado pela Anistia Internacional 2017/2018 informou que a cesta básica na Venezuela para uma família custava cerca de 60 vezes mais do que o salário mínimo (ANISTIA INTERNACIONAL, 2018, p. 252).

Esses são fatores que levaram com que milhares de venezuelanos deixassem seu país. Segundo dados da Plataforma R4V¹⁷, até outubro de 2019 já tinha deixado o país cerca de 4,5 milhões de venezuelanos. Desse total 3,7 milhões se deslocaram em direção a países da América Latina e Caribe.

Os primeiros a deixarem o país foram pessoas que faziam parte dos setores médios da sociedade, profissionais qualificados que quando saíram impactaram severamente os serviços oferecidos no país. Edgar Lander (2018) aponta que

[...]. Ha sido particularmente severo el impacto que, en hospitales, universidades y la industria, en especial PDVSA, está teniendo este masivo abandono por parte de su personal. La escala de esta migración es la expresión más dramática de una sociedad que se siente derrotada y sin salida, de una juventud que busca nuevos horizontes porque ya no ve posibilidades de futuro en su país. Para los familiares que permanecen en el país esta migración tiene dos caras. Por un lado, Venezuela se ha convertido en un importante receptor de remesas y una proporción creciente de la población depende de estas para sobrevivir. Pero, por otro lado, esto está produciendo dolorosos desgarramientos familiares. (LANDER, 2018, p. 12)

Temos que ter em conta que toda a economia venezuelana estar baseada no esquema rentista, um país totalmente dependente da exportação do petróleo. Com a morte de Chávez, o bolivarianismo chavista vai perdendo apoio popular, e as elites do país que por muitos anos ficaram caladas, pois também estavam se beneficiando com esse regime, aproveitaram a oportunidade para ensaiarem sua retomada ao poder. Em todo esse contexto, acrescenta-se o interesse do Capital internacional, e em particular, dos Estados Unidos em ter o país subjogado aos seus ideais para se beneficiar da abundância de petróleo que se encontra no país. Boicotes e a promoção da escassez de produtos essenciais a sobrevivência levaram, como já tinham levado em outros períodos, a um caos econômico e, conseqüentemente, político no país. Um evento histórico, sem precedentes na história desse país., que tem castigado da pior forma possível seu povo. Tais

¹⁷ Plataforma de Coordenação para refugiados e migrantes da Venezuela, disponível no endereço eletrônico <https://r4v.info/es/situations/platform> que sistematiza e divulga dados estatísticos da migração venezuelana. Visto em 03 de janeiro de 2020.

ocorrências estão gerando fatores de expulsão nessa população que para não morrer de fome decide deixar seus lares em direção aos países vizinhos. Esse processo migratório, decorrente de fatores sistêmicos foi se acelerando e, a partir de 2015 o estado de Roraima começa a sentir seus efeitos, com o crescente aumento de migrantes venezuelanos nas ruas e em diversos estabelecimentos das cidades.

1.4.3. Migrações de venezuelanos para o Brasil e para Boa Vista

Segundo relatório de uma pesquisa feita pela FGV – Fundação Getúlio Vargas, OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais e a UFRR – Universidade Federal de Roraima (FGV, 2020), “entre 2013 e 2019, mais de 260.000 venezuelanos solicitaram o status de refugiado ou residência no Brasil”. Além disso, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) estima que o dobro do total de migrantes que solicitaram regularização no país tenha passado pela fronteira brasileira usando-a como rota de entrada para outros países da América do Sul.

Essa entrada expressiva de venezuelanos pela fronteira Santa Elena de Uiarén/Pacaraima, nunca registrada antes, gerou um alvoroço na população que vive em Roraima. O governo do estado e as prefeituras de Pacaraima – cidade fronteiriça – e Boa Vista – capital do estado – declararam situação de calamidade pública. Importante frisar que vários países da América do Sul receberam um número maior de migrantes venezuelanos do que o Brasil e que, muito provavelmente se a entrada de venezuelanos no Brasil estivesse acontecendo nas regiões mais industrializadas do país, como a região Sudeste, por exemplo, não estaria representando o mesmo alarde que as autoridades governamentais e a mídia roraimense fazem.

Acontece que a fronteira do país com a Venezuela é exatamente em uma região do país que apresenta diversas carências, realidade não somente da fronteira Brasil/Venezuela, como de quase todas as fronteiras da região Norte do Brasil, haja vista as reações assistidas em 2010 quando os haitianos começaram a entrar pelas fronteiras de Assis Brasil e Brasiléia no Acre e Tabatinga no Amazonas.

Há que salientar também que a cidade faz parte da região amazônica, uma região em que segundo OLIVEIRA (2015, p. 108) “atualmente, há fluxos consideráveis de migração internacional [...] adentrando a fronteira brasileira, desafiando o Estado Nacional a implementar políticas migratórias que correspondam aos desafios da intensa mobilidade humana na Amazônia [...]”. Em Roraima, agora é notável a quantidade de migrantes venezuelano, que por seu volume chamou a atenção da sociedade local, porém

há bastante tempo o estado vem recebendo migrantes internacionais, de países como o Peru e República Cooperativa da Guiana, como já apontavam Rodrigues (2008); Rodrigues et. Al. (2016) em suas pesquisas.

É importante registrar que antes de 2016 já havia vinda de venezuelanos em direção ao Brasil desde os anos 2000. Nesse período, como aponta Baeninger (2018, p. 136) entraram no Brasil 9.723 venezuelanos “[...] composto por profissionais em cargos de gerência e alta qualificação, a maior parte com visto de trabalho [...]”. Essas pessoas se direcionaram em sua maioria para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

A autora também explica que “em um primeiro momento [...] [a migração venezuelana trouxe] um perfil bastante seletivo [...], com destino às capitais e tendo o avião como meio de transporte [...]”. Muito diferente do perfil que começou a entrar após 2016, em que se verifica a entrada via terrestre “de populações de classe média, num primeiro momento, e mais recentemente, de uma população venezuelana empobrecida. [...]” (BAENINGER, 2018, p. 137) (grifos nosso).

Rosana Baeninger (2018) ainda esclarece que a migração atual de venezuelanos para o Brasil, “[...], se insere em três movimentos importantes no âmbito das migrações internacionais contemporâneas: as migrações Sul-Sul, as migrações transnacionais de refúgio e as migrações transnacionais fronteiriças. [...]” (BAENINGER, 2018, p. 135). Essas migrações que estão ocorrendo para o Brasil têm relação com as restrições impostas pelos Estados Unidos e países da Europa para impedir a entrada de migrantes. Esses seriam destinos preferenciais de quem precisa se deslocar de seu país em busca de uma melhor qualidade de vida. Assim a migração para o Brasil se torna como explica Baeninger (2018, p. 136) uma migração possível e não uma migração desejada, pois o país oferece, devido a direitos conquistados e garantidos aos migrantes, garantia a regularização migratória e, conseqüentemente, uma maior sensação de segurança para aquele que migra.

Especificamente para Roraima a migração venezuelana, antes de 2016, nunca alcançou números significativos, apesar da proximidade fronteiriça e das intensas trocas comerciais. Destacamos que a Venezuela não possui um histórico de migrações de seu povo em direção a outros países, se configurando como um país receptor de migrantes e não o contrário. Pela fronteira com Pacaraima, segundo Rodrigues (2016) desde 1970 há trânsito de migrantes brasileiros em direção a Venezuela, principalmente para trabalhar nos garimpos, sendo a migração de brasileiros em direção a Venezuela, nessa época, bem mais significativa do que a de venezuelanos em direção ao Brasil. Além disso, segundo a

autora, desde de 1940, antes mesmo da criação do município de Pacaraima, já existiam trocas comerciais entre a cidade de Boa Vista e o município de Santa Elena do Uaiarén.

Assim verificamos que os venezuelanos não possuem um histórico de saídas de seu país em direção a outros, e que estão tendo que abandonar seu local de origem, por fatores alheios a sua vontade, fugindo de uma crise que está afetando sobremaneira sua qualidade de vida. O que verificamos com a pesquisa é que eles não deixariam a Venezuela para trás se tivessem outra opção e por isso eles não possuem um projeto migratório, alguns preferiram se estabelecer em Roraima, não por conta das oportunidades que na cidade conseguiram, mas porque o estado está mais próximo à Venezuela, e eles ainda nutrem a esperança de que se a situação melhorar por lá possam regressar novamente ao país. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), após a migração venezuelana houve um aumento de 20% da população residente na cidade de Boa Vista.

Para aqueles que não querem ficar em Roraima, uma alternativa viável é a interiorização. Existem algumas opções para quem deseja ir para outro estado brasileiro, três delas têm o apoio da Operação Acolhida¹⁸ em parceria com ACNUR e a OIM, são elas: interiorização *abrigo – abrigo*, interiorização *com vaga de trabalho garantida* e *reunificação familiar*. Além dessas opções, existe, ainda, uma possibilidade de interiorização arranjada por organizações da sociedade civil.

Essas modalidades de interiorizações foram organizadas e incentivadas pela Operação Acolhida com o objetivo de desafogar o fluxo de pessoas vivendo em Boa Vista, uma vez que a cidade não dispunha de infraestrutura adequada para recepcionar o número de pessoas que estava recebendo, assim o objetivo desse processo de interiorização é proporcionar a distribuição dessas pessoas em outras regiões do país e liberar vagas nos abrigos locais para a recepção dos migrantes recém-chegados e que continuam chegando.

Apesar dos esforços conjuntos das organizações internacionais, organizações da sociedade civil e do Exército, até agora, segundo relatório da OIM (2020), de abril de 2018 até junho de 2020 foram interiorizados cerca de 38.643 venezuelanos. A grande maioria dos interiorizados estão indo para o Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e

¹⁸ A Operação Acolhida foi desenvolvida pelo governo federal com o objetivo de amparar os nacionais da Venezuela que atravessam a fronteira Brasil-Venezuela por Roraima. Esta operação coloca o exército brasileiro em conjunto com organizações e instituições internacionais e nacionais trabalhando para proporcionar, às pessoas que estão chegando, atendimento médico emergencial e imunização, regularização de seu status migratório e emissão de documentos e abrigo. (LEVEL; JAROSCHINSKI, 2019)

Minas Gerais; verifica-se, portanto, que o direcionamento destes migrantes é para os estados brasileiros que possuem maior capacidade de oferecer oportunidades de empregos. Importante frisar também que há um movimento espontâneo de venezuelanos em direção a outras cidades do país. O que é visível no aeroporto e rodoviária da cidade, onde pode ser percebida grande quantidade de venezuelanos nos aviões que saem da cidade e nos ônibus que se destinam a cidade de Manaus, no Amazonas.

Apesar dos muitos percalços que o programa de interiorização ainda precisa superar para se tornar eficiente, ele pode representar uma saída digna para os migrantes que estão procurando uma oportunidade de se inserirem no mercado de trabalho. Entretanto, há que se destacar que há condicionantes que afetam o sucesso da integração dessas pessoas na sociedade proporcionada pelo processo de interiorização, que, mantendo a tradição brasileira, reforça uma ideia de integração por meio da inserção laboral, o que, não necessariamente, atende aos anseios e demandas. Além disso, outras medidas necessárias à integração perdem-se no anseio de se evitar o colapso do sistema emergencial desenvolvido.

Há que se destacar também o saldo econômico positivo que esse processo migratório trouxe para Roraima, embora parte da população, munida por preconceito, e mesmo de membros dos governos estadual e municipal se neguem a aceitar. Na fronteira, em Pacaraima, em muito tempo não se via um funcionamento tão intenso do comércio local. Os principais itens adquiridos são produtos alimentícios e de higiene e têm como destino a Venezuela, seja para revenda, seja para suprir as necessidades familiares de quem os compra.

Além disso, é perceptível também um aumento do fluxo de compras no comércio em Boa Vista. Pesquisa sobre o cenário econômico de Roraima depois da migração venezuelana (FGV, 2020) demonstrou que o Produto Interno Bruto de Roraima teve um crescimento superior ao dos demais estados da federação. A arrecadação com o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aumentou 25%. E ao contrário do que as autoridades governamentais falam, não foi constatado um inchaço nos serviços públicos locais por conta da migração venezuelana e o Relatório ainda conclui que, a medida que esses migrantes forem se inserindo no mercado de trabalho, começarão a gerar mais ingressos às receitas do país, e com o gasto com assistência para com eles tenderá a diminuir cada vez mais.

Para esses migrantes o regresso ao seu país, embora seja desejado por eles, só ocorrerá quando a situação por lá apresentar melhoras. Entre os migrantes venezuelanos

que foram entrevistados existe um sentimento de alívio por terem conseguido chegar ao Brasil, mesmo que eles estejam enfrentando dificuldade de integração em suas falas percebe-se que, apesar de não estarem em um local confortável, como o que alguns tinham no seu país, ainda assim para eles é melhor estar desta forma do que não ter o que comer. “Na Venezuela tudo estava bastante caro, com meu salário não conseguia comprar o suficiente para comer uma semana, aqui vivo na rua, mas pelo menos faço uma refeição por dia” (Entrevista 12, 14/12/2019). “Lá eu tinha um teto, tinha carro, emprego, mas não tinha como comprar comida e nem remédio” (Entrevista 20, 21/12/2020). O que percebemos é o desejo que essas pessoas têm de se estabelecerem no Brasil com dignidade.

Neste capítulo expomos nosso entendimento sobre migrações e contextualizamos a realidade dos países de origem dos nossos sujeitos da pesquisa. Também apresentamos um panorama sobre a migração de haitianos e venezuelanos para Boa Vista. Nos próximos capítulos, aprofundaremos alguns temas tratados aqui, explicando a relação entre migração e racismo e como isso afeta diretamente os nossos interlocutores em suas relações de trabalho.

2. MOBILIDADE HUMANA, NACIONALISMO E RACISMO

De acordo com a OIM (2018) em seu relatório “*World Migration Report 2018*”, a população de migrantes vivendo no Brasil aumentou em 20% no período entre 2010 e 2015. Porém, embora o número de migrantes vivendo no país tenha aumentado, frente à população total os migrantes representam apenas 0,4%. Acontece, como aponta o relatório da Ipsos (2019) *Perigos da Percepção 2018*, que os brasileiros superestimam a quantidade de imigrantes que existem no país, e quando essa percepção errônea é acrescida de problemas políticos e de infraestrutura – em geral mal gerenciados pelo Estado –, torna-se comum um implícito, e muitas vezes explícito, racismo contra o Outro, tornando os imigrantes sujeitos racializados, notadamente os que se encontram vivendo em situação de precariedade. (FELDMAN-BIANCO, 2018).

Por conta desses fatores existe uma série de espaços e contextos que são mais propícios para o surgimento de situações racistas, entre as quais destacamos o campo das relações de trabalho, que é um dos focos de nossa pesquisa para esta dissertação. Em pesquisa realizada em Portugal sobre essa questão, Machado (2001, p. 06), afirma que:

“[...] Os transportes, a esfera profissional, contando aqui, quer os locais concretos onde se trabalha, quer as situações em que se procura trabalho, e a circulação na rua são os contextos em que as avaliações dos migrantes mais apontam para a existência de racismo. [...]”.

Dentre muitas situações, o racismo colabora para empurrar os imigrantes a aceitarem trabalhos precarizados. Por isso, partindo dessas premissas, foi que propomos entender as adversidades que os migrantes venezuelanos e haitianos enfrentam nas relações de trabalho dentro da cidade de Boa Vista, decorrentes do fato de serem migrantes internacionais, analisando as perspectivas de condições de vivência e convivência dessas pessoas com a sociedade boavistense e como isso afetou as relações de trabalho que elas estabeleceram na cidade.

Com esse intuito de compreender essas relações é que, neste capítulo, vamos explorar as categorias “racismo” e “xenofobia”. Faremos primeiramente um percurso teórico para situar o que entendemos por racismo e qual a relação desta categoria com a mobilidade humana e a xenofobia. Após este percurso analisaremos a fala dos entrevistados com a finalidade de melhorar nosso entendimento quanto aos preconceitos e discriminações sofridas por esses migrantes.

2.1. Nacionalismo e racismo

Tanto venezuelanos como haitianos deixaram seus países, em busca de encontrar um lugar melhor para estabelecerem suas vidas, mas ambos os grupos chegam ao destino carregados de valores, entre os quais aqueles relacionados à ideia de nação – no caso, a “sua nação”, a nação de origem – e migraram para outra que também tem uma carga de valores nacionais presentes em sua população. Frente a isso, entendemos que é enriquecedor fazer uma ponte entre o conceito de Nacionalismo e Nação com a finalidade de fazer um percurso mais claro até chegar ao conceito de racismo que iremos propor mais adiante.

Para isso estamos nos apoiando em Anthony Giddens no livro *O Estado-nação e a Violência* no qual define esses termos da seguinte forma:

[...]. Por "**nacionalismo**" quero dizer um fenômeno que é basicamente psicológico – a adesão de indivíduos a um conjunto de símbolos e crenças enfatizado comunalmente entre membros de uma ordem política. [...]. Por '**Nação**' refiro-me a uma coletividade existente dentro de um território claramente demarcado, sujeito a uma unidade administrativa, reflexivamente monitorada tanto pelo aparato de Estado interno como por aqueles de outros Estados. [...]. (GIDDENS, 2001, p. 141, grifos nossos).

Portanto, como explica o autor, a forma como um grupo é projetado está relacionado com a forma como são pensados outros grupos, os que são de fora. O objetivo disso é construir uma fronteira entre os de dentro e os de fora, os que são do grupo e os que não são porque não compartilham das mesmas características, dos mesmos ideais. Como explica Marques (1997, p. 50),

[...] todas as culturas constroem categorias para conhecer, classificar e pensar o Outro. Mas, ainda que a percepção da alteridade seja um fenômeno universal, podemos nos perguntar se os diferentes sistemas de classificação são comparáveis entre si. [...] estudos pontuais parecem indicar que uma das particularidades dos esquemas de pensamento ocidentais é a de conceber o Outro como inferior com a finalidade específica de submetê-lo. [...].

Por conta dessa finalidade de submeter o Outro é que concordamos com Balibar (1991) para quem os discursos entre raça e nação nunca estão distantes, mesmo que seja para estabelecer uma negação entre ambos. Na mesma linha encontramos o pensamento de Hobsbawm (2011, p. 124) para quem “os liames entre racismo e o nacionalismo são óbvios. [...]” em função de que, na constituição dos Estados nacionais, os termos “raça” e “nação” em muitas ocasiões foram usados como sinônimos, com objetivo de estabelecer a identidade étnico-racial de uma nação. O autor afirma, ainda, que depois de um certo tempo, entre as classes médias e baixas na Europa, o termo nação passou de

“[...] um conceito associado ao liberalismo e à esquerda para um movimento da direita chauvinista, imperialista e xenófoba ou, mais precisamente, da direita radical, uma mutação mais prontamente observável no uso ambíguo de

termos tais como ‘patrie’ e ‘patriotismo’ na França da década de 1870. [...]” (HOBSBAWN, 2011, p. 138)

Para além disso, o que queremos problematizar aqui é que, apesar de toda essa preocupação em estabelecer os limites entre o Nós e o Outro, que culmina em termos de soberania de Estado, estabelecendo fronteiras bem marcadas sobre o começo e o término do território de cada país, a circulação de pessoas no mundo estabelece, de forma explícita, um movimento que reivindica o direito de circular livremente pelos diversos territórios e, inclusive, se estabelecer. Como aponta Foucher (2009, p. 20)

A liberdade de circulação é uma reivindicação amplamente compartilhada, principalmente nas regiões pacificadas. Contam-se 200 milhões de trabalhadores migrantes, 3% da população do planeta. Há aumento constante do volume de trocas de bens e serviços, em média três vezes mais rápido que o crescimento da economia mundial [...] Circulação de imagens que suscitam conflitos de interpretação entre as diferentes culturas postas em contato e entre as representações do Outro que elas veiculam maciçamente e sem cuidado.

Assim, a circulação de pessoas pelo mundo sempre foi e continua sendo um fato social, e entendemos que é cada vez mais necessário estabelecer um debate e refletir sobre qual seria, então, o papel dos Estados nacionais nesse cenário em que vivemos, no qual encontramos uma sociedade que se individualiza cada vez mais, buscando defender seus interesses particulares (legado do sistema capitalista ao mundo) e que não aceita de maneira fácil projetos pensados para o coletivo, ainda mais se esses projetos forem em prol do “Outro” o “não nacional”. Vemos tomar corpo e se consolidar na sociedade um discurso que reivindica um Estado mínimo, “enxuto” no que se refere às questões sociais, mas, ao mesmo tempo, aqueles que o defendem não abrem mão do Estado para garantia de seus projetos particulares. Assim, temos uma realidade em que as pessoas, quando se trata de seus interesses, querem mais participação dessa instituição, mas não reconhecem no Outro um sujeito de direitos.

Não precisamos ir muito longe para confirmar tal premissa. Pesquisa feita por Rodrigues (2014) na fronteira Pacaraima – Santa Elena de Uairén demonstra que em junho de 2006 brasileiros reclamavam nessa fronteira por uma menor atuação das forças do Estado no monitoramento da fronteira, pois tinham como interesse circular livremente na região sem os rigores estabelecidos em lei. Diz Rodrigues (2014, p. 54) em sua pesquisa “[...]Brasileiros também protestaram contra o que chamam perseguição das autoridades locais:”. Dez anos depois, após a entrada em massa de venezuelanos pela mesma fronteira citada, tivemos outros protestos no local, agora pedindo uma atuação mais efetiva do Estado para restringir a circulação de pessoas na região.

Essa dificuldade de aceitação do Outro corresponde ao modo de sociabilidade

produzido no contexto de formação dos Estados nacionais, em que, de acordo com Hobsbawn

Certo é que o nacionalismo tornou-se um substituto para a coesão social através de uma igreja nacional, de uma família real ou de outras tradições coesivas, ou autorrepresentações coletivas, uma nova religião secular, e que a classe que mais exigia tal modalidade de coesão era a classe média em expansão, ou antes, a ampla massa intermediária que tão notavelmente carecia de outras formas de coesão. A esta altura, novamente, a invenção de tradições políticas coincide com a de sociais”. (HOBSBAWN, 2008, p. 311)

Dessa forma, nossa busca vai na direção de procurar, nessa correlação, entender como o peso que se carrega por conta desse ideal nacionalista e as escolhas feitas pelos Estados nacionais a que se pertence afetam a formação das relações sociais construídas, as quais podem desembocar no racismo/xenofobia e, conseqüentemente, ter influência direta nas relações de trabalho que são estabelecidas.

Como bem aponta Hartog (2004) a diferença entre Nós e o Outro não é só uma construção social que legitima um espaço, é também um conceito que ao longo do tempo foi modificando seu significado real, estando correlacionado ora com os processos políticos, ora com os processos culturais e ora com ambos. Esses processos estabeleceram uma ideia de separação entre o Nós e o Outro que é acionada quando esse Outro torna-se visível na sociedade, pois são aqueles classificados como não “natos” do Estado nacional em que estão, e logo, não deveriam encontrar-se ali, criando um clima capaz de chegar ao racismo/xenofobia para com esses Outros. Assim que concordamos com Marques (2001, p. 123), quando este explica que

[...]. Um nacionalismo racista não é um nacionalismo que delimita fronteiras simbólicas e políticas entre nacionais e estrangeiros, entre Nós e os Outros, é um nacionalismo que, através da naturalização moderna – i.e. de uma biologização, explícita ou implícita da nação -, essencializa e congela os processos dinâmicos de formação de identidades remetendo-as para os domínios de uma perenidade fatalista e que racionaliza e trata todos os particularismos através de um sistema de crenças determinístico.

Temos então que uma das características do nacionalismo é a defesa de que as fronteiras físicas devem ser coesas com um projeto político e cultural unificado. A “imaginação comunitária”, construída historicamente por meio de processos políticos, econômicos e ideológicos (espaço de produção do racismo); e essa construção passa a ideia de que existe uma unidade nacional, criando fronteiras simbólicas em relação aos de fora. (MARQUES, 2001).

Nesse sentido, o nacionalismo – em que pese ser uma característica da modernidade, que na maior parte das vezes prega um discurso de progresso econômico e de autonomia política visando à cidadania – quando percebe enfrentar um estado de crise

ou sente-se ameaçado, nega o discurso proclamado e retoma um discurso marcado por concepções essencialistas, as quais atribuem direitos e respeito somente aos “natos”, e mais especificamente aos que fazem parte de determinadas classes sociais, acionando essa fronteira simbólica para justificar os seus atos.

Como aponta Feldman-Bianco (2018, p. 17) “[...]. Categorias dicotômicas têm sido recorrentemente utilizadas para diferenciar imigrantes considerados *desejáveis* daqueles avaliados como *indesejáveis*, assim como a contínua centralidade das proibições e das expulsões na construção social do imigrante enquanto problema. [...]”. O migrante idealizado no pensamento nacional brasileiro tem muito dos discursos difundidos pelas ideologias higienistas e eugênicas que foram implementadas no país no chamado “branqueamento racial”, em que migrantes europeus, leia-se migrantes brancos europeus, foram estimulados a viajarem ao país para ajudar no “desenvolvimento da nação brasileira”. Nesse sentido Feldman-Bianco (2018, p. 17) aponta ainda que “[...] Classificações e racializações tanto por parte de políticas do Estado-nação quanto a violência estrutural do cotidiano são recorrentes no presente, como foram no passado – [...]”. Determinadas posições que foram estabelecidas em um momento em que se ansiava estabelecer o Brasil enquanto nação, enquanto país pujante rumo ao futuro, assombram as relações estabelecidas aqui assim como foi no passado.

2.2. Por que usar o racismo como conceito analítico?

Em mundo cada vez mais conectado, no qual situações ocorridas em um lugar acabam por afetar todos os outros, principalmente no que diz respeito à economia, é cada vez mais comum ouvir discursos que “[...] se orientam pela resistência ao Outro, ao imigrante como causa central dos seus problemas políticos, econômicos, sociais e pessoais. [...]” (PEREIRA, 2018, p. 5). Esses discursos se colocam em contradição, uma vez que, ao mesmo tempo em que defendem o direito das pessoas em relação à mobilidade e permanência em um país que não é o seu, também produzem medo e insegurança com relação a esses migrantes. Essas pessoas são submetidas sob a base da legalidade, dos discursos nacionalistas, do controle e do desenvolvimento econômico e social a um controle de tipo excludente. Nesse aspecto, entendemos que tanto venezuelanos, quanto haitianos passam a ter suas trajetórias migratórias afetadas por esse tipo de discurso quando cruzam a fronteira com o Brasil.

Antes de entrar propriamente no debate sobre o porquê do conceito de raça ao invés do de xenofobia vamos fazer um percurso sobre o que entendemos por fronteira.

Para isso nos apoiamos no conceito de Foucher (2009, p. 22) para quem as fronteiras nacionais

[...] são descontinuidades territoriais, com a função de marcação política. Nesse sentido, trata-se de instituições estabelecidas por decisões políticas, projetadas ou impostas, e administradas por textos jurídicos: as leis de um Estado soberano em seu interior, o direito internacional público como lei comum da coexistência dos Estados, mesmo quando estes se desfazem, porque os tratados territoriais são os únicos pelos quais a sucessão de Estado é automática. Linhas de separação entre soberanias, elas agregam – por uma delimitação seguida de uma demarcação no terreno por meio de pedras ou outros utensílios físicos ou eletrônicos de separação – territórios governados por uma soberania estatal e que formam o quadro da atribuição e da transmissão de uma nacionalidade, de uma cidadania como ligação jurídica de um Estado à sua população constituinte. Não há identidade sem fronteiras. A ordem política moderna implica o reconhecimento, pelos outros, de fronteiras de Estado demarcadas, com base territorial e soberana [...]

Essa fronteira, que em resumo é uma linha divisória entre dois Estados que se reconhecem mutuamente enquanto soberanos de um determinado território, simbolicamente é a linha divisória entre o “Nós” e o “Outro”, a linha que nos define enquanto seres que pertencem a um determinado Estado-nação.

Dito isso, interessa-nos deixar claro o porquê estamos trazendo, prioritariamente, o conceito de racismo para entender as relações que são estabelecidas na cidade de Boa Vista entre os boavistenses e os migrantes venezuelanos e haitianos, e não o conceito de xenofobia. É importante deixar claro que a escolha em atribuir ao racismo, os preconceitos e discriminações sofridas pelos migrantes venezuelanos e haitianos em Boa Vista não têm o intuito de negar a contribuição das análises de outros trabalhos que atribuem a essas relações à nomenclatura de xenofobia, apenas nos parece mais adequado chamar de racismo, pelas razões que começaremos a explicar a seguir.

Para o entendimento dessa questão de racismo e xenofobia, é importante a contribuição de Wieviorka (2007, p. 152), quando afirma que é “intelectualmente abusivo confundir ou aproximar demais o racismo e imigração. [...]” Ele explica que o racismo é um fenômeno interior a sociedade, enquanto que a imigração tem efeito na sociedade do exterior para seu interior e, portanto, tem uma abordagem política diferente da primeira. Por conta disso é que em nossas buscas nos agradou sobremaneira o conceito proposto por Etienne Balibar (1993, p. 79) para quem

La xénophobie est un affect collectif, organisé ou non, de haine et de rejet contre l'autre en tant qu'il reste extérieur, et que le rapport avec lui peut finalement être évité. J'insisterai au contraire sur l'idée que le racisme dans la diversité de ses formes de, phénomène spécifique de la modernité que nous voyons s'élaborer à partir aussi de la colonisation, à partir des conflits religieux, à partir aussi de rapports sociaux d'antagonismes, suppose que le rapport ne puisse pas être évité, c'est-à-dire que les populations, les groupes qui s'opposent entre eux appartiennent à un seul et même espace social. Il faut,

par conséquent, que l'autre ne soit pas extérieur mais intérieur, même si cette «intériorité» prend la forme de la répulsion ou de l'exclusion.¹⁹

Ou seja, ambos os conceitos dizem respeito, de certa forma, à inferiorização do Outro, mas a diferença entre eles consiste na distância em que esse Outro se encontra. “A xenofobia pressupõe que a distância pode ser mantida, que o encontro pode ser evitado, faz apelo à fronteira do sistema social; [...]”. Enquanto que “no racismo o outro é interior ao espaço social e político do Nós. O contacto quotidiano com aquele que se despreza ou que nos ‘ameaça’ não pode ser evitado [...]” (MARQUES, 2014, p. 169).

Como venezuelanos e haitianos encontram-se em território brasileiro e são, portanto, “interiores” ao espaço daqueles que os discriminam; e como podemos verificar, por meio dos dados divulgados pelos órgãos oficiais, não se tratar de uma migração passageira e tão pouco as pessoas que aqui se encontram deixarão o país a curto prazo, consideramos pertinente usar o termo racismo, uma vez que não se trata de pessoas que estarão distantes tão logo, sendo a “interioridade” prolongada.

Posto isso, também é importante salientar que para as Ciências Sociais, o conceito de “raça” continua sendo utilizado pelos indivíduos em suas interações quotidianas, e, além disso, é socialmente construído, tendo conotações diferentes dependendo do lugar que acontece (WIEVIORKA, 1993).

Em outras palavras, e sociologicamente falando, o racismo é um termo utilizado para descrever um tipo de construção social na qual, em um determinado momento histórico, em uma dada sociedade, determinado grupo de pessoas são designados ou se autodesignam como “diferentes”. (WIEVIORKA, 1993; MARQUES, 1997). Esses grupos, portanto, por conta das “diferenças” designadas, constroem uma fronteira entre eles e o grupo racizado que, então, passa a ser discriminado e inferiorizado.

Temos, então, que a ideia de “raça” continua sendo utilizada pelo senso comum para constituir as relações entre pessoas e grupos (MARQUES, 2007) e, por conta disso, as Ciências Sociais devem continuar a utilizar o termo como conceito analítico, com o objetivo de entender o funcionamento da sociedade. Precisamos compreender, contudo, que, como afirma Marques (2007) é possível fazer uma abordagem sociológica sobre o

¹⁹ A xenofobia é uma paixão coletiva organizada ou não, de ódio e de rejeição contra o Outro enquanto ele permanecer exterior e enquanto as relações com esse Outro puderem ser evitadas. O racismo, pelo contrário, na diversidade das suas formas, fenômeno específico da modernidade que vemos elaborar-se a partir da colonização, a partir dos conflitos religiosos e também a partir de relações sociais de antagonismo, pressupõe que a relação não pode ser evitada, isto é, que as populações, os grupos que se opõem entre si pertencem a um mesmo espaço social. É necessário, portanto, que o Outro não seja exterior mas interior, mesmo se essa “interioridade” assume a forma de repulsão ou da exclusão. (Tradução de João Filipe Marques, 2014, p. 169)

racismo sem utilizar o conceito de “raça”, assim como, também, o racismo não necessita da ideia de “raça” para ser substancializado cotidianamente.

2.3. A ideia de “raça” e os conceitos de racismo

Após a segunda Guerra Mundial a ideia de raça começou a ser abandonada. Por um lado, esse abandono esteve correlacionado com a reação às ideias horrendas propagadas pelo nazismo; por outro lado, por conta do avanço científico no campo da biologia que, decodificando o Genoma Humano, comprovou que este não continha um gene específico que estivesse presente em um grupo e ausente em outros, ocasionando uma mudança de posicionamento ideológico na Academia e um progressivo abandono da ideia de “raça” como conceito analítico ou biológico. Também é por conta desse contexto,

[...] que, também, as ciências sociais abandonam o conceito de ‘raça’ em favor de novas tipologias de diferenciação dos grupos humanos baseadas no conceito de ‘etnia’. Este último conceito pressupõe a existência de diferenças culturais entre grupos, mas admite que essas diferenças são socialmente transmitidas e não geneticamente herdadas: [...]. (VALA, 1999, p. 146)

Seguindo esta mesma lógica é que Gilberto Freyre, no Brasil, desloca, em seu livro *Casa-Grande e Senzala*, o debate sobre a identidade brasileira para a ideia de cultura. Essa perspectiva fez a UNESCO, alguns anos depois, apoiar trabalhos que aprofundassem a discussão proposta por Freyre, enquanto ignorava propostas que iam de encontro com esse pensamento, e por conta disso passasse então a defender o abandono do conceito de “raça”, ligado as “diferenças biológicas”, e apoiasse conceitos que estariam mais ligados as diferenças culturais e étnicas.

Concebendo, então, a ideia de “raça” como uma construção social, o que se percebe é que tal deslocamento conceitual teve influência na forma como os grupos e indivíduos constroem a sua relação com o Outro. É importante deixar claro, entretanto, que tal deslocamento de forma alguma apagou a concepção clássica de “raça” no senso comum, principalmente no Brasil, país em que as diferenças fenotípicas, mais precisamente a cor, ainda são fatores de distinção social, porém tal deslocamento reforçou outras formas de conceber as diferenças entre as pessoas.

Acontece que tal deslocamento tornou-se problemático, uma vez que na academia foram sendo produzidas categorias que atribuem situações próprias de racismo como sendo, prioritariamente, relacionadas com a cultura, como se nas relações cotidianas o racismo em sua concepção mais clássica tivesse desaparecido. Termos como racismo cultural, racismo moderno, novo racismo, racismo latente, racismo sutil, entre

outros, são todas categorias criadas para justificar este deslocamento conceitual do termo, insinuando que o racismo que acontece na contemporaneidade é mais recôndito.

Como aponta Machado (2000, p. 22)

Ainda que a ideia de hierarquização de raças, característica da ideologia racista clássica, tenha sido abandonada, [...], pelas formulações ideológicas mais recentes, faz sentido continuar a reter essa ideia na definição de racismo enquanto preconceito comum, alargando-a, é certo, à hierarquização também de diferenças étnico-culturais. O que cabe dentro dos limites do preconceito racial é essa crença numa relação de superioridade e inferioridade entre categorias raciais e culturais diferentes, e a consequente avaliação negativa, preconcebida e sistemática, dos considerados inferiores.

De forma que, atribuir situações claramente discriminatórias, de hierarquização de valores e práticas ou de preconceitos envolvendo características fenotípicas, entre outras, a diferenças culturais, mesmo que eventualmente criticando essas situações, pode contribuir para continuidade e defesa de práticas que, mesmo de forma velada, reproduzem o racismo na sociedade.

Para Wiewiorka (2007, p. 42)

O racismo é, com efeito, uma questão verdadeiramente moderna a partir do momento em que ele diz respeito não a grupos humanos em posição de grande exterioridade mútua, de estranheza radical, de distância não abolida, nem de grupos humanos que se ferem, ou inauguram seu encontro, como foi o caso do início da colonização, mas de grupos humanos destinados a viver em uma mesma unidade econômica, política ou social, em particular em um mesmo conjunto jurídico-político – aquele que constitui, notadamente, um Estado. [...]

Nesse sentido, o grupo que pratica atos racistas faz parte de uma mesma unidade e pratica tais atos por concordar com discursos propagados que qualificam suas características como superiores. Essas características podem ser físicas, morais e intelectuais e tem como objetivo por em prática ações que inferiorizam e/ou excluem o grupo que está sofrendo o racismo.

Assim, nesta dissertação, consideramos importante a contribuição de Wallerstein (1991), para quem o racismo é uma fórmula que contribui para os objetivos de potencialização da acumulação do capital, implicando um menor custo para este sistema. Nessa linha de raciocínio, o grupo racizante inferioriza o grupo racizado para justificar sua exploração. Da mesma forma, é importante o que traz Bourdieu (2012) ao afirmar que a perda de status das classes médias cria um ressentimento deste grupo social, levando-o a distanciar-se e diferenciar-se dos grupos economicamente inferiores, de forma a discriminá-los e inferiorizá-los.

Temos, portanto, que a relação de racismo presente na relação entre os dois grupos, o racizante e o racizado, estaria mais relacionado com as diferenças entre as

classes sociais. Nesse tipo de relação estabelecida, o indivíduo em si e por si não importa. O que importam são as vantagens e/ou desvantagens econômicas que advém com ele. Esse tipo de racismo certamente está presente nas relações entre migrantes venezuelanos e haitianos com os que já se encontravam estabelecidos na cidade de Boa Vista.

Consideramos, contudo, que as situações de racismo enfrentadas pelos imigrantes em Boa Vista são mais complexas, de forma que entendemos que não podemos nos apoiar somente em um conceito que correlacione o racismo com a acumulação de capital ou diferença entre classes sociais, uma vez que deixariamos de abranger, em nossas análises, a totalidade do problema. Não se trata, assim, de não considerar as análises acima mencionadas, mas do entendimento de que o nível de complexidade da realidade estudada requer uma compreensão mais ampla sobre o conceito de racismo.

Em um primeiro momento é necessário esclarecer que, para o entendimento da articulação entre nacionalismo e racismo, foco dessa pesquisa, temos em mente a leitura francesa, desenvolvida por nomes como Pierre-André Taguieff e Michel Wieviorka, segundo a qual existe uma dualidade das lógicas do racismo, ou seja, existem duas abordagens sobre o racismo: um racismo de inferiorização ou desigualitário e um racismo de diferenciação ou diferencialista. Ambos os tipos de racismo obedecem a uma lógica de exclusão do grupo racizado que os conecta, mas ainda sendo possível estabelecer uma diferença conceitual.

No racismo desigualitário, o grupo racizado está inserido nas relações sociais e, portanto, tem lugar nessa sociedade, porém este lugar lhe é concedido na condição de inferiorização. Estes passam então a ocupar um lugar que é socialmente menosprezado, tanto em seu lugar de moradia, como nas relações e condições laborais. Esta forma de racismo legitima e mantém uma ordem social baseada na dominação e na exploração (MARQUES, 1996, p. 48)

Já na lógica diferencialista, o “grupo racizado é percebido como uma ameaça endógena que urge afastar, não lhe sendo admitido qualquer lugar no sistema social [...]. Neste registro, o Outro é considerado como poluente, como um corpo estranho, ameaçador da homogeneidade social e dos valores identitários do Nós. [...]” (MARQUES, 1996, p. 48-49).

Dito isto, é importante salientar que, para Michel Wieviorka (2007), as duas lógicas do racismo não são suficientes para compreender o racismo presente na sociedade, pois para ele a forma como os conceitos estavam postos era demasiado genérica quanto ao conceito e, por isso, esse autor propõe o que chama de “formas elementares do

racismo”: preconceito, discriminação, segregação, violência, e o racismo enquanto doutrina e ideologia. O que Marques (1996, p. 49) vai chamar de “[...] Uma desmontagem do fenômeno através das suas manifestações empiricamente observáveis [...]”.

Seguindo a linha de raciocínio de Wieviorka (2007) temos que o preconceito racial é uma construção social que diz respeito aos grupos racizados, construção feita a partir de informações distorcidas ou mesmo imaginadas relativas aos grupos. Marques (1996, p. 49) acrescenta que essa construção “desenvolve-se com base em estereótipos, isto é, generalizações exageradas e abusivas relativamente ao comportamento ou a quaisquer outras características dos seus membros. [...]”. O preconceito racial amplia sua função quanto mais os membros da estrutura social, onde o preconceito se produz e reproduz, moldam suas relações com base na dominação.

O preconceito é a primeira forma elementar do racismo. Ela pode existir em todo o contato estabelecido com o “Outro” sem que nunca se transforme em atos racistas. O preconceito tem relação direta com a “fofoca” o “rumor” e se alimenta dele para tomar forma. Um ponto interessante para termos em mente em relação ao preconceito é que

O portador do preconceito não somente julga o Outro de maneira predeterminada, mas ainda quase não é afetado, ou não necessariamente, pelo que lhe traz a experiência vivida ou o encontro com ele; ademais, opõe uma singular resistência à crítica, por mais escorada que ela possa estar. Contrariamente a uma idéia ingênua, não basta, para fazê-lo recuar, explicar que o racismo repousa em pressupostos falsos e falaciosos para a ciência. (WIEVIORKA, 2007, p. 60)

Já quanto à discriminação, segundo Wieviorka (2007), esta corresponde de preferência a uma lógica de hierarquização. Nesse sentido, a discriminação é uma forma de inferiorizar o Outro com o objetivo de estabelecer quem é que está dominando. O autor aponta preocupação quanto a discriminação em relações estabelecidas em espaços-chaves da sociedade como, por exemplo: o acesso à educação, ao trabalho e à moradia; espaços e lugares em que é possível surgir uma sucessão em cadeia de acontecimentos que provocam o reforço da exclusão do grupo racizado nesses locais e pode alimentar a segregação.

A segregação racial é uma separação física entre os grupos que partilham o mesmo espaço social. Wieviorka (2007, p. 65) diz que

A segregação racial é, pois, ao mesmo tempo um processo e seu resultado: mantém um grupo a distância, localizado em espaços próprios que lhe são reservados, [...]. Essa separação geográfica completa-se ocasionalmente com medidas de circulação restritivas. Pode alcançar até a interdição de penetrar em certos espaços ou abandonar aqueles que lhes são reservados.

A segregação pode ser imposta ou voluntária. A segregação imposta revela, em

essência, um racismo diferencialista que é incentivado pelas lógicas da desconformidade socioeconômica e assim, alimenta um distanciamento para com o grupo racizado. Já a segregação voluntária é uma vontade do próprio grupo de assegurar o seu modo de vida, e funciona mais como um mecanismo de adaptação ou defesa frente ao grupo dominante.

Quanto a violência de cunho racial, esta contém vários níveis de intensidade que, segundo o autor, fixam-se de acordo com o grau de politização, organização e Estatização da sociedade. Dessa forma, ele divide a violência racista em: a) violência infra política, que acontece de forma espontânea e por atos isolados em lugares que escapam do controle do Estado; b) violência de cunho mais social, que não tem um caráter político, ainda, tendo característica mais grupal, como no caso dos linchamentos; c) violência de cunho ideológico, promovida pelas organizações políticas por meio de seus programas e; d) violência racista operacionalizada pelo Estado – uma violência que pode legitimar a segregação dos grupos racizados, ou apoiar os mecanismos de discriminação.

Para Wieviorka (2007, p. 71)

O racismo é sempre uma violência, na medida em que constitui uma negação daquele que é sua vítima, uma alteração da humanidade da qual é portador. Essa violência é, sobretudo, simbólica quando toca a integridade moral da pessoa visada sem entrar diretamente sua participação na vida social, política ou econômica; quando está embutida no desprezo, do preconceito ou da simples expressão de ódio, sem consequência sobre sua integridade física; mais particularmente pela violência física, assassina, concentrando a análise em suas expressões mais truculentas, e não em suas expressões mais difusas, pequenas brutalidades, perseguição, ameaças, o que, evidentemente, não se trata de minimizá-las ou banalizá-las.

Há que ser ter em conta também segundo o autor (2007, p. 77) que

A violência racista, por outro lado, pode corresponder, de forma muito diversa, a uma situação de crise ou de dificuldades econômicas, nas quais um grupo despojado, em queda, ou em posição social de inferiorização, volta-se contra um outro para excluí-lo de um mercado de trabalho, que se encolhe, para manter seu próprio emprego ou suas condições de existência e criar, pela raça, uma diferença social que ameaça ser abolida. Combina-se facilmente com uma lógica de bode expiatório, que imputa ao grupo tratado de maneira racista a causa da infelicidade do grupo racista, [...].

Nas manifestações que aconteceram nas cidades de Boa Vista, Pacaraima e Mucajaí contra a presença dos venezuelanos em Roraima, este é o tipo de violência que mais percebemos. Em que usam os migrantes venezuelanos como bode expiatório de todos os problemas presentes no estado. Adiante nos determos em melhor detalhar tais situações.

Quanto a influência do sistema político nas formas de racismo, esta pode dar mais legitimidade e poder para as ações racistas. Temos assim que, tanto a discriminação como a segregação e a violência “[...]diferem substancialmente, consoante emanam do

Estado, das suas instituições ou mesmo do sistema político ou relevam da sociedade civil. [...]” (MARQUES, 1996, p. 51) revelando dessa forma, vários níveis de intensidade do racismo de acordo com o seu grau de politização. Já o racismo enquanto doutrina ou ideologia se manifesta quando existem, no âmbito da sociedade, elaborações intelectuais, políticas ou científicas, que inferiorizem ou segreguem determinados grupos, postulando a superioridade de outros.

Ainda sobre a definição de racismo para Wieviorka (2007), este define o racismo em quatro níveis: 1º - infra racismo, 2º - racismo declarado, 3º - racismo institucionalizado e/ou político e 4º - racismo total. No primeiro nível se encontram os casos mais fracos, nesse nível “os preconceitos, os rumores, não têm alcance prático, a violência é difusa, [...]. A discriminação é contida ou limitada, os processos de segregação raramente engrenados. E, sobretudo, a relação de diversas formas elementares do racismo não é efetuada; [...]” (WIEVIORKA, 2007, p. 85-86)

No segundo nível o racismo já está mais constituído. “As sondagens testemunham a vivacidade das opiniões e preconceitos racistas, as ideologias e as doutrinas circulam mais, [...]. O racismo, nesse caso, já não é mais um fenômeno marginal ou secundário, [...]” (WIEVIORKA, 2007, p. 86). No terceiro nível o racismo penetra nas instituições e isso contribui para reforçar as discriminações e segregações, porém isso ainda é feito de modo velado. Aqui “as idéias racistas não são mais, então, próprias de movimentos ou de grupos marginais ou suficientemente radicalizadas [...], elas impregnam a vida política, [...], elas exercem uma influência sobre as categorias gerais do debate político”. (WIEVIORKA, 2007, p. 86-87)

No quarto nível o racismo está em toda a sociedade e, inclusive, dita algumas das leis advindas do Estado, que se organiza em uma doutrina racista.

De acordo com Marques (1996), a contribuição de Wieviorka para os estudos do racismo é importante por distinguir de maneira tridimensional as formas observáveis do racismo, facilitando o entendimento desse conceito. Dessa forma, ele separa o racismo pelas *atitudes* (opiniões e preconceito), *comportamentos* (discriminação, segregação e violência) e pelas *elaborações intelectuais* (ideologia política, doutrina cientificizante, etc.).

Para Machado (2000, p. 35) este modelo proposto por Wieviorka é interessante porque permite “especificar o problema da articulação entre as dimensões representacionais do racismo e o racismo como prática. [...]”. Tal modelo permite debater e analisar o racismo sem o colocar em uma situação dual, de existência ou não do racismo,

dependendo da situação que ocorre, e portanto, possibilita perceber as diversas circunstâncias em que ele pode ocorrer na sociedade.

Destacamos que esse modelo parte do raciocínio dos tipos ideias weberiano, no sentido de dar conta de realidades que, na prática, são mais complexas. Por isso é possível encontrar a coexistência de uma combinação de tipos de racismos sofridos por determinados grupos racizados, fator que faz com que consideremos importante essa análise para refletir a realidade dos migrantes venezuelanos e haitianos em Boa Vista.

Até aqui apresentamos alguns conceitos de racismo, mas também nos parece importante falar um pouco sobre o racismo no Brasil, afinal de contas, é neste país que estamos fazendo a nossa análise e a forma como a sociedade concebe e lida com o racismo influência sobremaneira em todos os aspectos desta análise.

Por quase quatro séculos o Brasil foi um país que utilizou mão de obra escrava para mover a economia e, nesse processo, negros e também por algum tempo indígenas, foram explorados, perseguidos e massacrados. Em 1888 foi então assinada a Lei Áurea, que em tese libertou os negros da escravidão, relegando, porém, esta população a viver na extrema pobreza e no desemprego, desembocando na guetização (vida em favelas) da população negra. A elite do período então, passou a se preocupar com a formação da nação brasileira e o tipo de sociedade que seríamos, querendo que nos aproximássemos de um tipo ideal branco europeu. Foi assim que no país foi iniciada uma política eugênica, tanto promovendo o extermínio direto ou indireto dessa população, como promovendo também uma imigração desejável para o país de pessoas brancas europeias, promovendo o branqueamento racial. Além disso, segundo Lima e Vala (2004, p. 246), nesse período as estatísticas oficiais corroboraram para invisibilizar a população negra, contribuindo com o delineamento político da época e a aplicação de políticas públicas que excluíram os negros do projeto político do país.

O discurso oficial do branqueamento racial produziu no Brasil “[...] um conjunto de práticas sociais de valorização da cor branca e desvalorização da cor negra que ajudaram a tecer uma representação social da cor da pele ancorada em valores econômicos e sociais” (LIMA; VALA, 2004, p. 246). Assim no país, essa construção social do negro enquanto indivíduo inferiorizado tornou-se então um processo estrutural, que perpassa todas as relações estabelecidas nos mais diversos setores sociais. Há, sobretudo, uma correlação muito forte entre cor de pele e a classe social: “o indivíduo quanto mais negro menor é também seu status social”, o que fez com que alguns autores postulassem que o preconceito no país fosse tanto de raça quanto de classe.

A partir da década de 1930 a imagem que o Brasil passava para o exterior e, que consequentemente, começou a ter impacto sobre os discursos que se propagavam no país, era o da “democracia racial” baseado na tese de Gilberto Freyre que dizia que o Brasil era o resultado da miscigenação entre as três raças que formavam a nação brasileira: o branco, o negro e o índio. Também no mesmo período, na Constituição de 1934 o racismo passou a ser proibido por lei no país. Na prática o racismo nunca deixou de estar presente nas relações sociais estabelecidas, mesmo que a lei garantisse punição para quem agisse em contrário. Todo esse discurso da igualdade entre as raças e das leis que asseguram punição para quem pratica atos racistas fizeram com que os brasileiros, na sua maioria, se declarassem pessoas livre de preconceitos, como bem analisou Florestan Fernandes (1966) quando disse que o brasileiro, sobre o racismo, considerava ultrajante (para quem sofria) e degradante (para quem praticava), chegando à conclusão que o preocupava mesmo o brasileiro era o “preconceito de ter preconceito”.

2.4. Racismo/Xenofobia institucional

Consideramos importante aqui abrir uma seção que se dedique um pouco a dialogar sobre o racismo/xenofobia institucional, pois não podemos deixar de lado algo que toca profundamente as relações estabelecidas entre os migrantes e a sociedade que os recebe. Embora existam muitos casos positivos de ações institucionais para recepcionar e acolher os migrantes, nesta seção iremos nos dedicar a analisar os elementos negativos dessa relação. Para os poderes constituídos, em que pese o fato de que a chegada de uma quantidade significativa de migrantes demande a mobilização de recursos e ações, as situações geradas acabam sendo oportunas, visto que essa chegada gera medo e insegurança na sociedade de destino²⁰. É nessas situações em que a população se encontra mais insegura e vulnerável que o Estado age no sentido de buscar legitimidade, sem que suas ações signifiquem, verdadeiramente, a solução dos problemas sociais.

Para o Estado, como bem coloca Bauman (2005, p. 74) “os imigrantes, permitam-me observar, se ajustam melhor a esse propósito que qualquer outra categoria de vilões genuínos ou supostos. [...] Fica-se tentado a dizer que, se não houvesse imigrantes batendo às portas, eles teriam de ser inventados [...]”. Como citamos acima,

²⁰ Sabemos também, embora estejamos analisando o lado negativo dessa relação, que para a sociedade de destino a chegada de migrantes representa muitos crescimentos. Entre eles destacamos aqui o sentimento de solidariedade que emanou de algumas instituições religiosas e/ou da sociedade civil, assim como de membros individuais no sentido de acolher os recém chegados.

apesar das mudanças nas Leis, postulando a defesa daqueles que sofriam racismo, na prática isto não passava de mais algumas letras em um pedaço de papel; o mesmo passava com a entrada no país de migrantes que não eram os desejados pelo Estado, ou seja, mesmo que tenham acontecido algumas mudanças na legislação, favorecendo o imigrante em território nacional, a postura do Estado brasileiro tem sido, após a Primeira Guerra Mundial, a de segurança nacional. O Estado, na década de 1930, usou o exército para garantir que os migrantes que aqui se encontravam assimilassem a cultura nacional. Em 19 de agosto de 1980, quando o regime político do país iniciava o processo de abertura política que deu fim à ditadura, foi instituída a Lei 6.815 – que criava o Estatuto do Estrangeiro – para regulamentar a situação do não-nacional em território brasileiro. Já no seu primeiro artigo o Estatuto deixa claro o seu viés militarista e de caráter securitário, todo ele tinha como base a defesa do cidadão brasileiro em detrimento do não-nacional, ou seja, não se tratava de um instrumento de proteção ao não-nacional e sim em um instrumento para determinar as posições que essas pessoas poderiam ocupar.

Este é um claro exemplo do posicionamento do Estado brasileiro em relação aos migrantes internacionais por muitas décadas, ainda mais se esses migrantes não fossem os desejáveis, situação que recentemente foi amenizada, mas não inteiramente erradicada, com a substituição do Estatuto do Estrangeiro pela Nova Lei de Migração, sancionada em 2017. Mesmo com esses avanços o migrante é ainda muito hostilizado e mal visto pela sociedade, aquele que traz ameaça a boa convivência e harmonia local. Temos que refetir aqui, porém, que tal situação ocorre, obviamente, não com todos os migrantes que cruzam as fronteiras do território, mas mais especificamente com aquele que carrega consigo traços fenóticos ou estigmas sociais que os torna não são desejáveis. Haja vista que os migrantes europeus e estadunidenses brancos são muito bem quistos e não sofrem os preconceitos e discriminações desta ordem.

Essa discussão nos é muito pertinente, pois os migrantes que são os sujeitos de nossa análise não são caracterizados como esse migrante desejável. Ambos estão migrando de países que passam por dificuldades econômicas, ou seja, são pessoas desfavorecidas economicamente, que enxergam na migração sua oportunidade de conseguir algo melhor. Esses migrantes, na sua grande maioria, só possuem recursos suficientes para garantir sua sobrevivência durante a viagem, e por isso, após chegarem necessitam buscar apoio para se estabelecerem. Além disso, tanto haitianos como venezuelanos carregam consigo marcas fenóticas: os haitianos são negros e os venezuelanos que se encontram em Boa Vista, em sua grande maioria, são pardos. Sendo

assim sua presença em território nacional só é desejada quando este migrante está alienado em algum tipo de trabalho em que ele, de preferência, esteja invisível.

Esta, porém não era a realidade dos venezuelanos que cruzaram a fronteira Santa Elena de Uaiarén – Pacaraima, chegando no Brasil pois, pela sua quantidade, nem de longe puderam ser invisibilizados. Por conta disso e da linha securitária que rege as ações do Estado em relação a migração, temos uma realidade em que

Esquecendo-se da tradição de país formado por famílias de diferentes origens, o governo Bolsonaro lança mão da narrativa do medo, do terrorismo e do crime organizado para atacar a Lei de Migração. Em julho, o ministro da Justiça, Sérgio Moro, assinou a Portaria 666, que cria a possibilidade de deportação sumária e o impedimento de entrada de migrantes no país pela simples “suspeita” de envolvimento em crimes. A nova regra concede superpoderes ao oficial de fronteira em determinar quem são as pessoas “perigosas”, restringindo as garantias de defesa. (ASANO; PARISE, 2019, p. 3)

Essa foi uma, dentre muitas notas e medidas tomadas, por parte do Estado, em claro desfavor da migração para Roraima, tanto em âmbito federal, quanto regional. Nos movimentos e debates pré-eleições 2018 ficou muito clara essa situação, abrindo espaço para que os movimentos anti-imigração ganhassem força política e incitando atos racistas e xenófobos no estado. Como apontou Milesi et. al. (2018, p. 66) em uma reflexão sobre a migração para o estado de Roraima

Todo o esforço das autoridades locais para responsabilizar a União vem sendo acompanhado pelo uso de elementos xenófobos no discurso político, os quais se fazem notar de maneira expressiva em pronunciamentos oficiais diversos e que, de maneira bastante expressiva, permeia a argumentação na qual se baseia a ACO 3121. A ação parte da premissa de que não há dúvida que ‘a entrada descontrolada de venezuelanos pela fronteira Brasil/Venezuela tem causado enormes prejuízos à população deste que é o menor estado da Federação’[...].²¹

Nesse sentido, percebe-se a construção de um discurso que tem como objetivo culpabilizar os migrantes por todas as mazelas e dificuldades que enfrentam para acessar os serviços oferecidos pelo Estado. Como se a chegada dessas pessoas fosse a causa de todos os problemas que a população enfrenta e se os serviços estão ruins é porque a demanda aumentou. Um relatório foi elaborado pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Roraima e apontava que a migração para Roraima estava causando um impacto que se não fosse remediado transformaria o estado no “pior estado do Brasil”. O relatório afirmava que o poder público não poderia ficar somente assistindo “a insegurança generalizada vivenciada pela população do Estado de Roraima” e que, portanto, era necessário encaminhar o dito relatório as autoridades competentes como um

21 Os autores se referem a ACO 3121: Ação Civil Ordinária movida pelo estado de Roraima contra a União.

“pedido de socorro da população”. (MIGRAÇÃO..., 2019). O relatório ainda acusou os migrantes de trazerem para o país novamente o vírus do sarampo, de superlotar os leitos do Hospital Geral Roraima (HGR) e as fichas de atendimento das Unidades Básicas de Saúde (UBS) a ponto de os brasileiros não conseguirem mais atendimento e que, portanto, estes estavam a mercê da própria sorte, sem uma perspectiva de que os serviços fossem normalizados. O relatório acusou o governo federal de omissão no controle fronteiriço por deixar ingressar em território brasileiro “criminosos” que continuaram a praticar seus crimes na cidade, em uma clara tentativa de associação do aumento da criminalidade com a entrada de migrantes.

Este relatório é um claro exemplo do uso do poder do discurso oficial em uma tentativa de incitar o medo na população e por conseguinte, incitar o racismo/xenofobia, ignorando totalmente a responsabilidade que o poder público deve ter frente às leis estabelecidas no país e o bem-estar de sua população. Outro exemplo dessa irresponsabilidade foi a Lei Municipal 2.074, de 7 de janeiro de 2019, aprovada na Câmara de Vereadores de Boa Vista, que impõe limite ao número de migrantes que podem ser atendidos nas UBS da cidade, impondo que o atendimento destinado aos migrantes não ultrapasse 50% do total de vagas diárias. Esta ação da Câmara dos Vereadores foi claramente uma ação discriminatória, pois estabelece uma clara diferença entre os nacionais dos não-nacionais, impondo limites que os separam. Além disso a Lei em questão é inconstitucional, uma vez que, contradiz o acesso universal a saúde em território nacional e ainda por cima fere uma série de acordos dos quais o Brasil é signatário.

Frente a estas questões, qual foi, então, a resposta que o Estado brasileiro apresentou?

Não é novidade que a política migratória brasileira, quando analisada apenas pelo prisma legal, ou seja, da Lei 13.445/17, chamada Lei da Migração, seja vista como uma das mais avançadas do mundo, por garantir muitos direitos fundamentais aos migrantes. Com efeito, esta Lei foi produzida tendo como parâmetro a garantia dos Direitos Humanos, embora, como já comentamos acima, não deixou de possuir um viés voltado para a securitização. Ao analisar a sua regulamentação, por meio do Decreto 9.199, de 20 de novembro 2017, vemos que este constitui um verdadeiro retrocesso. O referido Decreto delega poderes à Polícia Federal para decidir sobre o trânsito e permanência dos não-nacionais no país, deixando ainda brechas em outros aspectos fundamentais sobre a condição de permanência deles no Brasil.

Obviamente, pela data em que se promulgou tal decreto, verifica-se uma nítida

relação com a migração de venezuelanos para o país e a tentativa de encontrar mecanismos de regulamentação desse movimento migratório, mesmo que em sentido contraditório ao postulado pela lei.

Isso é mais evidente quando se pensa que diversas das respostas governamentais estabelecem mecanismos de controle sobre esses migrantes, seja por conta de propostas de abrigamento, seja em função de processos de deslocamento assistidos por órgãos governamentais em que há um controle sobre os migrantes, a ponto de não se poder afirmar que o garantido direito de ir e vir assinalado na Constituição Federal – e reproduzido na lei de Migração – seja efetivo, conforme preceitua o artigo 4º, II da referida Lei.

A partir desse pequeno exemplo, portanto, verifica-se a situação descrita por Sassen (2016) da ocorrência de uma mescla nos discursos governamentais que relaciona o humanitarismo e securitização. Segunda a autora, tal realidade é parte característica de uma onda global de controle dos movimentos migratórios em sistemas que são destrutivos e isso vem ampliando e intensificando as desigualdades sociais, que levam diretamente a expulsão significativa de parcela da população mundial.

O Brasil segue, em suas ações, e em geral com os aplausos de Organizações Internacionais (OIs), essa mesma lógica de humanitarismo e securitização. Um reflexo evidente disso é o Decreto 8.903, de 16 de novembro de 2016, que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da Administração Pública Federal para a sua execução, cujo foco central é garantir e aperfeiçoar, por meio das forças armadas, o controle, a fiscalização e a repressão de delitos na região de fronteiras.

Outra deliberação que vai no mesmo viés é a Medida Provisória 820, de 15 de fevereiro de 2018, editada exclusivamente para atender a migração venezuelana, a qual dispõe sobre as medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente do movimento migratório provocado pela “crise humanitária”.

Feldman-Bianco (2018) analisa que medidas como essas tomadas pelo governo brasileiro, acima destacadas, apesar de darem ênfase a um espírito humanitarista, acabam por reforçar a presença militar e a segurança nas fronteiras, trazendo o perigo de gerarem situações típicas de Estados policialescos, nos quais o controle sobre os indivíduos são exacerbados em favor de uma argumentação de segurança.

A autora ainda aponta que estas medidas mais voltadas para a securitização

refletem o posicionamento de outros países sul-americanos, que indicam alianças geopolíticas moldadas por uma postura clara em relação principalmente a Venezuela. Tais posturas estariam de acordo com o reposicionamento global apontado por Sassen (2016, p. 253-254), em que há, por parte de diversos atores, majoritariamente do Ocidente, a imposição de suas agendas com um objetivo claro: redução das políticas de cunho social na promessa de que este caminho recolocaria a economia mundial nos trilhos de uma “época de ouro”, o que, segundo a autora, é uma promessa falsa de um mundo que não mais condiz com a realidade.

Isto fica evidente quando se observa que sob qualquer intempérie já são emitidos discursos e notas classificando a situação como de calamidade e, logo utilizam tal discurso com o fim de captarem mais recursos que, em muitas situações, por conta da suposta situação de emergência, o controle público dos gastos em relação à eficiência do que está sendo realizado e a real destinação das ações fiquem prejudicados. Exemplos disso podem ser vislumbrados em circunstâncias nas quais se declaram situação de calamidade e, dessa forma, obtém-se o direito de poder realizar compras em modalidades de contratação menos rígidas do que a normal.

Normalmente, essas medidas são justificadas pelo aumento da demanda nos serviços, mas não se salienta a já existente debilidade da infraestrutura de serviços sociais, que não atendia com condições minimamente adequadas à população que aqui já residia, criando um discurso de xenofobia institucional, no qual se tenta culpabilizar os migrantes por todos os males que o estado passa atualmente; e isso é feito por meio de uma argumentação que se apresenta como “técnica”.

Nesse sentido, não se pode deixar de pensar a política migratória que o Brasil adota para enfrentar o trânsito de migrantes para o país, dissociada do cenário econômico global e sua influência na tomada de decisões dos governos nacionais. Uma vez que, “com muita frequência, [...], as pessoas declaradas ‘redundantes’ são consideradas sobretudo um problema financeiro. Precisam ser ‘providas’ – ou seja, alimentadas, calçadas e abrigadas. [...]” (BAUMAN, 2004, p. 21) como é claramente o caso dos migrantes venezuelanos que adentram atualmente as fronteiras brasileiras e de outros vizinhos sul-americanos.

Assim, apesar de reconhecer alguns importantes avanços em termos legislativos no Brasil, em relação aos migrantes internacionais, o país continua a tratar a questão como algo não relacionado a um projeto futuro de Estado, visto que não se tem construído políticas públicas migratórias duradouras, optando por resoluções pontuais. Não existe

uma política nacional para as migrações e logo a característica do Estado brasileiro é tratar as questões migratórias no país sempre no caráter emergencial.

Em relação a essa resposta pontual, uma das medidas que foi tomada pelo governo brasileiro, como resposta ao aumento da entrada de venezuelanos no Brasil, foi a Resolução Normativa nº 126 de 02 de março de 2017 e a Portaria Interministerial 09, de 14 de março de 2018, ambas regulamentam a autorização de residência temporária ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja proveniente de países fronteiriços e que não estejam amparados pelo Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados. A resolução e, posteriormente, a portaria beneficiam os residentes não-nacionais de países como Guiana, Suriname e Venezuela, em que os migrantes desses países passariam, então, a ter direito de solicitar residência temporária no Brasil; solicitação que pode passar a ser permanente, terminado o prazo estabelecido e atendidas algumas condições. Dessa forma, vários venezuelanos passaram a ter amparo legal para solicitar visto de residência no país.

Além disso, a outra ação apresentada pelo Estado brasileiro foi a operação relativa à recepção e gerenciamento do movimento migratório venezuelano para o Brasil: Operação Acolhida, que foi acompanhada de duas outras operações com viés securitário, as Operações Controle e Tucuxi, evidenciando a dinâmica que vincula a migração a temática de segurança. Com vistas a analisar melhor essa contradição quanto à acolhida humanitária, a continuação abordar-se-á a Diretriz Ministerial n. 03/18, emitida pelo Ministério da Defesa, que estabelece os parâmetros e responsabilidades para a execução da Operação Acolhida. A diretriz autorizou o início da Operação Acolhida, cujo objetivo principal é prestar uma ajuda humanitária no estado de Roraima aos migrantes venezuelanos.

A Operação Acolhida foi desenvolvida pelo governo federal com o objetivo de amparar os nacionais da Venezuela que atravessam a fronteira Brasil-Venezuela por Roraima. Esta operação coloca o exército brasileiro em conjunto com organizações e instituições internacionais e nacionais, trabalhando para proporcionar, às pessoas que estão chegando, atendimento médico emergencial e imunização, regularização de seu status migratório e emissão de documentos e abrigo (AGUIAR, 2018, p. 16).

Além disso, para desafogar a quantidade de migrantes que utilizam Roraima como local de passagem ou permanência, tendo por justificativas argumentos como: a sobrecarga nos serviços de atendimento público e a baixa oferta de emprego no estado, foi criado pelo governo federal o programa de interiorização, que tem como objetivo

oportunizar aos imigrantes passagem segura até outras cidades da federação.

Mesmo o caráter emergencial dessa ação de acolhimento já teve alterações em virtude da realidade da migração. A Operação Acolhida estava programada para ser finalizada em março de 2019, porém o trânsito de venezuelanos ainda é intenso na fronteira com Roraima, e em janeiro de 2019 o governo anunciou a prorrogação da operação por mais um ano, dando continuidade as ações desenvolvidas junto aos migrantes (RIBEIRO, 2019).

Resta perceptível com a execução da Operação Acolhida que, muito embora esteja sendo um processo que tem levado mais dignidade na recepção e trato com os migrantes venezuelanos em sua chegada, méritos que devem ser destacados, a Operação ainda tem muitas falhas em sua execução, principalmente no que diz respeito ao gerenciamento dos abrigos e o programa de interiorização. O caráter imediatista das ações, que não apresentam perspectivas que ultrapassem o curto prazo, torna perceptível que a Operação pouco tem colaborado para uma gestão migratória focada no aproveitamento de oportunidades pelo Estado brasileiro e pelos migrantes internacionais.

Tal realidade decorre em muito de uma visão estereotipada da migração, a qual não se atenta aos elementos específicos e reforçam os tradicionais elementos securitários nas respostas. “Os Estados Nacionais, invariavelmente, tratam as migrações internacionais de forma generalista, sem considerar os elementos específicos e individuais que as motivaram, [...]” (JAROCHINSKI SILVA, 2017). Atendem aos migrantes muito mais em uma perspectiva de defesa do que de acolhimento e integração a sociedade.

O grande problema da forma como o Estado organiza sua política e seu discurso em relação a migração, tratando as situações que ocorrem somente quando elas se tornam emergenciais, e portanto, se omitindo ou agindo com morosidade na grande maioria dos casos, reforça os instrumentos que os grupos racistas/xenófobos utilizam para rechaçar os migrantes. Esse tipo de atuação institucional não reconhece o enorme potencial que o migrante pode representar para o desenvolvimento econômico, cultural e democrático do país. Exemplo disso foi o fechamento da fronteira em 21 de fevereiro de 2019, por ordens de Nicolas Maduro, que fez com que diversos comerciantes de Pacaraima se manifestassem publicamente alegando prejuízos em seus negócios. Outro exemplo foi o aumento do Produto Interno Bruto – PIB do estado de Roraima que em 2019 cresceu 4,3%, um crescimento que foi melhor do que o nacional que girou em torno de 1,1%. Esse crescimento foi o melhor dos últimos anos e se deveu sobremaneira ao comércio com a

Venezuela e ao consumo no setor de serviços proporcionado pela passagem/presença desses migrantes em Roraima como aponta estudo realizado pela FGV (2020) no relatório publicado em 30 de janeiro de 2020 “Economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas”.

2.5. A estigmatização do migrante na cidade de Boa Vista

Como aponta Sousa (2004), à transição ocorrida no modo de produção capitalista a partir da década de 1970 do século XX (acumulação flexível) afetou sobremaneira tanto o trabalhador como o mercado de trabalho, trazendo consigo formas cada vez mais intensas de exploração do trabalho, desde o aumento do desemprego, às formas precarizadas de trabalho, como o trabalho em tempo parcial, contratos flexíveis, entre outros²².

Esse é o cenário global que, associado a fatores relacionados às particularidades dos Estados nacionais, vem expulsando milhares de pessoas ao redor do globo de seus lares, como apontamos no capítulo anterior. Indivíduos veem-se forçados a uma mobilidade que muitas vezes não pretendiam. Soma-se a essa situação, agravando-a, a rejeição que sofrem por parte de grupos do local para o qual migraram.

Quando a sociedade destino se sente ameaçada por esses migrantes, ela o estigmatiza, o demoniza, enxergando sua presença como uma ameaça que precisa ser combatida em nome da segurança nacional, da tradição, da cultura. Ela transforma estes migrantes em *bodes expiatórios*, culpando-os por todos os problemas que as acomete. Como explica Marques, 2005, p. 12)

Na produção de *bodes expiatórios* étnicos ou raciais, os actores racistas *deslocam* para um grupo racizado a responsabilidade e a culpa da sua decadência, da sua infelicidade, da sua ansiedade ou daquilo que lhe parecem ser as causas dos problemas sociais que os afligem. Uma das características mais importantes do mecanismo de produção de bodes expiatórios racializados é o facto de o grupo racizante não ser, na maior parte das vezes, capaz de processar a totalidade dos factores responsáveis pela sua decadência, pela crise que experimenta ou de analisar o sentido da mudança a que assiste e que o ameaça. Situações que dependem, na maior parte das vezes de uma causalidade complexa que transcende o actor racista e é ao “outro”, próximo mas percebido como diferente, que é imputada a culpa. [...].

Sendo assim, o fundamento do preconceito para com esse outro, não é apenas uma situação de dominação, imposta na relação social, mas a combinação das crises enfrentadas pelo grupo racizante, de suas fraquezas e de seus sentimentos de ameaça, com

²² Determo-nos mais sobre isso no próximo capítulo em que discutiremos o labor do migrante venezuelano e haitiano

a capacidade que esse grupo tem de buscar na história e na cultura elementos comprobatórios da suposta inferioridade de um grupo, anteriormente já racizado, situações que atribuam características negativas a esse grupo, enquanto atribui características positivas ao seu próprio grupo ou a situações anteriores a chegada do grupo racizado (WIEVIORKA, 2007).

Um exemplo de tal situação pode ser visto na seguinte imagem:

Figura 2 - Banner de chamada para manifestação anti-imigração em Boa Vista



Fonte: Grupo de WhatsApp, 22 de setembro de 2019

Nesta chamada para uma manifestação organizado pelo *Movimento Fala Roraima*, percebemos o caráter racista em relação ao migrante que se encontra em Boa Vista. Este é um exemplo de discurso de ódio que dissemina o preconceito contra os migrantes e os usa como bode expiatório para todos os problemas sociais que a população enfrenta. Os três últimos tópicos de exigências dos manifestantes fazem parte de uma lógica racista diferencialista que dissemina o preconceito e a discriminação contra o migrante, e exige sua saída do país ou isolamento em lugar já determinado para esta pessoa. Um ato de segregação, pois exige a separação física, entre o nacional do não-nacional quando manifesta “total apoio a lei de deportação”, e quando solicita a “criação de um campo de refugiados”.

Nas entrevistas realizadas ao longo dessa pesquisa, percebemos a presença deste tipo de racismo segregacionista em algum dos depoimentos obtidos. Um venezuelano que trabalha vendendo produtos diversos em um sinal de trânsito, localizado em uma avenida

bastante movimentada da cidade de Boa Vista, relatou que alguns carros passam com pessoas proferindo xingamentos:

“Muitos brasileiros são bons, ajudam ou são amáveis, entendem que esse é um trabalho para levar dinheiro para minha família como outro trabalho. Mas alguns passam aqui, com muita frequência, e fala que a gente atrapalha o trânsito, me chama de vagabundo e diz para deixar o Brasil e voltar para o meu país, para eu voltar para viver com o Maduro” (ENTREVISTA 21, 21/12/2019)

Uma outra entrevistada tem uma história semelhante a essa. Ela é artesã, faz bolsas, miçangas e vende nas praças, ou nas mesas de alguns restaurantes. Conta que,

eu estava vendendo meu produto na mesa de um bar, e uma pessoa que estava do lado começou a me xingar, chamar de bandida, que só queria tirar o dinheiro das pessoas, que todas as pessoas da Venezuela eram iguais, tudo bandido, criminoso, que aqui estava muito ruim por culpa nossa. Eu fiquei muito humilhada, saí de lá e chorei muito. Eu não deixei meu país porque eu quis, eu precisava buscar uma vida melhor para meus filhos, eu vim para Brasil para trabalhar, não para ser humilhada. (ENTREVISTA 01, 02/12/2019)

Em ambas as falas está explícita a presença de preconceito sofrido por essas pessoas, com posicionamentos que se colocam contra a presença delas na cidade. Na primeira fala está explícito a lógica diferencialista, a segregação racial está colocada, o Outro é visto como um ser que está poluindo o ambiente e que, portanto, deve retornar ao seu lugar, seu país. A discriminação aqui também está colocada. Já na segunda fala, a segregação também está colocada, mas aqui há uma sobreposição da existência das formas elementares do racismo. Ao mesmo tempo em que a fala está direcionada a segregação ela também tem a intenção de inferiorizar o Outro, discriminando-o, tornando ele o bode expiatório dos problemas locais.

Nessas situações o grupo racizante se apoia em mecanismos como, por exemplo, o boato ou a *fofoca*, que como aponta Elias (2000 p. 121), servem para espalhar as supostas características negativas do grupo racizado. Esses boatos acabam por se espalhar e tornar o grupo racizado indigno da confiança do grupo racizante, considerando-os, na maioria das vezes, como baderneiros, criminosos, preguiçosos, ou outras formas depreciativas de caracterização do Outro.

Outro relato que vai na mesma direção foi o de uma costureira venezuelana que nos contou uma história forte, sobre uma agressão sofrida em Boa Vista.

Eu estava indo para casa com meu filho nos braços e um homem jogou o carro em cima de nós. Depois dois homens desceram e disseram que iam levar meu filho e começaram a me chutar e falar que eu devia voltar para meu país, me chamaram de puta, eu estava com muito medo, então passou outros venezuelanos de bicicleta, eu gritei por ajuda, e os homens entraram no carro e fugiram [...] (ENTREVISTA 14, 14/12/2019)

Este foi um dos relatos mais fortes que obtivemos. Quando realizamos a

entrevista ainda era possível ver as marcas roxas em seu corpo, provocadas pela agressão sofrida. Nesse caso, o racismo chegou ao ponto de se manifestar na forma da violência física. Uma violência que caracterizamos como infrapolítica²³, pois se trata de um ato isolado que escapou ao controle do Estado. Por meio do IMDH no atendimento diário com as mulheres recebemos denúncias semelhantes de mulheres que foram abordadas nas ruas com ofertas ou ameaças para entregarem seus filhos. Aqui, certamente, não se trata somente de um ato de cunho racista, mas também do aproveitamento da situação de vulnerabilidade dessas mulheres, em sua maioria, jovens e sozinhas, por parte de criminosos possivelmente vinculados às redes de tráfico de pessoas.

Voltando ao caso da entrevista 14, quando perguntamos se ela tinha ido formalmente a uma delegacia fazer uma denúncia, esta nos respondeu que tinha medo de ir colocar denúncia e depois ficar mais vulnerável, que preferia deixar para lá e seguir em frente com seu filho.

Pereira (2018, p. 5) diz que,

Ao perceberem que têm estímulo e amparo naquele instrumental político pedagógico, e até de tribunais de justiça, grupos sociais em diversas regiões passam a agredir moral e fisicamente migrantes e refugiados como acontece a haitianos em São Paulo-SP. Senegaleses em Porto Alegre-RS, venezuelanos em Pacaraíma e Boa Vista, ambas em Roraima [...] agressores contam com a omissão dos seus respectivos Estados e até com a legalização do crime por parte de certas supremas cortes alinhadas ao poder político.

O medo que os migrantes têm de denunciar – e mesmo a morosidade com que são tratados os casos em que as denúncias são feitas – acabam por dar legitimidade para que tais atos continuem a ocorrer.

Com base no depoimento mencionado acima foi possível localizar violências verbais e físicas de cunho infrapolítico. Esse é o tipo de violência que frequentemente migrantes venezuelanos e haitianos sofrem no estado, mas não é o único. Podemos também verificar a violência de cunho social e de cunho ideológico. Na violência de cunho ideológico, um claro exemplo são os relatórios institucionais produzidos, projetos de Lei, muitos que foram aprovados e se tornaram Leis, com claro objetivo de estabelecer um limite entre os nacionais e os não-nacionais, como foi o caso da Lei Municipal 2.074 que tentou restringir o número de atendimentos a migrantes em locais que prestam serviços públicos municipais de saúde, ao qual já fizemos menção. Já a violência de cunho social pode ser verificada em situações como as que aconteceram nos municípios de

²³ violência infrapolítica, que acontece de forma espontânea e por atos isolados em lugares que escapam do controle do Estado (WIEVIORKA, 2007, p. 73-74)

Pacaraima e de Mucajaí, quando pessoas atearam fogo nos pertences de migrantes venezuelanos pelo fato de alguém da mesma nacionalidade deles ter cometido algum crime ou delito que motivou a revolta popular. Situação idêntica se verificou em Boa Vista, onde alguns moradores do bairro Jardim Floresta, espancaram até a morte um venezuelano que, por sua vez, tinha matado outro brasileiro em uma confusão que iniciou com o suposto furto de pães por parte do venezuelano, em um mercado do bairro.

Essas pequenas infrações, cometidas por migrantes, dificilmente gerariam uma resposta comunitária semelhante se fossem cometidas por um brasileiro. De forma que classificamos estes atos como atos de racismo, que desembocaram em uma violência de cunho social. Pois ações isoladas de um indivíduo levaram ao rechaço de toda uma comunidade de venezuelanos. Não podemos deixar de concordar aqui com uma fala recorrente em quase todas as entrevistas que realizamos: “Por causa de um, todos pagam.” Também quando da realização de um Diagnóstico Participativo,²⁴ no qual colaboramos, esta foi uma frase recorrente nos depoimentos, de que as pessoas generalizam os atos negativos que são cometidos pelos compatriotas desses migrantes, não culpabilizando só o indivíduo que cometeu o ato em questão, mas generalizando o ocorrido. E, de fato, por conta das atitudes de um indivíduo isolado todo um grupo de migrantes acaba sendo estigmatizado. Como aponta Cabecinhas (1998, p. 275) “[...]. Quando os membros de um grupo são percebidos como um todo homogêneo, perdem o seu estatuto de ‘pessoas’ singulares. Passam a ser percebidos apenas enquanto membros do grupo, tornando-se mais facilmente objeto de preconceito e discriminação. [...]”. Nessas situações, esses migrantes deixam de ter suas personalidades avaliadas no contato com o Outro, não são vistas como pessoas singulares, mas apenas como parte de determinado grupo de pertença, nos casos em questão os migrantes venezuelanos, ou os migrantes haitianos.

O grande problema deste feito é que, como aponta Elias (2000, p. 30) “Dê-se a um grupo uma reputação ruim e é provável que ele corresponda a essa expectativa. [...]”. Esta é com toda certeza uma realidade enfrentada por muito venezuelanos na cidade de Boa Vista. A recorrência da afirmativa “Por causa de um, todos pagam”, vem seguida quase sempre da fala “Existem venezuelanos bons e maus, assim como tem brasileiros

²⁴O Diagnóstico Participativo foi uma roda de conversa organizada pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH encomendado pelo Alto Comissariado para as Nações Unidas – ACNUR. A roda de conversa foi realizada em 11 de outubro de 2019 na sede do IMDH em Roraima e teve como objetivo entender em profundidade a situação vivenciada pelos migrantes em Boa Vista para monitorar e avaliar as intervenções que são feitas em parcerias por ambas instituições citadas e contribuir com o fortalecimento das redes de apoio à população migrante.

bons e maus”. Presente nessas narrativas do próprio grupo uma vergonha, uma culpabilização pelo comportamento de alguns de seus compatriotas, fazendo com que, enquanto grupo social, eles próprios se sentem, muitas vezes, culpados pela discriminação que sofrem.

Na roda de conversa realizada no Diagnóstico Participativo, na qual participávamos como observado participante, isso ficou claro, quando um grupo de mulheres culpou os próprios compatriotas pelas situações de preconceito e discriminação sofridas pelos migrantes venezuelanos. Quando essas mulheres saíram do grupo menor para compartilhar suas percepções com o grupo geral, houve discordâncias, pois na roda maior, algumas das mulheres que sofreram discriminação por serem venezuelanas não concordavam com essa posição, ou seja, que as atitudes dos brasileiros contra elas fossem motivadas por ações dos próprios migrantes, como algumas pessoas insinuaram. Essa discussão acabou gerando uma tensão no grupo, e foi necessária uma intervenção da equipe, o que certamente nos pegou de surpresa, pois não esperávamos ter que intervir em uma conversa que era direcionada para que as migrantes expressassem suas experiências, nem esperávamos que essa temática fosse abordada por meio desse viés.

O que percebemos com isso é que o mecanismo da criação do *bode expiatório*, que estigmatiza os migrantes que estão vivendo na cidade de Boa Vista, principalmente com os venezuelanos, está ocasionando uma dupla percepção da estigmatização. Por um lado, o grupo racizante imputa a culpa de seus problemas, que já existiam antes da migração desses grupos para a cidade, no grupo racizado. E por outro lado, os grupos racizados percebem a imputação desse problema por parte do grupo racizante. Ocorre porém que, em vez de intuir que muitas das suas dificuldades estão relacionados com as atitudes do grupo racizante para com eles, ou que isso está relacionado com uma questão mais sistêmica, culpam então, os membros do seu próprio grupo pelos comportamentos desviantes destes, percebendo, em muitos casos, os seus infortúnios mais como problemas que estão correlacionados aos comportamentos dos membros do seu grupo do que do grupo estigmatizador, situação que reforça os mecanismos que os difamam.

Esses mecanismos difamatórios somados aos dispositivos legais que favorecem a flexibilização do trabalho no país, consolidados pela Lei n. 13.467/2017,²⁵ implementada em 11 de novembro de 2017, aumentam o nível de vulnerabilidade em que se encontram os migrantes e facilitam, assim, formas de trabalho precarizadas e com alto

²⁵ Lei que aprovou a Reforma Trabalhista em 26 de abril de 2017, modificando mais de cem pontos da Consolidação das Leis Trabalho – CLT.

grau de exploração.

Na entrevista 23, em que conversamos com uma cozinheira e entrevista 09, em que falamos com uma diarista, ambas fizeram referência aos baixos salários, atribuindo o motivo dessa situação ao fato de serem migrantes. As pessoas que contratam esses migrantes, cientes de seu estado vulnerável, buscam tirar proveito da situação, explorando os serviços oferecidos por elas. Além disso, quando o migrante é do gênero feminino, ainda sofre com a possibilidade de sofrer assédio, como foi relatado por uma das entrevistadas “me perguntaram se eu fazia programa, que iam me pagar oitenta” (ENTREVISTA 19, 21/12/2019). Essa referência de oitenta é uma alusão ao preço que profissionais do sexo cobravam por seus serviços em um bairro localizado na Zona Oeste de Boa Vista, em que mulheres para ganharem o seu sustento ficam nas esquinas de algumas ruas desse bairro, o que já gerou muitas manifestações de moradores contra a presença delas no local, virando motivo de zombaria contra mulheres venezuelanas, que muitas vezes são chamadas de “ochenta,” numa clara tentativa de ofendê-las.²⁶

Tendo como base essa reflexão, é importante salientar que o fato de um grupo de migrantes encontrar-se em situação de precarização e/ou exploração laboral não é, em si, indicativo de que tal situação se deu por conta de determinantes específicas do grupo, de caráter racista. Pois, tal suposição, deixaria por entender as razões pelas quais muitos brasileiros também exercem funções laborais em situação de precarização e exploração, deixando de explicar o porquê de alguns migrantes conseguirem se inserir exitosamente no mercado de trabalho.

Machado (2001) analisa que, na contratação para prestação de serviços, quem recruta pode sempre traçar dois padrões que, embora sejam diferentes, podem ser cruzados: de um lado avalia-se as qualificações que são requeridas para a contratação do serviço solicitado; por outro lado, avalia-se concretamente as qualificações que são apresentadas pelas pessoas que oferecem o serviço. E, uma vez que haja uma categorização da contratação não somente pelas qualificações individuais da pessoa que oferece o serviço, mas também, por conta do pertencimento a determinado grupo, a contratação torna-se, então, racializada.

Em conversa com um dono de uma fábrica de picolés, local em que muitos haitianos trabalham, este confessou que os contrata porque eles não entendem muito o

26 Ochenta, oitenta, em espanhol. Chamá-las assim equivale a chamá-las de prostitutas, motivo de ofensa para muitas dessas mulheres, que não aceitam ser comparadas às migrantes que encontraram nessa atividade uma forma de sobrevivência.

português, eram calados, não reclamavam muito e trabalhavam todos os dias e que não contratava os venezuelanos porque eles eram ladrões e preguiçosos. Este tipo de contratação tem todos os indícios de ser racializada com base nas características que são atribuídas a ambos os grupos. O tipo de contratação que esse senhor efetua é informal, ele não assina a carteira das pessoas que trabalham em sua empresa, esses trabalham por comissão, ou seja, ganham em cima do que vendem e se não vendem nada, nada recebem. Os migrantes haitianos são os que mais trabalham com a venda de picolé na cidade, assim como esse grupo forma a grande maioria dos vendedores desse produto em Boa Vista, percorrendo com o carrinho de picolé grandes distâncias. Em entrevista com um haitiano que trabalha com isso, sobre a percepção do racismo na execução do seu trabalho, ele relatou que já sofreu muito preconceito, em suas palavras “Teve gente que passou e me disse que eu tinha que ir embora porque aqui já tinha muitos pretos” (ENTREVISTA 07, 07/12/2019). O mesmo aconteceu com um feirante haitiano: disse que enquanto vende sua mercadoria muitas vezes os brasileiros passam de carro e ficam xingando-o “Ei seu pretinho, seu negrinho” (ENTREVISTA 11, 13/12/2019). Para os haitianos, além do fato de serem migrantes pesar, essa situação é potencializada pela cor da pele, considerando que são migrantes em um país onde o racismo contra as pessoas negras é estrutural. E por conta disso, eles sofrem um racismo duplo: por serem migrantes e por serem negros.

Interessante notar sobre tais fatos que, em uma pesquisa realizada pela UNAMA em Roraima para verificar o perfil do boavistense em relação a presença de migrantes na cidade, quando perguntados sobre o preconceito, 82% dos entrevistados declararam que não são racistas. Quando perguntados sobre a migração em Boa Vista, 39% concordaram plenamente e 27% parcialmente que as autoridades brasileiras não deveriam mais permitir a entrada de venezuelanos no país. A conclusão da pesquisa foi de que os boavistenses têm um perfil de certa intolerância a presença de venezuelanos; a pesquisa ainda acrescenta que essa posição só é direcionada a esses migrantes, pois quando os entrevistados foram questionados sobre a presença de outros migrantes, inclusive de outros estados do país, eles mencionaram sentimentos de boa convivência (CARVALHO, 2017).

Embora a pesquisa não seja direcionada também a entender o sentimento a respeito da presença dos migrantes haitianos em Boa Vista, a resposta sobre a boa convivência da população local com migrantes de outras nacionalidades diz muito sobre a presença dessas pessoas na cidade. A presença dos haitianos na cidade apresenta-se como menos incômoda, e a explicação está no fato de que estes não aparecem tanto, pois

além de em menor quantidade, embora esta seja expressiva, ocupam postos de trabalho que são marginalizados pelas pessoas, não falam muito, inclusive pela barreira da língua – em geral eles falam o *créole* -, e acabam não aparecendo tanto no cenário local. No dizer de um cidadão: eles sabem “sua posição” e “seu lugar.” Dessa forma, ao tornar-se “invisíveis,” acabam sendo aceitáveis e não “poluentes” para os padrões da população local.

Na pesquisa realizada pela UNAMA foi relatado que os boavistenses enxergam no venezuelano uma ameaça a seus empregos (CARVALHO, 2017). O que nos faz questionar se os outros migrantes também não representariam essa ameaça, e logo, qual então o verdadeiro problema que a presença dos migrantes venezuelanos representaria?

Balibar (1991, p. 327) diz que “[...], al igual que hay una determinación constante y recíproca entre el nacionalismo y el racismo, hay una determinación recíproca entre el ‘racismo de clase’ y el ‘racismo étnico’ y estas dos determinaciones no son independientes. [...]”. Ou seja, existe uma relação entre nacionalismo e racismo e uma relação de reciprocidade entre o racismo de classe e o racismo étnico, e elas podem estar correlacionada um com a outra. Dito isto, caminhamos para tentar entender o que questionamos acima acerca da sensação de ameaça que a presença dos venezuelanos representa para os brasileiros de Boa Vista. Três exemplo nos remetem ao fato de que o racismo sofrido por esses migrantes – e, também pelos haitianos - em Boa Vista está relacionado com o status social que possuem.

Quando chegaram em Boa Vista, muitos venezuelanos acabaram ocupando a Praça Simon Bolívar, que fica localiza perto da rodoviária. Esse local chegou a abrigar cerca de 600 venezuelanos, que moravam em tendas ou dormiam no chão e sofriam com o descaso e insegurança. De uma hora para outra e sem aviso prévio, a Prefeitura de Boa Vista mandou instalar tapumes ao redor da praça, com os venezuelanos ainda no local e começou a controlar a entrada e saída dessas pessoas, o que gerou medo e insegurança entre eles. Além dos que já estavam acampados no local, não era permitida a entrada de nenhuma outra pessoa. Tudo isso foi organizado com o pretexto de que a praça já tinha planos para ser reformada, no entanto não existia nenhuma proposta de orçamento para a realização da reforma. Ainda assim a revitalização do local começou dois meses depois e demorou oito meses para ficar pronta. Quando foi reinaugurada, a praça passou a conter grades e horário de funcionamento para visitação, que só pode ocorrer entre as 06 e 18 horas. O argumento da prefeitura para essas medidas foi de que a estrutura do local não comportar visitas noturnas, por não possuir banheiros e nem lanches, além da insegurança

que o local representa por ser em uma rotatória e poder haver acidentes. Curioso notar que a praça que carrega o nome daquele que é considerado em muitos países vizinhos ao nosso como um “libertador”, pois apoiava e lutava pela descolonização, agora se encontra cercada e fechada, uma enorme contradição, assim como os reais motivos pelos quais essa praça foi reformada.

Figura 3 - Praça Simon Bolívar, antes e depois da reforma



Fonte: Primeira foto Diane Sampaio, Folha de Boa Vista, 2018 / Segunda foto Pedro Barbosa, G1 Roraima, 2019

O segundo exemplo que apresentamos foi a retirada e apreensão dos produtos, por parte da Guarda Civil Municipal, com o apoio da Polícia Militar, de trabalhadores venezuelanos e haitianos dos semáforos da Avenida Venezuela, por ordens da Prefeitura de Boa Vista. De acordo com esta, houve denúncias da população, que afirmava estar sendo constrangida pela oferta dos serviços e produtos oferecidos por esses migrantes.

Outra situação que aqui trazemos diz respeito à clara diferença de tratamento com relação àqueles que possuem maior poder aquisitivo, e que evidencia o real problema que está por trás dessa questão. Enquanto aguardava um orçamento, em um mercado de grande porte na cidade, ao conversar com o encarregado da emissão de notas este, ao saber que os produtos que estava solicitando se destinariam aos migrantes em situação vulnerável, começou a fazer um discurso contrário à presença dessas pessoas na cidade. Não demorou muito chegou um comerciante venezuelano que foi até o mercado para

adquirir mercadorias de necessidades básicas para comercializar na Venezuela. Num instante o encarregado, que a pouco estava difamando a presença de venezuelanos no estado, agiu com muita amabilidade com o senhor que iria efetuar as compras.

Com estes três exemplos citados acima não temos como negar o claro preconceito contra os migrantes por conta também de sua classe social. Há nesses exemplos, o claro desprezo por esses migrantes por eles representarem algo que não se deseja ver na cidade, por eles representarem, como aponta Zygmunt Bauman (2004;2005), o “refugo humano”, a escória, o “lixo humano” que se deseja extirpar do convívio social. Nesses exemplos fica claro que só é desejado o migrante que traz consigo algum benefício financeiro percebido de imediato. A presença daquele migrante que necessita de abrigo e itens básicos para sobrevivência como os que se encontravam na Praça Simon Bolívar, ou aqueles que se encontram trabalhando nas ruas e em lugares que não são desejáveis para a sociedade, por estarem supostamente “poluindo” a paisagem, devem ser retirados para outro local, devem ser mandados embora, excluídos das vistas daqueles que não os querem ali e que tampouco se importam para que lado aquelas pessoas irão.

Como analisa Feldman-Bianco (2018, p. 13)

[..] Essa lógica de exclusão social, ancorada numa racionalidade tecnocrata e na produção de categorias sociais – cujo componente jurídico e morais implicam também em interseccionalidades de raça, gênero, classe – descarta pessoas, lugares e bens considerados dispensáveis ou ameaçadores negando, no caso de pessoas, inclusive o direito de serem humanos. Cria, assim, contingentes de despossuídos (Feldman-Bianco 2015).

Apesar de a sociedade brasileira ter como marca cultural a miscigenação, esta busca no indivíduo que cruza suas fronteiras por um padrão preestabelecido, um tipo ideal de migrante, e fica desapontada quando não é esse “tipo ideal” que passa a conviver no seu cotidiano; mesmo quando nega essa decepção em seu discurso, sua prática denuncia de forma clara a vontade de exclusão dessa pessoa de seu ambiente. O fato de sermos uma população assumidamente miscigenada não garante aquele que vive no país uma convivência harmoniosa, principalmente para aquelas pessoas que apresentam uma situação de pobreza ou de vulnerabilidade social.

Até aqui chegamos à conclusão de que o migrante venezuelano e haitiano na cidade de Boa Vista é vítima de racismo/xenofobia e, que, o fato dessas pessoas se encontrarem em uma situação de vulnerabilidade social agrava e abre margem para essa prática contra eles. No capítulo seguinte desenvolveremos nosso entendimento sobre a categoria trabalho e o mundo do trabalho apresentando dados mais aprofundados sobre a

pesquisa de campo realizada, explanando como o racismo/xenofobia incide na vida dos nossos interlocutores.

3. O LABOR DO MIGRANTE VENEZUELANO E HAITIANO

A categoria trabalho é central em nossa pesquisa e por isso apoiamo-nos em Marx (1867²⁷) para quem o trabalho é atividade vital, fundamental que caracteriza o ser humano em suas relações com a natureza. É a atividade pela qual o homem, sendo natureza, na natureza, se distingue desta, podendo transformá-la de acordo com suas necessidades e, ao transformá-la, transforma-se a si mesmo, humaniza-se. Porém, historicamente, no âmbito das relações sociais de produção, as condições naturais desta relação são deturpadas, tornando o trabalhador alienado da sua própria natureza, retirando assim, o sentido que o trabalho deveria ter, no qual o trabalho representaria liberdade.

Para Lukács (Apud LESSA, 2012, pp. 25), o trabalho é uma atividade de transformação da natureza necessária para a reprodução social e que por conta disso é categoria fundamental. Assim que sem trabalho não haveria existência social. Pois, o trabalho é a resposta necessária para o atendimento das necessidades humanas materiais, é instrumento de transformação humana para com o sujeito e a natureza.

Assim, a existência de uma vida com sentido fora do trabalho depende de uma vida cheia de sentido dentro do trabalho. Porém, não é viável combinar trabalho assalariado, estranhado e fetichizado com o sentimento de pertença e satisfação que fazem o trabalho ter sentido. Então, a busca da junção pretendida por Marx entre trabalho e liberdade, não tem sentido nas relações de trabalho estabelecidas no sistema capitalista. (ANTUNES, 2000)

Os direitos garantidos pelos e para os trabalhadores, em que pese serem frutos de lutas, constituem formas que a sociedade contemporânea encontrou para manter o sistema capitalista funcionando. O capitalismo direciona o trabalhador a uma lógica de consumo e alienação de seu tempo. Antunes (2006, p. 131) diz que,

no universo da manipulação das necessidades, a liberdade individual é só aparente [...]. O retrato mais significativo do empobrecimento das necessidades do indivíduo é dado pela sua redução e homogeneização: o operário [trabalhador] somente pode ter o suficiente para querer viver e somente deve querer viver para ter.

Dessa forma, “o trabalhador livre”, vende sua própria pele, para “ser curtido.” Ele se aliena nessa relação de “aparência contratual” (COLLIN, 2008, p. 138). Vende a sua força de trabalho, e sua força de trabalho é incorporada ao produto, tornando-se uma mercadoria como qualquer outro produto produzido. É essa relação que gerará a mais-

²⁷ Data da primeira edição do livro *O Capital*. Neste projeto usamos como referência a 34ª edição publicada no ano de 2016.

valia. Como aponta Marx (1867) em o Capital, o trabalho grátis vai direto ao bolso do proprietário dos produtos, não gerando nenhum valor ao trabalhador. Marx chama isso de processo de exploração, pois o que o trabalhador produz não gera um valor significativo para ele e passa a ser a riqueza (mais-valia) do capitalista, que usa a força de trabalho alheia como forma de gerar mais capital.

Marx (1867) diz que o “homem de dinheiro” para se tornar capitalista deve buscar uma mercadoria que cria valor quando é consumida. Ele encontra essa mercadoria na força de trabalho, no trabalho do proletário, no “trabalhador livre”, em que esse é livre em um duplo sentido, livre, pois não é escravo, visto que estabelece um contrato com o capitalista; livre ainda, por não possuir propriedade e, portanto, ser desprovido de preocupações com os meios de produção: livre para vender ao capitalista a sua força de trabalho, para sobreviver.

Sendo assim, o trabalhador não vê outra saída a não ser se submeter às relações de trabalho estabelecidas pelo capitalista, pois, afinal de contas, ele precisa da quantia que receberá em troca de seus serviços para poder sobreviver. O capitalista sabendo dessa necessidade do trabalhador, se aproveita da situação e, muitas vezes, para além da exploração já presente na relação, a amplia, pois não respeita as normas preestabelecidas entre empregador/empregado, tornando o trabalho precarizado.

Vimos, assim, o trabalho na sua dimensão genérica, constituinte de nossa humanidade, e o trabalho em uma forma determinada de relação social do capitalismo. Podemos analisar no âmbito do sistema capitalista, fases distintas de organização da produção e de regulação social, e as consequências para os trabalhadores.

3.1. Trabalho: categorial em processo de metamorfose

Os seres humanos precisam realizar atividades produtivas que garantam um mínimo do que necessitem para sobreviver. Por isso têm a necessidade de realizar trabalho e modificar a natureza ao seu favor. Assim que, o trabalho passa a ser essencial como categoria de análise da atividade social, uma vez que é por meio dele que os seres humanos vêm desenvolvendo seu modo de vida ao longo da história. Marilda Yamamoto (2008, p. 41) explica em seu livro “Trabalho e indivíduo social” a importância de destacar que “o trabalho é *também criação de novas necessidades e, neste sentido, um ato histórico*. A ação de satisfazê-las e os instrumentos criados para a sua consecução desdobram-se em novas necessidades sociais e na produção de impulsos para o consumo”. Portanto, o trabalho humano se apropria do que existe na natureza e as

transforma da forma como lhes é conveniente para atender suas necessidades.

Importante registrar, ainda, que Marx (1867) pressupõe o trabalho sob forma exclusivamente humana, pois para ele o que vai diferenciar o trabalho humano do trabalho de qualquer outro animal é que no fim do processo de trabalho humano o resultado final já existia na mente de quem o idealizou, na imaginação do trabalhador antes mesmo da obtenção do resultado final. O mesmo não ocorre com a atividade realizada pelos outros seres da natureza, uma vez que eles agem puramente seguindo seus instintos básicos de sobrevivência, agindo de maneira pré-definida.

Marx (1867, p. 45-54) explica em o *Capital* que,

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso (...). De um lado, tem-se o caráter útil do trabalho, relação de intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias. É o momento em que se efetiva o trabalho concreto, o trabalho em sua dimensão qualitativa. Deixando de lado, o caráter útil do trabalho, sua dimensão concreta, resta-lhe apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada. Aqui aflora sua dimensão abstrata, onde desvanecem-se as diferentes formas de trabalho concreto e onde elas não distinguem uma das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato.

Por isso, para nós o trabalho transcende uma mera necessidade de sobrevivência, pois por meio dele produzimos um mundo para nossa satisfação e prazer, e não somente para sobreviver simplesmente; por meio dele damos sentido ao mundo e a nossa existência. Daí a importância da necessidade de dar sentido para o trabalho que realizamos.

No modo de produção capitalista o trabalho passa a ser percebido de outra maneira, nesse modo de produção o trabalho é visto “como trabalho produtivo, socialmente determinado, que somente existe nessa forma de sociabilidade e tem como principal fundamento a produção de mais-valia.” (AZEVEDO, 2017, p. 71). Com isso a força de trabalho passa a ser mais uma mercadoria disponível para venda. A mercadoria chave para o sucesso do sistema capitalista, uma vez que é uma mercadoria produtiva, que quando consumida no processo de produção gera mais valor, deixando seu comprador mais rico do que no início da relação.

De acordo com IAMAMOTO (2008, p. 40), sendo o trabalho “*atividade racional orientada para um fim*, à produção de valores de uso, a assimilação de matérias naturais para a satisfação de necessidades humanas”; e ainda, sendo comum a todas as sociedades,

bastando assim que se tenham os elementos da natureza em um lado e o ser humano e sua força de trabalho de outro, não interessa, a princípio, nesse processo, a quem se dirige a produção, se para outro ou para o próprio trabalhador. Entretanto, após a submissão do trabalho ao capital, houve uma alteração no processo de trabalho, passando o trabalhador a ficar sob controle do capitalista, por conta de suas obrigações em troca do salário e por conta disso acaba perdendo o controle dos meios de produção, uma vez que o capitalista que passou a ter domínio do processo em sua totalidade apropria-se do instrumental de trabalho da forma como melhor lhe convém.

Por causa dessa separação o trabalhador dentro do sistema capitalista está alienado de seu processo de trabalho. Iamamoto (2008, p. 17) diz que,

[...]. A auto-objetivação do sujeito metamorfoseia-se na sua própria negação, na perda do controle de sua atividade e de seu tempo de vida, subordinada a fins que lhe são estranhos. Volta-se à valorização das coisas, do trabalho passado consubstanciado nos meios de produção e de sobrevivência, apropriados privadamente, que materializam o poder do capital. [...].

Assim, a alienação vivenciada pelo trabalhador é construída nas relações de trabalho que se estabelecem e na forma como os indivíduos estão organizados para a produção material da vida. Quanto mais a atividade que executa consome sua energia e absorve seu tempo, tanto mais alienado este indivíduo estará, uma vez que a execução da atividade toma grande parte de seu tempo de vida. O que se observa é que os indivíduos, dentro desse modo de produção, têm um falso controle sobre suas vidas, pois pensam que são livres, mas na verdade estão presos aos interesses do capital.

No final das contas existe, nesse sistema de produção, um processo de interdependência entre trabalhador e capitalista, pois um necessita do outro para sobreviver. Agora essa relação só é possível porque o trabalhador está alienado de seu processo de trabalho. Quando por exemplo, considera-se a jornada de trabalho, verifica-se que muitas vezes o trabalhador faz de seu consumo individual parte do processo de produção do capital porque é forçado a manter determinada rotina para se manter trabalhando.

Com isso, como Marx (1867) aponta no seu texto sobre “Reprodução simples,” há uma transformação dos meios de subsistência do trabalhador na produção e reprodução de novos trabalhadores, movimento esse extremamente benéfico aos interesses do capital. Pois terá a partir disso, novos indivíduos que estarão submetidos ao Modo de Produção Capitalista e que, portanto, são exploráveis pelo capital.

Portanto, dentro dessa lógica, o processo produtivo é totalmente estranho ao

trabalhador, desde os instrumentos de trabalho ao material que elabora tudo é propriedade do capitalista que lhe é cedida para o cumprimento da sua jornada de trabalho, tudo lhe é indiferente. Assim que, no final das contas “a dominação do capitalista sobre o trabalhador é, portanto, o domínio da coisa sobre o homem, do trabalho morto sobre o trabalho vivo. E o processo de produção e reprodução do capital é o processo de produção e reprodução da *alienação*.” (IAMAMOTO, 2008, p. 77).

Alienação que se dá em três níveis, como nos mostra Marx: alienação do processo de trabalho, cujo domínio é do capitalista; e alienação do produto do trabalho, cuja propriedade é, também, do capitalista; esses dois momentos de alienação promovem, assim, um terceiro, que é a alienação do homem de sua própria condição de ser social, levando o trabalhador a se ver apenas enquanto indivíduo atomizado, separado de sua humanidade, visto que aquilo que o humaniza é para ele estranho.

Essas reflexões são importantes para compreender as relações de trabalho e a condição humana no contexto das relações de produção capitalista. Cabe, agora, buscar os elementos determinantes das relações de trabalho na realidade do século XXI, para inserir nesse contexto a condição do trabalhador migrante.

3.2. As condições de trabalho no contexto neoliberal

Para esta dissertação nos interessa, particularmente, o contexto do final do século XX, cujas consequências estão evidentes no processo de mecanização do trabalho.

A precarização do trabalho está diretamente relacionada com o processo de reestruturação produtiva, que teve início a partir da década de 1970, com a mudança do padrão de produção fordista para o sistema de “acumulação flexível”, de inspiração toyotista, promovendo a flexibilização “dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. [...]” (HARVEY, 2008, p. 140) ocasionando mudanças radicais no mercado de trabalho. Portanto,

Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. [...]. (HARVEY, 2008, p. 143)

Tal realidade fez com que houvesse um crescimento do emprego no setor de serviços, bem como a redução dos contratos regulares em troca dos contratos de trabalho por tempo parcial, subcontratado ou temporário. Além disso, percebe-se a formação de pequenos negócios (geralmente ligados ao setor de serviços), situação recorrente entre os

imigrantes, como estratégia de sobrevivência, posto que têm dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, muitas vezes em função de discriminações que sofrem. Independentemente do caso “o efeito é uma transformação do modo de controle do trabalho e de emprego” (HARVEY, 2008, p. 145). Na mesma linha de raciocínio, Sassen (2016) analisa que a intensificação do setor de serviços na organização geral da economia é somente mais outra fonte de geração de lucros que reproduz a desigualdade social.

O fato é que, com a crise das relações tayloristas/fordistas e a reorganização do processo produtivo, promovendo a reestruturação produtiva do capital, podemos observar uma forte desregulamentação do trabalho ao redor do mundo, contribuindo para a redução dos trabalhadores formais e abrindo espaço para uma série de empregos informais, subcontratados e precarizados.

Singer (1995) diz que, no Brasil, a precarização das relações de trabalho se expressa na substituição do registro na carteira de trabalho por relações informais de compra e venda de serviços, gerando dessa forma, contratação por tempo limitado, assalariamento sem registro, entre outros.

Iamamoto (2008) aponta que os empregos atuais estão entrando na era da flexibilidade neoliberal,

[...] que se expressa em contratos de trabalho temporários ou por tempo determinado [...], na maleabilidade da distribuição do trabalho nas várias funções produtivas, na duração da jornada de trabalho e dos níveis salariais, passando por cima dos acordos coletivos de trabalho firmado entre entidades de representação patronal e de trabalhadores [...] (IAMAMOTO, 2008, p. 19).

Isso atualmente pesa sobre os trabalhadores, que se encontram, muitas vezes, obrigados a fazer jornadas exaustivas, duplas jornadas ou aceitarem salários inferiores à função que exercem - ou a qualificação que possuem - porque não conseguem exercer sua liberdade individual como livres proprietários de sua força de trabalho, pois são coagidos socialmente a aceitarem as condições de trabalho oferecidas. O capital dessa forma, apropria-se da miséria humana para expandir seus lucros. Iamamoto analisa que,

A pobreza é o móvel determinante, mas é também a resultante do trabalho, em suas dimensões materiais, sociopolíticas e culturais. Ela se expressa nos mínimos rendimentos auferidos e no caráter eventual e temporário do emprego; mas antes disso, na radical separação da pessoa do trabalhador de sua capacidade de trabalho, que faz da insegurança na obtenção dos mínimos vitais sociais uma parceria permanentemente ameaçadora. (2008, p. 199).

Assim que Buonfiglio (2013, p.53) afirma que “o conjunto das transformações relacionadas ao trabalho, nas últimas décadas, pode ser resumido em dois pontos: aumento do desemprego e o avanço da flexibilidade do trabalho e das relações de trabalho; ou seja, o avanço da precarização”. O comum na era da flexibilidade é a

desvalorização do trabalho, a retirada de direitos conquistados pelos trabalhadores e uma tentativa de esconder a subordinação do trabalho ao capital, sobre o signo da flexibilidade e da suposta autonomia e livre escolha do trabalhador nas suas relações trabalhistas. No real cenário os trabalhadores encontram-se totalmente subordinados ao capital, com menor proteção, salários e direitos.

É visível neste contexto, como avalia Antunes (2005, p. 139) cada vez com maior intensidade “[...], o universo do não trabalho, o mundo do desemprego.” E que grande parte dessa força de trabalho disponível no mercado encontra-se exercendo trabalhos part-time, temporários ou precarizados. Esses sujeitos que migraram à procura de melhor forma de sobreviver, ficam ainda mais sujeitos as intempéries do mundo do trabalho, exercendo todos os tipos de trabalhos atípicos²⁸. Antunes (2005, p. 143) postula que,

Esse quadro configura uma nova morfologia do trabalho: além dos assalariados urbanos e rurais que compreendem o operariado industrial, rural e de serviços, a sociedade capitalista moderna vem ampliando enormemente o contingente de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, part-time, exercendo trabalhos temporários, entre tantas outras formas assemelhadas de informalização do trabalho, que proliferam em todas as partes do mundo.

Com o crescimento da importância do setor de serviços dentro da economia, os teóricos da sociologia do trabalho estão tendo que repensar as qualificações designadas para trabalho em relação ao setor de serviços dentro da teoria marxista. Não se trata de refutar os conceitos cunhados por Marx, mas de adequá-los a realidade contemporânea para melhor compreender as “metamorfoses do mundo do trabalho”²⁹. Dessa forma, um setor cujas atividades eram consideradas improdutivas passa a ser considerada produtiva e subordinada a mesma lógica capitalista vigente para o setor industrial. Assim que,

para se compreender a nova forma de ser do trabalho, e da classe trabalhadora hoje, é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho. Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. Ela incorpora tanto o núcleo central do proletariado industrial, os trabalhadores produtivos que participam diretamente do processo de criação de mais valia e da valorização do capital (que hoje, como vimos acima, transcende em muito as atividades industriais, dada a ampliação dos setores produtivos nos serviços) e abrange também os trabalhadores improdutivos, cujo trabalho não cria diretamente mais valia, uma vez que são utilizados como serviço, seja para uso

²⁸ Antunes (2005, p. 142) citando Vasapollo e Martufi define trabalho atípico como: “prestação de serviços cuja característica fundamental é a falta ou a insuficiência de tutela contratual. No trabalho atípico, são incluídas todas as formas de prestação de serviços, diferentes do modelo-padrão, ou seja, do trabalho efetivo, com garantias formais e contratuais, por tempo indeterminado e full-time.” Além disso os autores avaliam que esse tipo de trabalho, flexibilizado e precarizado já faz parte do modo de pensar da sociedade e que no cenário atual é difícil ter uma perspectiva de substituição desse tipo de trabalho instável.

²⁹ Expressão usada por Ricardo Antunes em seu livro *Adeus ao Trabalho?* para explicar as transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho.

público, como os serviços públicos, seja para uso capitalista. (ANTUNES, 2005, p. 147-148).

É necessário, portanto, ampliar a forma como se entende a classe trabalhadora para poder dar conta de analisar o universo do trabalho que se expõe ao nosso redor. É necessário mais do que por em caixinhas, entender que a “classe que vive do trabalho” são as pessoas que vendem a sua força de trabalho para poder sobreviver. E que, portanto, ela é bem mais diversa e problematizada do que a classe trabalhadora da era industrial. Tem que se levar em consideração que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho deixaram de lado o modo fordista de produção e cada vez mais cobra dos trabalhadores que sejam versáteis e multifuncionais, ao que acrescentávamos, móveis.

Assim que, atualmente “a análise da intensidade do trabalho está voltada para os resultados.” (DAL ROSSO, 2008, p. 21). E isso consome mais energias do trabalhador. Por conta disso é pertinente definir o que é a intensidade do trabalho, que segundo Dal Rosso (2008, p. 23) corresponde “[...] aquelas condições de trabalho que determinam o grau de envolvimento do trabalhador, seu empenho, seu consumo de energia pessoal, seu esforço desenvolvido para dar conta das tarefas a mais.” Esse tipo de prática perpassa todos os setores de trabalho³⁰, o que antes parecia ser uma prática somente no setor industrial, hoje é prática corriqueira no setor de serviços e principalmente nos trabalhos informais, prejudicando a saúde dos indivíduos em decorrência de árduas jornadas e da sobrecarga de trabalho.

Além disso, o maior controle sobre o trabalhador e, ainda, o crescente número de pessoas desempregadas, são situações que pesam sobre os trabalhadores que estão em empregos formais, uma vez que as empresas usam desses artifícios para ameaçar a segurança e estabilidade no emprego dessas pessoas.

Em relação especificamente aos trabalhadores migrantes Almeida (2016, p. 13) analisa que

O desemprego acentua um sentimento de desamparo, de exclusão e, mais que isso, provoca um estado de estranhamento com relação aos trabalhadores migrantes, gerando incertezas para essas pessoas. A incapacidade de integração no mercado de trabalho mundial desses trabalhadores

³⁰ [...]. Sociologicamente, o significado da questão da intensidade está no fato de que não se trata de um evento individualizado e sim de uma condição geral do trabalho contemporâneo, fixada em regras e normas de conduta, em habitualidade, constituindo um padrão de organização que, portanto, independe dos desejos, das vontades e das características específicas de cada trabalhador. Como quaisquer outras condições de trabalho, o grau de intensidade de uma atividade resulta das relações que entre si estabelecem trabalhadores e empregadores. O emprego contemporâneo concentra-se majoritariamente em atividades de serviços, o que conduziu à necessidade de uma digressão sobre materialidade e imaterialidade, indústria e serviços. [...] (DAL ROSSO, 2008, p. 43)

desempregados que perambulam mundo a fora, gera dentre outros fatores, a exclusão desses indivíduos, bem como de seu direito à cidadania.

Mas é claro que para o sistema de produção capitalista isso é extremamente necessário, pois esse sentimento de desamparo de um com a estranheza do outro assegura que o sistema continue funcionando com eficiência, pois nessas situações o exército de reserva que é necessário a reprodução do sistema está garantido.

Ressaltamos que essa mobilidade em busca de trabalho é a forma encontrada pelos migrantes para melhorar suas condições de vida, uma vez que no seu país de origem não lhes foi possível encontrar possibilidades para a sua realização tanto econômica como de garantia de direitos. De forma que essas pessoas acabam tendo que se adequar as exigências do sistema e tornam-se alvos fáceis por sua condição de vulnerabilidade.

Importante ressaltar que, em alguns países, por conta de fatores políticos, “a precariedade do mercado de trabalho geralmente tende a se manifestar por meio de elevados graus de informalidade, associados a atividades com baixa qualificação e níveis de renda.” (POCHMANN et.al., 2004, p. 49). Além disso, ressalta-se que a informalidade é muitas vezes um viés de ocultamento ou disfarce do desemprego social, uma vez que ela esconde pessoas que na verdade estão prestando algum serviço no setor informal porque não conseguiram ingressar em um emprego formal, e que, portanto, na realidade encontram-se desempregadas. Podemos inserir o Brasil neste contexto.

Temos, a partir dos anos 1990, no Brasil, “um processo de reorganização do mercado de trabalho” que tem por características “formas de contratação mais insegura e desprovida da proteção da legislação trabalhista” (KREIN; WEISHAUP T PRONI, 2010, p. 23). Essa situação tem se intensificado com a retirada/diminuição dos direitos sociais conquistados ao longo do século XX, por meio de um conjunto de reformas, entre as quais se destacam as Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência.

A estratégia das “formações predatórias” tem sido, desde sempre, a desvalorização da força de trabalho para a obtenção de mais lucros. Mas, agora, além de atacar diretamente as relações de trabalho com esse objetivo, há uma conformação econômico-política armada que, ao ampliar as desigualdades sociais, fazem as pessoas acreditarem que não têm saída, mantendo-as completamente a mercê das classes dominantes.

Inserimos nessa lógica os migrantes, que por sua condição de dupla vulnerabilidade, acabam sofrendo com mais intensidade a competição mercadológica. Assim como os demais trabalhadores, mesmo que eles não queiram aceitar funções que

estão abaixo do seu nível de qualificação, acabam por serem pressionados a isso, pois para o mercado eles são somente uma força de trabalho disponível, barata e provisória, que pode ser dispensada quando convém. São, porém, muitas vezes preteridos no mercado de trabalho formal, e mais brutalmente explorados em função de sua condição de migrante. Assim, mesmo que a situação desses migrantes seja regular no país, por sua condição de vulnerabilidade e desconhecimento das leis trabalhistas brasileiras, é fácil ao empresariado mal intencionado violar os direitos desses sujeitos.

Para o trabalhador migrante, que vem em busca de melhores condições de vida em um lugar cultural e socialmente distinto e com o qual não possui nenhuma familiaridade, inclusive com a língua, a situação de vulnerabilidade em relação à busca/permanência em um trabalho parece se intensificar.

Entendemos, portanto, que a situação encontrada pelos migrantes, ao buscar um lugar nas relações de produção, nos remetem ao enunciado de Karl Marx, em *O Capital* (1867), de que os processos capitalistas reduzem a força de trabalho humano à pura mercadoria, à qual se atribui um valor de troca que é negociada entre as partes e que coloca o trabalhador em uma situação de mercadoria, cuja existência entra em negociação.

E de acordo com dados de pesquisas iniciais, realizadas pelo GEIFRON, as dificuldades de se inserir e permanecer em um trabalho por partes dos migrantes que se encontram em Boa Vista são significativas, dada a quantidade dessas pessoas na cidade, principalmente de venezuelanos.

3.3. O labor do migrante em Boa Vista

Imagens como a que apresentamos na figura 04 se tornaram comuns nos principais pontos da cidade, e ela diz muito sobre a condição do migrante que está na cidade de Boa Vista. A grande maioria deles tem dificuldade de se inserir no mercado de trabalho local, por uma série de fatores. A começar pelo fato de Boa Vista ser a capital de um estado que, segundo dados do IBGE de levantamento feito em 2017, possui o menor PIB do país. Portanto, uma cidade pequena com oportunidades limitadas de trabalho. Uma cidade que majoritariamente tem sua economia girando em torno do salário dos funcionários públicos e do setor de serviços. Apesar disso, a vinda de migrantes para o estado tem aumentado significativamente o PIB de Roraima representando, como já comentamos no capítulo anterior, um crescimento superior ao nacional no ano de 2019.

Figura 4 - Migrante venezuelano com cartaz a procura de trabalho

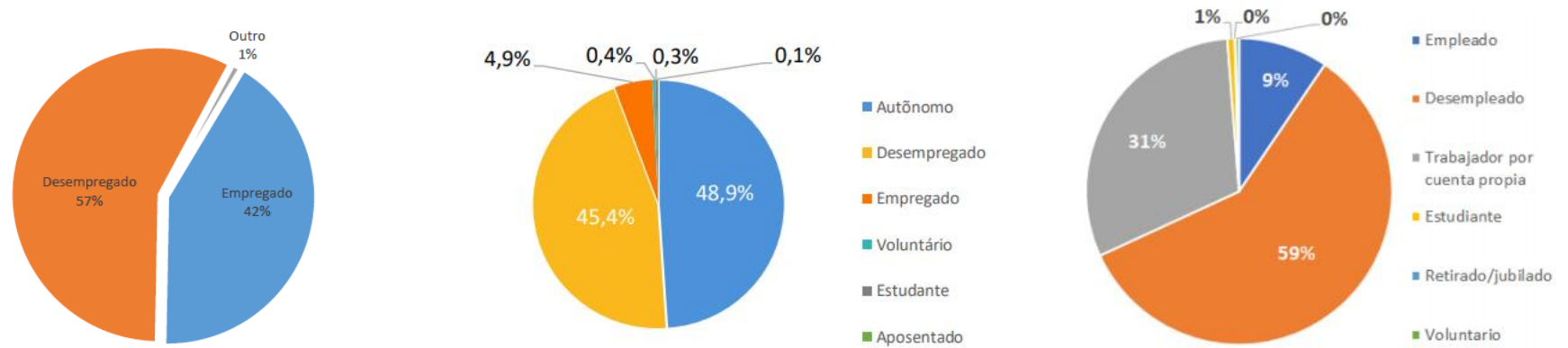


Fonte: Autor desconhecido. Obtido por meio de grupos de WhatsApp, 26/07/2017

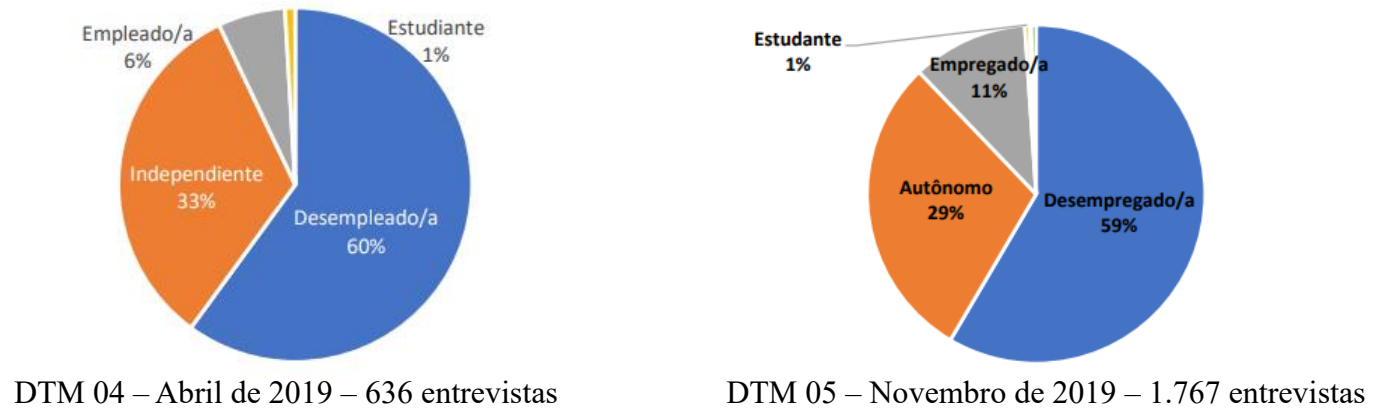
Em pesquisas realizadas pela OIM no ano de 2018 e 2019 constatou-se que a maioria dos migrantes que se encontram em Roraima estão desempregados e a maioria significativa dos que estão trabalhando, trata-se de algum trabalho informal, como é possível verificar por meio de uma compilação dos gráficos disponíveis nas cinco DTMs³¹ realizados conforme apresentamos nas figuras a seguir, cujas análises serão feitas na sequência:

³¹ Displacement Tracking Matrix (Matriz de Monitoramento de Deslocamento) “é uma ferramenta global da Organização Internacional para as Migrações (OIM), [...], que coleta, processa e difunde informações referente às diferentes fases da mobilidade humana, ao perfil dos migrantes e suas necessidades. [...]” (OIM, 2018, p. 1)

Figura 5 - Gráficos dos cinco DTMs sobre a situação laboral de migrantes em Roraima no período de março de 2018 a novembro de 2019



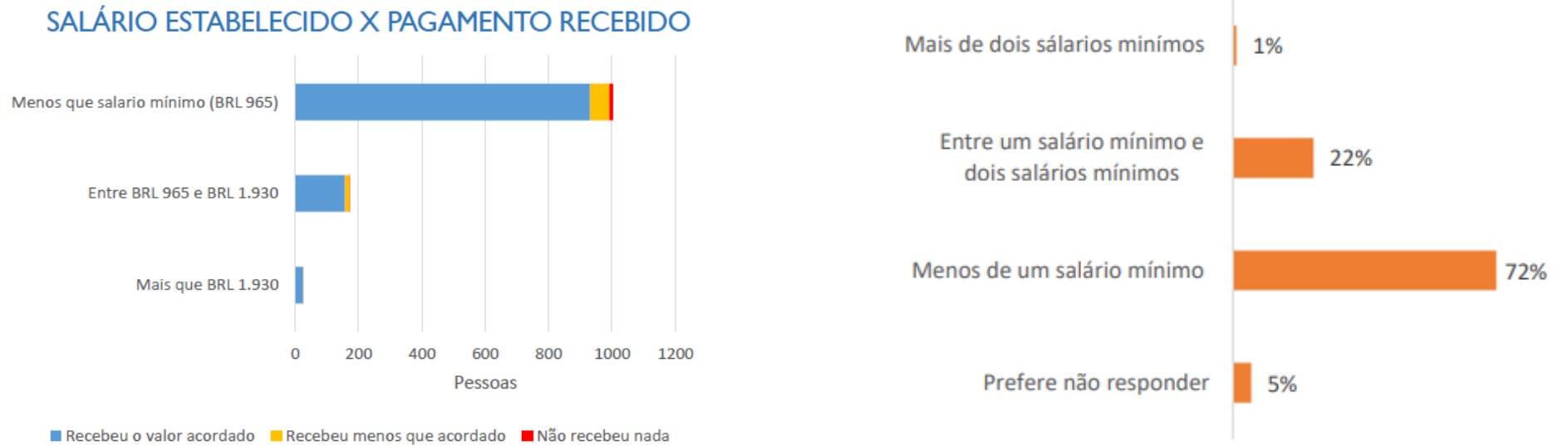
DTM 01 – Março de 2018 – 3.516 entrevistas D TM 02 – Junho de 2018 – 3.785 entrevistas DTM 03 – Outubro de 2018 – 4.124 entrevistas



DTM 04 – Abril de 2019 – 636 entrevistas DTM 05 – Novembro de 2019 – 1.767 entrevistas

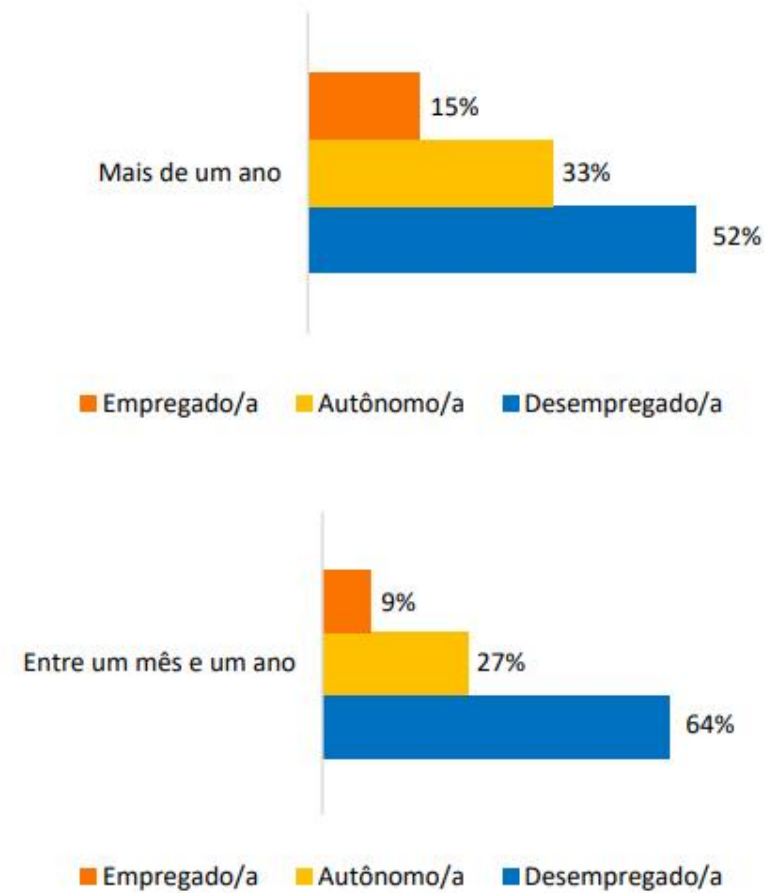
Fonte: Relatório DTMs publicados pela Organização Internacional das Migrações em 2018 e 2019

Figura 6 - Comparação dos gráficos da quantidade de salário recebido pelos migrantes em Roraima do primeiro e quinto DTM



Fonte: Relatório N. 01 e N. 05 DTM publicado pela Organização Internacional para as Migrações 2018 e 2019, respectivamente.

Figura 7 - Gráfico situação de trabalho X tempo no país



Fonte: Relatório N. 05 DTM publicado pela Organização Internacional para as Migrações em 2019.

Conseguimos observar na figura 05 que a maioria dos migrantes que estão em Roraima encontram-se no desemprego. Para os que conseguiram se inserir no mercado de trabalho, a atividade exercida é na informalidade. Destacamos que o período em que estes migrantes começaram a chegar no Brasil foi, também, um período de desaquecimento da economia nacional, no qual o quadro de contratações formais estava decaindo e, portanto, como estratégia de sobrevivência o trabalhador passou a buscar o setor informal, o que fez com que esse setor, em 2017, segundo dados divulgados pelo IBGE, ultrapassasse o número de contratações do setor formal, com destaque para as atividades exercida “por conta própria”. Esse tipo de atividade foi, ao longo da pesquisa, a mais informada por nossos entrevistados.

Os Gráficos divulgados pela OIM (2018;2019) em 2018 e 2019, que podem ser vistos nas Figuras 06 e 07 mostram, ainda, uma realidade em que, os migrantes que vivem em Roraima se encontram trabalhando na informalidade, recebendo menos que um salário mínimo mensal, apontando que essa situação não sofreu alteração passado mais de um ano entre uma pesquisa e outra, como demonstramos na comparação dos gráficos disponibilizados no DTM 01 e no DTM 05. Tampouco se alterou a situação do desemprego e da inserção no setor informal entre os indivíduos que estão no estado entre um mês e um ano, e os que estão a mais de um ano, demonstrando a dificuldade que esses migrantes têm de inserção no mercado de trabalho e, portanto, ressaltando sua situação de precariedade e vulnerabilidade.

Assim que, de posse dessas informações de âmbito mais geral, para tentar entender então, a situação do trabalhador migrante venezuelano e haitiano em Boa Vista, a partir desta seção começaremos a apresentar o perfil dos nossos entrevistados. Em que setor este está inserido, suas relações e condições de trabalho, sua rotina de trabalho e as relações com a comunidade local e a execução do seu trabalho.

Ao todo foram feitas 25 entrevistas, na tabela 01 listamos o perfil geral de cada entrevistado. Os critérios que utilizamos para escolher os entrevistados foram: ser migrante venezuelano ou haitiano, ter idade entre 18 e 60 anos e trabalhar no setor informal na cidade de Boa Vista. Com base nas informações que obtivemos na primeira etapa da pesquisa, foi possível traçar um ponto de partida para falar com algumas pessoas que se encaixavam no perfil. O restante dos entrevistados foi indicado pelos próprios migrantes durante a realização das entrevistas. Tentamos ao máximo, na escolha dos entrevistados, garantir uma distribuição equânime entre as atividades de trabalho desenvolvidas por esses migrantes, com o intuito de garantir que as respostas recebidas fossem retiradas de fontes diversificadas, entretanto a maioria dos nossos entrevistados como é possível verificar na tabela a seguir, exerce a função de vendedores ambulante. Função que representa a saída encontrada por estas pessoas para

obterem seus meios de sustento.

Tabela 01: Perfil dos entrevistados

Nº da Entrevista	Nacionalidade	Gênero	Idade	Função Laboral	Data da Entrevista
01	Venezuela	Feminino	36	Artesã	02/12/2019
02	Venezuela	Feminino	48	Microempreendedora	02/12/2019
03	Haiti	Feminino	31	Ambulante	03/12/2019
04	Haiti	Masculino	26	Ambulante	03/12/2019
05	Venezuela	Feminino	27	Doméstica	06/12/2019
06	Venezuela	Masculino	29	Pedreiro	06/12/2019
07	Haiti	Masculino	28	Vendedor de picolé	07/12/2019
08	Haiti	Feminino	24	Ambulante	07/12/2019
09	Venezuela	Feminino	27	Diarista	11/12/2019
10	Haiti	Masculino	28	Ambulante	13/12/2019
11	Haiti	Masculino	31	Ambulante	13/12/2019
12	Venezuela	Masculino	21	Flanelinha	14/12/2019
13	Venezuela	Masculino	37	Ambulante	14/12/2019
14	Venezuela	Feminino	24	Costureira	14/12/2019
15	Venezuela	Masculino	42	Diarista	17/12/2019
16	Haiti	Masculino	25	Ambulante	19/12/2019
17	Haiti	Masculino	32	Ambulante	19/12/2019
18	Venezuela	Masculino	25	Ajudante de Pedreiro	21/12/2019
19	Venezuela	Feminino	29	Vendedora de produtos cosméticos	21/12/2019
20	Venezuela	Feminino	42	Diarista	21/12/2019
21	Venezuela	Masculino	36	Ambulante	21/12/2019
22	Venezuela	Feminino	23	Garçonete	21/12/2019
23	Venezuela	Feminino	48	Cozinheira	27/12/2019
24	Venezuela	Feminino	22	Garçonete	27/12/2019
25	Venezuela	Masculino	26	Diarista	28/12/2019

De posse dessa visão mais geral sobre nossos interlocutores, partiremos para analisar a situação laboral desses migrantes, aglutinando-os por seu país de origem, de forma que começaremos a tecer considerações sobre o labor dos migrantes haitianos e depois dos migrantes venezuelanos, para então tecer nossas considerações sobre as relações de trabalho de ambos os grupos em Boa Vista.

3.3.1. O labor do haitiano

No decorrer da pesquisa entrevistamos oito migrantes haitianos. Como já demonstramos acima, a grande maioria dos migrantes que vivem em Boa Vista está ou desempregada ou trabalhando no setor informal, realidade que não é diferente para os migrantes haitianos, cuja maioria está nesse setor, embora possamos encontrar muitos desses migrantes trabalhando no setor da construção civil, em empresas de engenharia na cidade; e encontrarmos alguns que se encontram trabalhando em supermercados locais, exercendo funções como repositor de mercadorias ou no setor de serviços gerais.

Todos os nossos entrevistados trabalhavam na venda ambulante de algum produto, o que condiz com uma realidade social que, como vimos, advém, entre outros aspectos, da reestruturação do modo de produção capitalista no mundo, que tem jogado grande parte da população economicamente ativa numa situação em que são obrigadas a buscar alternativas de sobrevivência na informalidade e em outras formas de trabalho precarizado.

Entre os migrantes que entrevistamos, um deles trabalhava como vendedor de picolés (entrevista 07). Sabemos que a contratação de migrantes haitianos pelo ramo de fabricação de picolés e sorvetes na cidade ocorre desde 2015, de acordo com informações fornecidas pelas próprias empresas. Este produto é atrativo na cidade, pois Boa Vista faz bastante calor ao longo de quase todo o ano. Nosso entrevistado, em questão, é pai de duas meninas que se encontram vivendo com sua esposa na Venezuela, ele chegou a Boa Vista em 2018 pela fronteira com Pacaraima, antes morava em Caracas e tinha um mercadinho, no qual trabalhava com a esposa. Por conta da crise na Venezuela seu negócio faliu e ele não teve alternativa a não ser migrar outra vez, deixando para trás sua família, pois não sabia qual seria a situação assim que chegasse. Ele não teve muita dificuldade de se organizar, uma vez que já possuía conhecidos que estavam estabelecidos na cidade e que o encaminharam para o trabalho como vendedor de picolé, ramo em que se encontram trabalhando muitos compatriotas seus. Quando o questionamos sobre suas condições e rotina de trabalho, nosso entrevistado respondeu:

O trabalho é duro, acordo cedo e trabalho o dia todo, nesse trabalho caminho muito porque tenho que vender tudo, quanto mais vendo mais ganho. O dinheiro que recebo é uma porcentagem do que vendo, 15%. É muito cansativo caminhar o dia todo, chego

em casa na noite e estou muito cansado, mas tenho que trabalhar duro pra enviar dinheiro para a família e pagar o aluguel aqui. Quero juntar dinheiro para trazer minha família pra cá. (ENTREVISTA 07, 07/12/2019)

A jornada de trabalho dos vendedores de picolés é realmente extenuante. Eles trabalham de domingo a domingo e raramente folgam. Iniciam sua jornada diária às sete horas da manhã, quando vão buscar o carrinho de picolé e só entregam o carrinho no final do dia, entre 18h30 e 19 horas. Sua jornada de trabalho é, portanto, de mais ou menos 10 horas por dia. Essas jornadas tão longas e exaustivas de trabalho se justificam pela motivação que eles possuem em manter a família, seja aqui ou fora, quando têm que enviar remessas para esse fim. O ganho diário, e, portanto, mensal dessas pessoas é diretamente proporcional a quantidade de picolés que conseguem vender em um dia. De acordo com informação de alguns proprietários de fábricas de picolés e sorvetes, a porcentagem paga por eles aos vendedores gira em torno de 35 a 50% do valor de cada item vendido. Ocorre que não foi esse o valor informado por nosso entrevistado que disse receber 15% do valor de cada picolé vendido, que é vendido ao preço de um real. Identificamos aqui, uma contradição que nos leva a pensar que o trabalho exercido por estes migrantes pode estar sendo explorado num nível superior ao que acontece nas relações com os trabalhadores nacionais. Podemos afirmar que tal situação decorre do fato de os migrantes, em geral, não conhecerem os mecanismos que podem ampará-los legalmente e fazer valer seus direitos, além na dificuldade de compreensão do português, tornando-os alvos fáceis para o empregador que quer explorá-los. Além disso, embora eles estejam trabalhando diretamente para uma empresa, e que, portanto, teria todos os mecanismos legais para uma contratação formal, seu tipo de contratação é informal, sem sequer um contrato firmado entre as partes. Tal situação é favorecida pelo crescente desmonte dos direitos trabalhistas, em que esse tipo de situação acaba sendo recorrente, visto que, cada vez mais as leis favorecem a flexibilização do trabalho e, por conseguinte, as contratações informais.

De qualquer forma é possível afirmar que, para o trabalhador, isto significa ter que trabalhar jornadas extenuantes sem nenhuma garantia de que no final do dia terá sido compensado financeiramente pelo esforço exercido. Pois, principalmente nesse ramo da venda de picolés, vender pouco significa ir para casa, em muitos casos, com menos de cinco reais no bolso, após exercer uma jornada completa de trabalho, situação que, segundo relatado por nosso interlocutor, já aconteceu com companheiros seus em dias muito chuvosos na cidade.

Em pesquisa realizada anteriormente,³² obtivemos dados que comprovam que a grande

³² LEVEL, B. P. L. Migração e Trabalho: a situação dos haitianos em Boa Vista – RR. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal de Roraima, Curso de Ciências Sociais: Boa Vista, 2018.

maioria dos haitianos que trabalham vendendo picolé completou sua formação acadêmica equivalente ao Ensino Médio no Brasil, o que é o caso do nosso entrevistado. A intenção deles em trabalhar em Boa Vista é a de juntar dinheiro o suficiente para irem a outra cidade, seja no Brasil mesmo ou em países vizinhos ao Brasil.

A vida aqui em Boa Vista é difícil, não falo bem o português, falo espanhol porque morei muito tempo em Caracas, acho que não consigo emprego melhor porque não falo português bem, então é difícil porque esse trabalho não paga muito e eu trabalho muito o dia todo, muito diferente da minha vida na Venezuela. (ENTREVISTA 07, 07/12/2019)

O restante dos migrantes haitianos que foram entrevistados por nós exercia a função de ambulante vendendo produtos diversos. Percebemos, com base nas entrevistas realizadas, que o fator linguístico, ou seja, não dominar o idioma local, é um dos fatores que os fazem procurar se inserir nesse ramo de atividade, uma vez que essa é uma atividade de venda que demanda pouca conversa para convencer o comprador a adquirir o produto, e por isso eles acabam tendo mais facilidade de inserção no mercado de trabalho exercendo esta atividade. De forma que a venda de produtos nas ruas da cidade é uma alternativa encontrada por eles, uma vez que não conseguem se inserir no mercado de trabalho local, entre outros motivos por não dominar a língua portuguesa, fator de rejeição por parte dos contratantes para conceder uma oportunidade de trabalho a essas pessoas.

Por conta disso, eles acabam montando o que chamam de *seu próprio negócio*, uma vez que têm dificuldade para encontrar outras oportunidades. Entretanto, salientamos que essa já era uma característica bem articulada entre migrantes haitianos, como já assinalava Joseph Handerson (2015) em pesquisa realizada para sua tese. Dessa forma, estes migrantes se tornam vendedores ambulantes.

Meu trabalho é venda de alho, acordo cedo todos os dias e saio para a rua, não fico num lugar fixo, tem dia que eu vou e vendo na frente de loja, tem dia que eu vou para a feira. [...] Quando minha irmã vai para o centro vender os produtos dela, também vou as vezes [...]. (ENTREVISTA 03, 03/12/2019)

Aqui na feira eu vendo pirulim, vassoura, sabão, gel, comida. Se vejo que tem gente procurando algo que vai vender eu tento ter [...]. Maioria das pessoas que compra aqui é venezuelanos ou haitianos. Minha esposa que trabalha no centro também vende pra muito venezuelano, mas lá ela vende pente, roupa, alho [...]. (ENTREVISTA 11, 13/12/2019)

Questionamos a eles sobre sua condição de trabalho e todas as respostas foram muito semelhantes. Embora haja queixas referentes às longas jornadas de trabalho que exercem, principalmente porque querem garantir que tenham dinheiro suficiente para se manter na cidade e ainda enviar dinheiro para as famílias, a grande maioria afirma que prefere exercer esta atividade a trabalhar a mando de algum empregador.

Eu acho trabalho aqui tranquilo, eu vim pra trabalhar duro aqui no Brasil, não quero

nada de ninguém, quero trabalhar duro e ganhar meu dinheiro. Dificil porque aqui trabalhamos muito todos os dias e as vezes ganho bem as vezes não ganha bem, mas é trabalho meu [...] (ENTREVISTA 17, 19/12/2019)

[...] melhor trabalhar assim pouco a pouco, que trabalhar pra patrão, meu primo tava trabalhando em construção e lá não pagaram ele tudo, a gente sabe que meu primo mora São Paulo ganha muito mais lá. Agora meu [outro] primo foi pra São Paulo mas não conseguiu trabalho, difícil, difícil [...] (ENTREVISTA 10, 13/12/2019)

Questionamos então, se o produto que estavam vendendo era adquirido por eles mesmos ou se era repassado por terceiros para que revendessem no mercado. A maioria respondeu que eles adquiriam os produtos para revender com recursos próprios, embora uma das entrevistadas, que trabalha com venda de artesanatos, como, por exemplo, produtos de crochê e bordados, afirmou ser ela própria que os produz.

Percebemos que a maioria dos produtos vendidos por eles no mercado local é de origem venezuelana, como por exemplo os pirulins³³ e a *harina P.A.N.*³⁴ Importante mencionar que existe uma rede formada por esses migrantes que facilitam a aquisição desses produtos, pois, como já mencionamos acima, os haitianos que se estabeleceram na cidade, antes viviam na Venezuela. Além disso, os tipos de produtos que estes migrantes estão vendendo possuem demanda em Boa Vista, pois são produtos que tradicionalmente eram comprados pelos boavistenses em uma dinâmica social marcada pela ampla movimentação na fronteira entre esses dois países, além dos produtos serem comprados pelos próprios migrantes.

Um de nossos interlocutores (ENTREVISTA 16, 19/12/2019), interpelado com a questão acima mencionada, disse que os produtos que vende não são adquiridos por ele, que apenas revende para um senhor, também haitiano. Que de tempos em tempos esse senhor vai a Venezuela e vem carregado de mercadorias, às quais ele revende uma parte e que outra repassa para pessoas como nosso entrevistado, todos haitianos, que trabalham para ele, ganhando uma porcentagem em cima das vendas. Nosso interlocutor disse que gostaria muito de ter como adquirir produtos que fossem para ele mesmo, produtos que ele pudesse colocar o preço de venda, fazer negócios, mas que não possui recursos para tal e, portanto, precisa trabalhar para terceiros para conseguir o seu sustento.

Um dos entrevistados disse que sua formação é em engenharia civil. Quando ele se formou, um tempo depois migrou para tentar conceder uma melhor condição de vida a sua família, o destino escolhido foi a Venezuela porque já tinha família morando nesse país,

Na Venezuela eu trabalhava em uma empresa fazendo o que me formei, ganhava bem, já tinha comprado casa, carro, mandava dinheiro pra Haiti, pra minha mãe. A empresa lá teve que fechar e eu fui mandado embora, nunca tinha trabalhado como agora, é a

³³ Doce fabricado na Venezuela.

³⁴ Farinha de milho específica para o preparo de arepas, comida típica da Venezuela e da Colômbia.

primeira vez que trabalho vendendo essas coisas. Estou começando do zero, isso é muito ruim, me sinto mal, mas tem que alimentar a família [...]. (ENTREVISTA 17, 19/12/2019)

Ele chegou no Brasil em dezembro de 2018, trouxe consigo a família completa, já tinha alguns conhecidos que estavam morando aqui e que os abrigaram. Como afirma Antunes (2005, p. 138-139)

o nosso mundo contemporâneo oferece outra contribuição ao debate: fez explodir, com intensidade jamais vista, o universo do não-trabalho, o mundo do desemprego. Hoje, segundo dados da OIT, quase um terço da força humana mundial disponível para o ato laborativo, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivencia as agruras do não-trabalho, do desemprego estrutural. Perambulam pelo mundo, como prometeus modernos, a cata de algo para sobreviver.” (ANTUNES, 2005, p. 138-139)

É exatamente esta a situação que nosso interlocutor vivenciou. Ficou desempregado e então para sobreviver está tendo que exercer uma função que nunca havia exercido antes independente de sua formação, frustrando todos os planos que tinha feito para si e para a sua família.

Apesar das muitas adversidades que interromperam sonhos e projetos de vida, nossos entrevistados, quando questionados sobre sua condição, avaliaram-na como “calma”, “tranquila”, embora tenham afirmado a insegurança em que vivem, principalmente em função da ameaça constante de serem retirados do seu local de trabalho pela fiscalização da Prefeitura, pois muitos deles trabalham nas calçadas em frente a lojas do centro antigo da cidade ou em frente a alguns supermercados. Assim, é questionável, entretanto, que tal condição laboral seja tranquila como relatado por nossos entrevistados, pois eles trabalham sobressaltados por conta de uma possível fiscalização que pode ocorrer em qualquer dia e horário.

Um dos entrevistados relatou “não concordo com eles tirando meu produto, todo dia eu venho trabalhar, de sol a sol, estou aqui trabalhando pra tirar o dinheiro pra eu sustentar minha família, não estou roubando, não entendo” (ENTREVISTA 04, 03/12/2019). A atividade que esses migrantes exercem é informal e marcada por uma condição de não regulamentação, o que vai de encontro às normas sanitárias e tributárias. Por este motivo a prefeitura acirra a fiscalização em cima dessas pessoas. Destacamos que apesar de eles estarem descumprindo as normas municipais, a Prefeitura, em vez de estabelecer medidas que facilitem a incorporação dessas pessoas na economia local, de forma regularizada, lhes garantindo um mínimo para a sobrevivência, age de com a lógica neoliberal, deixando estes migrantes em uma posição de insegurança, pois regularizar a atividade exercida por eles é formalizar a ocupação de um espaço que faz concorrência com os comerciantes locais, o que não corresponde a diversos interesses que coadunam classe empresarial e governo.

Quanto a interação destes com a comunidade local, o que percebemos nas entrevistas é que as relações que estabelecem são geralmente entre si, ou seja, de haitianos com haitianos. Eles criaram aqui seus espaços de convivência, geralmente frequentados somente por eles, como é o caso de um bar localizado na Avenida das Guianas, cujo dono é um haitiano. Ademais, as outras relações que estabelecem são por intermédio, majoritariamente, das relações de trabalho, ou seja, seus contatos estabelecidos com a sociedade local dizem respeito à busca por um trabalho ou à compra e venda de serviços. O que ressalta para nós a importância de compreender essas relações.

Percebemos também nas entrevistas que os haitianos estabelecem uma diferença entre eles e os migrantes venezuelanos, com relação ao trabalho. Um dos entrevistados disse “[...] gostamos de ganhar nosso próprio dinheiro, não ficamos pedindo na rua [...]” (ENTREVISTA 11, 13/12/2019), claramente dando a entender que eles reprovavam algumas atitudes do outro grupo migrante. Entendemos que esse tipo de postura advém da assimilação, por parte desses migrantes, de um discurso racista e xenófobo veiculado na cidade. De certa forma, os haitianos se preocupam com a presença de venezuelanos, pois a migração haitiana na cidade deu-se um pouco antes da dos venezuelanos, logo estes tinham o mercado de trabalho a seu dispor aqui. Com a vinda dos venezuelanos, este espaço entrou em disputa e muitos deles tiveram seus lucros diminuídos pela concorrência que agora tem de trabalhadores ambulantes venezuelanos, ambos em busca de conseguir seu sustento.

Outro ponto que destacamos aqui é o racismo que os haitianos sofrem na cidade, fazendo com que, para além das questões relacionadas com o trabalho, estes trabalhadores tenham que enfrentar situações que os constroem cotidianamente. Alguns dos nossos interlocutores relataram que já se sentiram constrangidos e humilhados por serem chamados de “Negrinhos”, “Pretinhos”.

Aqui na feira algumas vezes já passou carro e gritou – ei seu pretinho, seu negrinho, não foi só uma vez. [...]. Eu trabalhando, não sei porque fazem isso (ENTREVISTA 11, 13/12/2019)

Esse tipo de situação gera um sentimento de impotência nesses migrantes. Quando os questionamos sobre sentirem-se incomodados ou constrangidos por serem migrantes, pela sociedade local, a maioria afirmou não ter esta impressão e que sentiam não estar incomodando porque eles estavam trabalhando aqui. Como já mencionamos no capítulo anterior, o migrante haitiano sofre um duplo racismo: por ser migrante e por ser negro, embora muitos tenham afirmado não perceber rejeição por parte da população sobre sua presença na cidade. A presença dos haitianos na cidade apresenta-se como menos inconveniente, e a explicação está no fato de que estes não aparecem tanto, pois estão em menor quantidade, embora esta seja expressiva, e

ocupam postos de trabalho que são marginalizados pelas pessoas, não falam muito, e por isso acabam não estando em evidência no cenário local, tornando-se “invisíveis,” e portanto mais aceitáveis e não “poluentes” para os padrões da população local.

Como mencionamos no capítulo anterior, identificamos uma contratação racializada de migrantes haitianos na cidade, como no exemplo que mencionamos da contratação de haitianos pelas fábricas de picolés. Além disso, o nosso entrevistado que trabalha como vendedor de picolé relatou ter sofrido racismo enquanto caminhava pelas ruas da cidade empurrando seu carrinho de picolés. “Teve gente que passou e me disse que eu tinha que ir embora porque aqui já tinha muitos pretos [...]” (ENTREVISTA 07, 07/12/2019). Identificamos nessa fala um duplo racismo: por ele ser migrante e por ele ser negro. Para além do fato de ele ser migrante, ser também negro em uma sociedade na qual o racismo é estrutural, torna a sua condição ainda mais precária e vulnerável.

Entendemos que a aparente boa convivência entre a sociedade boavistense com os haitianos têm relação com o fato de que a presença desses migrantes na cidade ser aparentemente menos incômoda, seja pelo fato de que estes não aparecem tanto, por estarem em menor quantidade que os venezuelanos, seja pelo fato de estes ocuparem postos de trabalho que são marginalizados nessa sociedade, seja pelo fato de que eles estão calados, não sendo, portanto, um *inconveniente* para a cidade.

3.3.2. O labor do venezuelano

Ao longo da pesquisa entrevistamos 17 migrantes venezuelanos, todos exercendo alguma função no setor informal. Diferentemente dos haitianos, estes migrantes não estão majoritariamente neste setor, embora em uma rápida caminhada pela cidade, seja possível identificar muitos vendedores ambulantes de nacionalidade venezuelana, com mais rapidez do que haitiana (é claro levando-se em consideração a quantidade populacional que eles representam na cidade frente a esse outro grupo); eles também estão inseridos no setor informal exercendo funções como: costureira, diarista, doméstica, garçons e garçonetes, cozinheiras, pedreiro e ajudante de pedreiro, entre outros.

Apesar de alguns dos nossos entrevistados prestarem serviços diretamente para uma empresa, eles não foram contratados formalmente, como é o caso de três mulheres que entrevistamos: a costureira, a garçonete e a cozinheira. Também nossa entrevistada que trabalha como doméstica não foi formalmente contratada. Embora não trabalhe diretamente para uma pessoa jurídica, a Lei complementar n. 150/2015 regulamentou o trabalho doméstico no Brasil,

e portanto, o empregador deve formalizar sua contratação por meio do sistema e-Social³⁵ instituído pelo Decreto N. 8.373/2014.

A garçonete e a cozinheira trabalham para o mesmo restaurante, localizado na zona oeste de Boa Vista. Ambas começam suas jornadas de trabalho às sete horas da manhã; no local de trabalho exercem a função para a qual foram contratadas, mas também executam outras funções como limpeza e organização do ambiente de trabalho. Elas trabalham até as 4 horas da tarde, portanto, têm uma jornada de trabalho de nove horas diárias ininterruptas, ganhando 30 reais por dia, um valor que está bem aquém do que realmente vale a diária para a função que elas exercem. A cozinheira nos contou que,

[...] Muitas vezes já tive vontade de deixar este trabalho, já até reclamei, mas eles dizem que se eu quiser ir embora eu posso ir que tem uma fila de venezuelanos querendo meu trabalho. Eu preciso desse dinheiro, com o que meu esposo ganha conseguimos pagar o aluguel, comprar comida, não sobra para outras coisas, mas está melhor que na Venezuela. [...] (ENTREVISTA 23, 27/12/2019)

Por conta da necessidade, essas mulheres têm que se submeter a condições degradantes de trabalho, recebendo menos que um salário mínimo e sem nenhum direito garantido, pois não possuem sequer um contrato de trabalho. Toda sua contratação foi realizada de maneira informal (contrato boca a boca). Esse empregador, assim como outros empregadores da cidade, de acordo com as denúncias e relatos que recebemos no Instituto Migrações e Direitos Humanos, aproveitam-se da situação de vulnerabilidade dessas pessoas – de suas necessidades, do desconhecimento que têm da legislação trabalhista e da ameaça do desemprego (pela expressiva quantidade de desempregados na cidade, que pode aceitar a mesma vaga de emprego em condições semelhantes ou até piores) – para subordinar seus empregados a aceitarem as condições oferecidas por eles.

Como analisa Bueonfiglio (2013, p. 53)

Nesse cenário, onde o ataque ao trabalho em termos de desvalorização e de aprofundamento da exploração é regra, crescem as formas mais diversas de relações de trabalho que procuram eludir os direitos trabalhistas, negando ou camuflando a própria relação de trabalho subordinado (ou trabalho assalariado). E frente ao desemprego em massa que se multiplicam tanto os chamados “contratos atípicos” (trabalho por tempo determinado, por tempo parcial, contratos de formação, entre outros), como formas ou relações de trabalho que, sob a aparência de uma falsa “autonomia”, escondem ou mascaram o trabalho subordinado. No primeiro caso, obtêm-se trabalhadores com menores direitos, salários e proteção; no segundo, trabalhadores fora da esfera da relação de assalariamento, portanto, fora do âmbito de aplicação trabalhista; ou seja, trabalhadores sem direitos [...].

³⁵ Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), criado pelo Governo Federal, que tem como objetivo unir em uma única plataforma digital a prestação de informações por parte do empregador (físicos ou jurídicos) da contratação e pagamento dos tributos de todos os seus empregados. Fonte <https://www.gov.br/esocial/pt-br/centrais-de-conteudo/conheca-o-esocial>.

Ambas migrantes que entrevistamos, a cozinheira e a garçonete, estão inseridas no segundo caso, ou seja, são trabalhadoras fora da esfera de relação de assalariamento, pois não constam na folha de pagamento, portanto, não têm nenhum direito garantido e, tampouco recebem o valor mínimo adequado a execução de suas funções. Nestas mesmas condições se encontra a costureira que entrevistamos. O relato partilhado por ela sobre as suas condições laborais e situações que ocorreram enquanto trabalhava para um ateliê em Boa Vista foi, sem dúvidas, um dos relatos mais fortes que já escutamos de exploração do trabalho.

Nossa interlocutora relatou que ficou oito meses trabalhando como costureira para um ateliê na cidade e que, no ato de sua contratação, lhe solicitaram a documentação que possuía, referente a sua regularização migratória no país, além do CPF, carteira de trabalho e comprovante de residência. Todo esse tempo que passou trabalhando nesse lugar ela pensou que estava com a carteira assinada. Em sua jornada diária trabalhava mais que 10 horas, e em alguns dias chegou a trabalhar na madrugada para dar conta da demanda que recebia o ateliê. Durante cinco meses ela recebeu seu salário sem atrasos. Porém nos últimos meses em que prestou serviços nesse local o empregador não cumpriu mais com suas obrigações de pagamento, mesmo ela continuando a cumprir sua jornada de trabalho com regularidade. “Ele sempre estava dando alguma desculpa para não me pagar” (ENTREVISTA 14, 14/12/2019). Por conta das dificuldades que estava enfrentando para se alimentar e pagar o aluguel, ela faltou alguns dias de trabalho. Quando retornou o empregador disse que ela estava demitida, foi então que ela descobriu que todo esse tempo em que esteve trabalhando para a empresa sua carteira de trabalho nunca foi assinada. Tudo o que lhe foi entregue foi um contrato de trabalho não possuía nenhuma validade jurídica. Todos os dados que constavam no contrato continham erros, o CNPJ informado pelo empregador sequer existia. Para além disso, entregaram-lhe um papel contendo seu cadastro como microempreendedora individual – MEI³⁶ onde também constavam seus dados com erros dizendo que ela possuía um pequeno negócio que continha um capital no valor de R\$10.000,00. Ela relatou que entrou em pânico porque não tinha conhecimento algum do que aquilo significava, nunca tinha feito aquele cadastro, nem sequer possuía a quantidade de dinheiro que dizia o papel que lhe entregaram. E que na empresa que trabalhava tinham lhe entregue este papel dizendo que não lhe deviam nada e que ela tinha que pagar os encargos que constavam no papel.

³⁶ O MEI – Microempreendedor individual foi um mecanismo criado pelo governo federal por meio da Lei nº 128/2008 que alterou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e criou o microempreendedor individual. Em que uma pessoa que possua um negócio com faturamento até R\$81.000,00 por ano possa fazer uma inscrição como pessoa jurídica e ter direito a contratar um empregado.

Relatos como esses de nossa interlocutora dizem muito sobre atual situação dos trabalhadores no Brasil, por conta da existência de um projeto político aliado aos ideais neoliberais que favorece e incentiva a crescente desregulamentação do trabalho, aliada a uma artimanha cruel do empregador que se aproveita da vulnerabilidade e desconhecimento das normas trabalhistas desses migrantes. No caso em questão, esse empregador usou o mecanismo do MEI para não se responsabilizar pelos encargos trabalhistas da contratação de nossa interlocutora. A criação deste mecanismo favoreceu, sobremaneira, a precarização do trabalho, uma vez que, muitas empresas, como forma de burlar o pagamento dos encargos trabalhistas, passaram a exigir em suas contratações que seus funcionários – no caso “prestadores de serviços” - tenham um MEI. Com isso, elas terceirizam o serviço solicitado e fazem com que a pessoa contratada ofereça um serviço como se fosse dona de uma empresa que está oferecendo/prestando serviços para a empresa contratante. O que exige o empregador de arcar com os encargos tributários desta relação, jogando nas costas do trabalhador toda a responsabilidade relacionada a isso. Além disso, o empregador de nossa interlocutora a manteve trabalhando sem pagamento durante três meses consecutivos em uma jornada superior à permitida em lei, configurando não só exploração do trabalho, mas uma situação de trabalho análogo ao escravo.

Entendemos que os migrantes são alvos fáceis a esses empregadores mal intencionados, uma vez que eles desconhecem ou têm pouco conhecimento dos seus direitos. A isso, soma-se o fato de que por sua situação vulnerável e a necessidade de sobrevivência, eles submetem por muito tempo a situações como a descrita por nossa entrevistada. Prova disso são os dados divulgados pela Procuradoria Regional do Trabalho – 11ª Região que aponta que entre 2019 e fevereiro de 2020 recebeu 12 processos judiciais que dizem respeito ao trabalho migrante em condições análogas ao do trabalho escravo. Isto para mencionar os casos que foram denunciados, pois sabemos que em muitas situações o trabalhador não efetua nenhuma denúncia por medo de represália por parte do empregador.

Dentre os entrevistados, os que possuem mais experiências positivas em relação às condições de trabalho e as relações laborais estabelecidas na cidade são a microempreendedora e a vendedora de produtos cosméticos. Embora na fala delas tenham surgido em alguns momentos referências a situações vivenciadas por elas e/ou por conhecidos, de realização de trabalhos superexplorados, no geral, suas experiências são positivas. Tanto a microempreendedora, quanto a vendedora de produtos cosméticos iniciaram suas atividades nesse ramo após um curso oferecido e coordenado pela *ONU – Mulheres* em parceria com o *SENAC*, em que elas aprenderam técnicas para gerenciar e abrir um pequeno negócio. Ambas

estão conseguindo se estabelecer na cidade com a venda de seus produtos, participando em feiras e realizando vendas por meio das redes sociais.

Com isso percebemos, por intermédio das entrevistas realizadas com essas duas mulheres, a microempreendedora e a vendedora, e o acompanhamento durante três meses das demais beneficiárias do projeto coordenado pela *ONU – Mulheres* no trabalho no IMDH³⁷, que projetos como esse que aliam formação com benefícios financeiros, embora tenham alcance limitado, ajudam os migrantes a conseguirem melhorar, significativamente, suas condições de vida, e conseqüentemente, suas condições de trabalho na sociedade de destino. Pois a formação oportuniza a eles informações do funcionamento do mercado local e informações sobre seus direitos trabalhistas no país.

Embora existam migrantes que partilham experiências positivas em relação a sua inserção no mercado de trabalho local, essa não é a regra para a maioria dessas pessoas. Pessoas que exercem as atividades laborais de flanelinha, ambulante e diarista³⁸ encontram-se em postos de trabalho mais precarizados, executam suas atividades ou buscam por trabalho nas ruas da cidade, encontrando-se mais expostos a ocorrência de preconceito e discriminação, como apresentamos no capítulo anterior com os relatos da artesã e do vendedor ambulante, que relataram terem sofrido discriminação enquanto ofereciam seus produtos, portanto, foram discriminados enquanto estavam trabalhando para ganhar seu sustento.

A rua, uma via pública e que, portanto, não está inserida na lógica da propriedade privada, um espaço que, em tese, todos deveriam circular livremente, é o local em que os migrantes mais relatam situações de racismo. Os depoimentos de alguns entrevistados foram reveladores:

[...] não tem preço fixo para meu serviço moça, aqui a pessoa paga o que o coração dela quiser, tem gente que paga um real e alguns que pagam 25 centavos, eu fico agradecido com qualquer valor, porque não tem outro trabalho [...] muitas vezes eu percebo que tem pessoas que não gostam do meu trabalho [...] nunca teve ninguém que foi agressivo, mas eu sei que elas tem medo, como se eu fosse fazer algum mal, roubar. Eu queria dizer que só quero trabalhar para mandar dinheiro para minha família que está na Venezuela [...] Eu não queria fazer esse trabalho, mas eu entrego meu currículo nas lojas e nunca tenho resposta, tenho que comer, esse dinheiro que ganho não sobra muito, eu durmo de favor na casa de uns companheiros, só assim para mandar dinheiro pra família (ENTREVISTA 12, 14/12/2019)

³⁷ Destacamos que o trabalho no IMDH garantiu acesso aos imigrantes e, portanto, facilitou as entrevistas, permitindo também que pudéssemos comparar os relatos obtidos por meio das entrevistas com outras situações que nos foram relatadas na nossa rotina de trabalho, possibilitando analisar as entrevistas de forma mais geral, identificando que os relatos que nossos interlocutores estavam descrevendo também se aplicavam a situações que vivenciavam outros migrantes na cidade.

³⁸ Estamos entendendo como diarista neste trabalho não só as mulheres ou homens que trabalham limpando casas e cobram por dia, como também homens e mulheres que trabalham recebendo por dia em obras, fazendas, limpezas de quintais e pinturas de casas.

Eu vendo meus produtos em frente as lojas, supermercado, no sinal [...] capinha de celular, carregador, pen drive [...] consegui esses produtos com um conhecido que também trabalha vendendo nas ruas [...] As vezes têm pessoas que passam de carro e falam pra eu voltar pra Venezuela [...] quando estava oferecendo meus produtos em frente a uma loja para uma mulher teve um senhor que passou e ficou falando que a mulher não deveria comprar meu produto, que eu tinha roubado aquilo, que todo venezuelano era ladrão, ainda bem que a mulher disse que era para eu ficar tranquilo porque aquele homem era louco [...] (ENTREVISTA 13, 14/12/2019)

Para além do relato de nossos interlocutores, podemos perceber este rechaço em relação a presença do vendedor ambulante venezuelano ou do migrante venezuelano que busca trabalho em alguns pontos da cidade, na seguinte foto.

Figura 8 - Aviso proibindo a presença de venezuelanos em frente ao supermercado



Fonte: autor desconhecido, obtido por grupos de WhatsApp, 23 de janeiro de 2019

Nesta foto o supermercado Gavião, localizado na avenida das Guianas, colocou na porta de entrada um aviso proibindo a permanência de venezuelanos em frente ao estabelecimento. Pela localização do supermercado, tanto por ser em uma avenida interligada a uma rodovia que liga Boa Vista a outros municípios do estado, como por ser localizado em um bairro em que se concentram muitos migrantes venezuelanos, é corriqueiro encontrá-los ao longo dessa avenida, em busca de vender seus produtos ou esperando que alguém que passe em direção a algum sítio ou fazenda lhes ofereça um serviço. Um dos nossos entrevistados que trabalha por diária, executando qualquer serviço que lhe seja oferecido, desde capina até pintura, disse que muitas vezes ficou no local:

[...] Eu já fiquei muitas vezes perto do supermercado gavião esperando que passe algum brasileiro precisando de capina, pintura ou qualquer serviço que me pagasse uma diária. Nesse local fica muitos venezuelanos esperando também [...] (ENTREVISTA 25, 28/12/2019)

O aviso da foto acima já não se encontra mais no referido estabelecimento, mas deixou

uma marca naqueles que transitavam pelo local. Nosso interlocutor lembra também sobre quando colocaram o aviso,

ano passado colocaram um aviso em frente do Gavião que não queriam venezuelanos lá, mas eu vou sempre porque é por ali que eu consigo trabalho, eu não fiquei muito feliz com isso, lembro que os outros venezuelanos também não ficaram, a gente estava ali procurando trabalho, outros estavam vendendo suas coisas. Mas a forma como eles tratava a gente era como se fosse ladrão. Não foi bom isso, porque eu passo o dia todo lá, com fome, tem dia que passa alguém, aí tem diária, tem dia que não passa nada. Tem dia que alguém passa e eu vou, mas só dão comida, não pagam a diária, não dar pra saber como vai ser o dia, tem brasileiro bom, mas tem brasileiro ruim também (ENTREVISTA 25, 28/12/2019)

Se já não bastasse o grau de exploração laboral sofrido por esses migrantes, em trabalhos degradantes, em que muitas vezes eles não são pagos, ou são obrigados a trocar o seu trabalho por um prato de comida. Eles ainda têm que lidar com situações de discriminação, em que seu direito de ir e vir e de permanecer em via pública é contido por um aviso de proibição. Entendemos, como já mencionado no capítulo anterior, que tal situação advém do incomodo que a sociedade local tem de ter que esbarrar com a realidade desses migrantes, de pobreza e vulnerabilidade, e, portanto, preferem que eles permaneçam “invisíveis” para não representar um incomodo. Não o quer longe, posto que é conveniente se aproveitar de seu trabalho explorado, porém não o quer “visível” para não ter que conviver com o que consideram, como apontava Bauman (2005) o refugio humano, o lixo humano.

Percebemos também essa discriminação no sentido de fazer o migrante se sentir inferior, com o intuito de submetê-lo a trabalhos degradantes e explorá-lo, no seguinte relato de uma senhora que trabalha como diarista na casa de algumas famílias.

[...] quando cheguei aqui fui entregar currículo, mas não consegui nada. Na Venezuela eu trabalhava como professora de educação infantil, tenho grau universitário em Educação Infantil, mas aqui no Brasil não tem nada para mim na minha área de formação, nem mesmo outra área considera minha formação, a maneira que encontrei de me sustentar e ajudar meus filhos foi trabalhar como diarista. [...] Limpo muitas casas, as pessoas pagam entre 40 e 60 reais pelo meu dia de trabalho [...] Já teve casa que fui limpar e que me pagaram 20 reais, quando eu reclamei que era pouco, começaram a me ofender e colocar defeito na limpeza que eu tinha feito, não pude fazer nada, foi um dia todo de trabalho para ganhar só 20 reais, ainda assim fiquei agradecida a Deus [...]. Já teve casa também que nem comida me ofereceram, eu trabalhei o dia todo lá e não comi nada [...] (ENTREVISTA 20, 21/12/2019)

Além desses relatos em que percebemos a discriminação contra o migrante no sentido de inferiorizá-lo, para justificar as relações de trabalho precarizadas que lhes são oferecidas, também percebemos outras situações nas quais é possível identificar a discriminação que os trabalhadores migrantes sofrem, em se tratando de relações laborais. Situação explícita na seguinte imagem:

Figura 9 - “Cartaz” de oferta de serviços de pintura



Fonte: Foto de Emily Costa, obtida por meio dos stories do Instagram @emilycostaaa, 05 de junho de 2019

Por meio desta foto e da análise dos relatos das entrevistas, podemos verificar a distinção que está colocada entre o trabalhador brasileiro e o trabalhador migrante, principalmente o migrante venezuelano. Neste anúncio, a observação que é feita distingue os serviços oferecidos por este trabalhador, em uma alusão de que por ser brasileiro pode oferecer um serviço de melhor qualidade e com mais confiabilidade, desqualificando mesmo sem mencionar os serviços oferecidos pelos migrantes. Tal observação quando veiculada socialmente pode passar a ideia de que os migrantes “estão roubando nossos empregos”, como mencionado pela pesquisa feita pela UNAMA, gerando mais situações de preconceito e discriminação.

Percebemos, então, que a situação laboral dos migrantes em Boa Vista, no geral, é de extrema precariedade, corroborando com as diversas análises das relações de trabalho no Brasil e no mundo, no contexto das relações de produção vigentes. É importante registrar, ainda, que essa realidade de precariedade não é exclusiva de trabalhadores migrantes, configurando a situação de grande parte da classe trabalhadora mundial. Porém, reforçamos que o trabalhador imigrante, principalmente aquele que já está em uma condição vulnerável e que, portanto, tem maior possibilidade de sofrer racismo, está em uma condição ainda mais precária, o que inclui desafios adicionais, entre eles o enfrentamento de preconceito e discriminação que sofrem por conta de um estigma que foi criado em torno da presença deste trabalhador nos espaços laborais, de que estes estariam “roubando” os empregos da comunidade local, o que sabemos não ser verdade, uma vez que estes trabalhadores acabam ocupando, em geral, postos de trabalho que a comunidade local não pretende ocupar. Além disso parte desse estigma é criado pelos próprios empregadores, que se aproveitam da condição de vulnerabilidade dos migrantes para impor a

eles salários e condições laborais que não condizem com as condições que os nacionais recebem, fazendo com que estes empregadores mal intencionados tenham predileção pelo trabalho do imigrante, pois conseguem com menor dificuldade explorá-los, reforçando então, por meio dessa prática, o estigma que é difundido na sociedade que, sem avaliar que há uma preferência pela contratação do imigrante porque é mais fácil submetê-lo a uma condição de exploração e precarização, por conta de sua situação vulnerável, imputam a culpa nestes da dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, culpando-os de estarem “roubando” seus postos de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da rota migratória que incluí a cidade de Boa Vista como local de passagem ou destino não mostra sinais de que será abandonada pelos migrantes, tanto de venezuelanos e haitianos como de outras nacionalidades, no curto prazo. Como demonstramos no primeiro capítulo, existe uma série de fatores que são alheios a essas pessoas e que impulsionam a saída delas de seus países de origem. O que nos leva a concluir que mesmo que a saída desses migrantes tenha ocorrido de maneira “voluntária”, posto que foram eles que decidiram migrar, o real motivo por trás dessa decisão está fora do alcance individual e que, sobremaneira, afetou a decisão desses sujeitos, mesmo que de forma velada, fazendo com que na realidade a sua saída seja de caráter forçado, pois foram impulsionados pelas circunstâncias a tomarem a decisão de migrar. Essa conjuntura colocou definitivamente a cidade de Boa Vista na rota dos movimentos migratórios transnacionais.

Logo da chegada desses migrantes a cidade, haja vista a estrutura local não ter condições adequadas nem mesmo para o atendimento da população local, por conta do descaso das autoridades em cumprirem com seus deveres, estas já emitiram notas classificando qualquer intempérie como uma situação de calamidade pública, com intuito de captar mais recursos, se isentando, desse modo, de cumprirem com a lei de transparência e prestarem contas dos gastos efetuados. As situações usadas para justificar essas ações por parte do poder público foi o aumento da demanda nos serviços públicos prestados à população, que se diziam impactados pelo processo migratório, gerando e incentivando o discurso de culpabilização dos migrantes pela precariedade desses serviços. O que não estava colocado nesses discursos, é que antes do aumento da demanda a infraestrutura existente já estava precária e não oferecia boas condições à população que já residia na cidade.

Esse tipo de atitude por parte das autoridades locais somente serviu para incentivar os discursos racistas/xenofóbicos contra estes migrantes, que passaram, dessa forma a serem os culpados de todos os problemas que a comunidade local estava enfrentando. Sendo que o problema inicial – o descaso com os serviços públicos – persistiu, uma vez que o dinheiro repassado pelo Governo Federal não foi direcionado para a solução dos problemas que geraram a situação de calamidade mencionada pelas autoridades.

Destacamos também que não percebemos por parte das autoridades locais ou da comunidade discursos que incorporem os benefícios que a presença desses migrantes vem ocasionando para o estado. Estes, munidos pelo preconceito, se negam a aceitar ou escondem o fato de que há muitos anos, na Fronteira com Pacaraima, por exemplo, não se via um

funcionamento tão intenso do comércio local. Além do aumento perceptível do fluxo de compras no comércio em Boa Vista gerando benesses à economia do estado de Roraima.

Quanto a condição do migrante em Boa Vista, como demonstram as entrevistas que realizamos e a rotina de trabalho no Instituto Migrações e Direitos Humanos, avaliamos que esta é de intensa precarização. Alguns migrantes conseguem se inserir exitosamente no mercado de trabalho, mas esta não é a regra

para a grande maioria a realidade é diferente, visto que, pela falta de oportunidades entram na já grande e tumultuada fila do desemprego, ou aceitam trabalhar em subempregos, se submetendo a condições laborais degradantes. Sabemos que o desemprego é, ainda, fator característico do capitalismo, em sua forma contemporânea, e persiste sua função no sentido de regular os salários e garantir os níveis desejáveis de lucros, permitindo, dessa forma, sua expansão e reprodução. Como aponta Saviani (2002) o desemprego converteu-se em um mecanismo de controle do Capital, que o aciona quando precisa desaquecer a economia. Estando, portanto, o trabalhador totalmente a mercê desses interesses.

Em nossa pesquisa foi possível confirmar dados de outras investigações, já realizadas no estado, sobre a condição laboral do migrante. Estes se encontram expressivamente em situação de desemprego, procurando cotidianamente formas de conseguirem seus sustentos. Para os que conseguem algum trabalho, a informalidade é a regra. Destacamos que nesta pesquisa a maioria dos nossos entrevistados eram vendedores ambulantes, portanto, se encaixam na categoria de trabalho “por conta própria”. Situação que confirma a realidade laboral dos últimos três anos no país – desde 2017 – em que o setor informal superou o setor formal em números de trabalhadores e aumentou a insegurança e precarização que marcam as relações de trabalho no Brasil.

A regra para o trabalhador migrante, principalmente o trabalhador venezuelano, é a contratação informal por meio do pagamento em diárias. O serviço contratado nessa modalidade é, geralmente, executado em uma jornada superior à jornada de trabalho regulamentada no país, de oito horas diárias, com intervalos para descanso. O pagamento que essas pessoas recebem é bem inferior ao praticado no mercado oficialmente; e pelo fato de elas não contestarem tal valor, devido a situação de vulnerabilidade em que se encontram, muitos empregadores se aproveitam, inclusive, para efetuarem pagamentos abusivos, como por exemplo, trocar uma jornada completa de trabalho por um prato de comida como acontece com alguns migrantes que são levados para trabalhar em fazendas e sítios. Já os migrantes haitianos, podemos dizer que possuem redes de empregabilidade mais estabelecidas na cidade, tanto para executarem o trabalho por “conta própria”, como para venderem picolés ou para trabalharem

na construção civil – setor em que conseguem se vincular formalmente. estão estabelecidos em setores laborais em que sua presença passa quase sem ser notada. Esses migrantes são vítimas de racismos na sociedade, seja por sua cor de pele, seja por serem migrantes, ou ainda em uma combinação de ambos os fatores. Porém como eles estão minimamente inseridos em alguma atividade laboral é um tipo de migrante que, embora seja racializado, está ocupando trabalhos que a comunidade local não têm muito interesse, trabalhos marginalizados, confirmando as análises de Sayad (1988) sobre a vida do imigrante, de que estes só serve para sociedade de destino quando estão vinculados a alguma atividade laboral, preferencialmente em setores pouco atraentes.

Ao longo de nossa pesquisa entrevistamos pessoas que estavam trabalhando diretamente para uma empresa e, portanto, deveriam, em tese, possuir um vínculo empregatício, o que não acontecia. Na classificação laboral que fizemos desses migrantes, distinguimos dois casos que precisam ser destacados: o primeiro caso é o do vendedor de picolé, que poderia ser classificado também como vendedor ambulante, mas a diferença entre esse profissional e os outros vendedores ambulantes entrevistados é que este tem um vínculo com um patrão – embora este vínculo não seja formal, ele existe. O segundo caso é o da cozinheira, em relação à microempreendedora individual. Ambas executam a mesma função em sua rotina de trabalho, uma cozinha para fazer seus produtos e vender na rua ou por encomendas nas redes sociais, e a outra trabalha cozinhando para um restaurante. A diferença entre uma e outra é que a cozinheira trabalha diretamente para um empregador, dono do restaurante e a microempreendedora trabalha “por conta própria”.

Destacamos, assim, que, embora esses trabalhadores exerçam suas funções como trabalhadores informais, a rotina e a condição de trabalho de ambos possuem algumas diferenças e, muitas vezes, aquele que se encontra na informalidade, mas subordinado a um empregador, encontra-se em uma situação de maior precariedade, posto que está produzindo mais-valia sem ter seus direitos garantidos como tal. Além disso, tem seu psicológico afetado pela ameaça cotidiana de que seu trabalho está em risco, pois se ele não executá-lo com perfeição ou se não aceitar as condições precárias impostas pelo patrão poderá, então, ser substituído pela crescente fila de desempregados, que espera ansiosamente ocupar uma vaga no mercado de trabalho, submetendo-se, muitas vezes, a condições ainda mais degradantes por motivos de sobrevivência.

Devido a situações como as mencionadas acima, parcela significativa dessas pessoas, seja por não conseguirem trabalho ou por só o conseguirem de forma esporádica, acaba criando uma dependência dos benefícios sociais oferecidos pelo Estado e também por algumas

Organizações Internacionais ou Organizações Não-Governamentais, benefícios esses que não são suficientes para retirá-los de uma condição de vulnerabilidade, apenas ameniza, de forma temporária, tal situação. Para aqueles que não conseguem nenhum benefício social e nem trabalho, a única saída é contar com a solidariedade de terceiros.

Quando nem a solidariedade de terceiros é suficiente, o que vemos, na prática, é uma quantidade significativa de despossuídos, como aponta Sassen (2016), vivendo nas ruas, em terrenos baldios, ou em ocupações na esperança de que no dia seguinte sua sorte mude ou sendo obrigados a buscar uma saída na criminalidade para conseguirem sobreviver.

Acrescemos nessa relação o racismo com o qual essas pessoas têm que se deparar no seu cotidiano. Compreendemos que não podemos caracterizar a sociedade boavistense como racista. Em primeiro lugar, a pesquisa realizada não é suficiente para essa caracterização. Além disso, está claro que grande parcela da população se compadece e tenta mover ações que buscam ajudar aos migrantes, seja oferecendo roupas e calçados, marmitas ou cestas básicas, algumas até acolheram famílias venezuelanas em suas residências. Temos elementos para afirmar, contudo, que o racismo está presente nas relações estabelecidas nesta sociedade.

O foco que norteou nossa busca foi analisar se as relações laborais estabelecidas por esses migrantes com a sociedade local eram permeadas pelo racismo. No decorrer da análise verificamos que as relações de trabalho são sim permeadas por racismo, particularmente em um nível infrapolítico, em que essas relações acontecem de forma isolada. O racismo praticado contra estes migrantes, tanto para com os venezuelanos como para com os haitianos, é um racismo majoritariamente de inferiorização ou desigualitário, no qual se tem como intenção desqualificar o grupo racizado para subordiná-lo. Percebemos isso pelo tipo de contratação que os brasileiros oferecem a esses migrantes, como já discorreremos no capítulo sobre o Labor de migrantes venezuelanos e haitianos em Boa Vista. Afinal, é extremamente conveniente para determinadas pessoas pagarem R\$ 20,00 para uma diarista limpar sua casa, em vez de desembolsar os R\$ 80,00 a R\$ 150,00 que qualquer diarista brasileira cobraria, dependendo do tamanho da casa. Nesse sentido fazer com que o “Outro”, no caso o migrante, se sinta inferior é um mecanismo acionado pela sociedade de destino para justificar o lugar e a situação dele dentro sociedade.

Embora tenhamos identificado, também, situações de racismo de cunho mais diferencialista, como nas ações promovidas por grupos de extrema direita, em chamadas para manifestações coletivas contra a imigração para o estado; nos atos de violência praticados por alguns populares contra venezuelanos – verbalizando que estes deveriam retornar ao seu país – ou, ainda, nos atos isolados, relatados por migrantes, de abordagens racistas com referência a

cor da pele, por meio de agressões verbais. Estas abordagens não configuraram, contudo, a regra do tipo de racismo que ocorre na cidade, isto é, o racismo desigualitário. Em todo caso, acreditamos que as formas de racismo explicitadas, tanto nas relações de trabalho como nos atos de preconceito, discriminação e no seu grau mais extremo de violência são devidos a dois fatores.

O primeiro advindo de um racismo que é construído socialmente sobre a presença do imigrante na cidade, responsabilizando-o por todos os problemas que estão acontecendo, tornando o migrante um *bode expiatório* e, desta forma, criando um imaginário de que a presença destes não é bem-vinda, pois só traz consigo malefícios. O segundo advém do racismo/xenofobia institucional, que se manifesta tanto por intermédio de ações que explicitem um discurso discriminatório, que reforça os mecanismos de imputação da culpa dos problemas sociais na presença do imigrante, como também no fato de estes se omitirem da responsabilidade na solução dos problemas, deixando que estes se avolumem ao ponto de os próprios migrantes passarem a buscar culpados e, assim, se autoculpabilizarem, enquanto grupo social, pelas situações que enfrentam e, por consequência, reforçando os mecanismos que os tornam *bodes expiatórios*. Ou seja, ambas atitudes emanadas pelo Estado, tanto de omissão como de um discurso que se isenta da responsabilidade, estão diretamente relacionados ao reforço dos mecanismos que fazem com que o migrante se torne um sujeito racializado.

Analisamos, portanto, que os migrantes sofrem racismo na cidade de Boa Vista, independentemente de estarem ou não exercendo uma atividade laboral na cidade, haja vista que a ocorrência de discriminação e preconceito contra essas pessoas ocorre nos mais diversos locais. Ressaltamos que a ocorrência de racismo é mais presente para esses migrantes dentro de suas atividades laborais, uma vez que estes passam a maior parte de seu tempo envolvidos na execução ou na procura de um trabalho, dificultando, sobremaneira, a realidade cotidiana dessa população migrante.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Henrique Reis de. *A atuação das Forças Armadas brasileiras nas questões de imigração* (relatório para curso). 2018. Disponível em: <https://defesa.gov.br/forcas-armadas/2-uncategorised/47575-palestras-do-19%C2%BA-curso-de-extens%C3%A3o-sobre-defesa-nacional>. Acesso em 14 de abril de 2019.

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de; BAENINGER, Rosana. Modalidades migratórias internacionais: dos fluxos as novas exigências conceituais. In: **Migração internacional** / Rosana Baeninger (Org.) – Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2013

ALMEIDA, Júlia Maria Corrêa. **MOBILIDADE HUMANA E TRABALHO**: a situação de brasileiros em Lethem (Gy). Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, p. 138. 2016

ANISTIA INTERNACIONAL. Informe 2017/2018: O Estado dos Direitos Humanos no mundo. Relatório. Londres: Amnesty International, 2018. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>. Acesso em: 13/09/2019

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho – 11 ed. - São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006

_____. O caracol e sua concha: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho/ Ricardo Antunes, - São Paulo: Boitempo, 2005

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2000

ASSANO, Camila; PARISE, Paolo. Contra lei de migração, governo oferece canetada e o jabuti. *Época Globo* (online) Publicado em 18/08/2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/artigo-contralei-de-migracao-governo-oferece-canetada-o-jabuti-23882403>. Acesso em: 06/02/2020

ASSIS, Gláucia de Oliveira e MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. Migrantes indesejados? A “diáspora” haitiana no Brasil e os desafios à política migratória brasileira. In: **Em busca do Eldorado: o Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais** / Organização de Sidney A. da Silva e Gláucia O. Assis. Manaus: EDUA, 2016

AZEVEDO, Adriane Karina de. **Trabalho e Ideologia: Implicações no Programa Ciência sem Fronteiras**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – UFRR. Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia de Sousa. Boa Vista – RR, 2017

BAENINGER, Rosana. Governança das Migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. In: **Migrações Venezuelanas** / Rosana Baeninger; João Carlos Jarochinski Silva (coordenadores); Catarina Von Zuben; Paolo Parise; José Carlos Pereira;

Francisco Max; Luís Felipe A. Magalhães; Daniel Menezes; Durval Fernandes; Alberto Jakob; Luís Renato Vedovato; Camila R. da Silva; Natália Demétrio; Joice Domeniconi; Victor Del Vecchio (organizadores) – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018

_____. Rotatividade Migratória no Brasil: entre o local e o global. Trabajo presentado en el **VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población**, realizado em Lima- Perú, del 12 al 15 de agosto de 2014. Disponível em: http://www.alapop.org/Congreso2014/DOCSFINAIS_PDF/ALAP_2014_FINAL57.pdf. Acesso em: 04 de agosto de 2017

_____. Notas acerca das migrações internacionais no século 21. In: **Migração internacional** / Rosana Baeninger (Org.) – Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2013

BALIBAR, Etienne. Racisme et nationalisme: une logique de l’excès. In : Michel Wieviorka, **Racisme et modernité**, Paris, La Découverte, 1993

_____. El “racismo de clase”. In: WALLERSTEIN, Immanuel; BALIBAR, Etienne. **Raza, Nación y Clase**. Título original: Race Nación Classe. Les Identités Ambigües. Madrid, IEPALA, 1991

BRASIL. Polícia Federal. Ministério da Justiça de São Paulo. Coordenação Geral de Polícia de Imigração. **Imigração Venezuela/Brasil**. Trafégo Migratório. (Online). Publicado em 30 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/apresentcao-policia-federal-ate-abril-de-2019.pdf>. Acesso em: 18/05/2019

_____. Ministério do Trabalho. Conselho Nacional de Imigração – CNIg. Maioria de imigrantes venezuelanos é de jovens com boa escolaridade. **Portal do Ministério do Trabalho** (online), 12 de setembro de 2017. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/noticias/4987-maioria-de-imigrantes-venezuelanos-e-de-jovens-com-boa-escolaridade>. Acesso em: 12/09/2017

_____. Resolução Normativa n. 97 de 12 de janeiro de 2012. **Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti**. Brasília, DF, 2012

_____. Lei 6.815 de 19 de agosto de 1980. **Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração**. Brasília, DF, 1980 (Revogada)

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**; tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005

_____, 1925 – **Amor líquido**: sobre a fragilidade das relações humanas / Zygmunt Bauman: tradução, Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004

BERMÚDEZ, Carlos Romero. Voy después de ti. Aproximación etnográfica a las redes migratorias de haitianos en Venezuela. **Espacio Abierto**, n. 3, vol. 26, 2017

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUONFIGLIO, Maria Carmela. **RELAÇÕES PERIGOSAS: a flexibilidade das relações de trabalho na atualidade no Brasil e Itália.** In: **Cenários, transformações, desafios e perspectivas no mundo do trabalho: autonomia e autogestão do trabalho.** / Organizadores, Carlos Roberto Horta, Cândida da Costa – Manaus: Edua, 2013

CABECINHAS, Rosa. “Nós somos diferentes, mas eles são todos iguais”: Estereótipos e percepção da variabilidade grupal entre jovens angolanos e portugueses. Apresentação efectuada no **Colóquio de Sociologia das Organizações**, 5, Braga, 1998. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/1988>. Acesso em: 13/12/2018

CARVALHO, Paola. Pesquisa revela perfil intolerante de boavistenses com venezuelanos. Folha Web (online). Publicado em: 24/10/2017. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/Pesquisa-revela-perfil-intolerante-de-boavistenses-com-venezuelanos/33484>. Acesso em: 26/03/2018

COLLIN, Denis. **Compreender Marx.** Tradução de Jaime Clasen – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

COUTO, Kátia. Do Caribe para a Amazônia: a migração fomentando a conexão entre as duas regiões. In: **Em busca do Eldorado: o Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais.** / Organização de Sidney A. da Silva e Glaucia O. Assis. Manaus: EDUA, 2016

DAL GALLO, Priscila M. O método do diário: buscando a experiência de ser migrante. **Ateliê Geográfico**, Goiânia – GO, v.4, n.3, agos/2010.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!:** a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008

DAMASCENO, Fernando Sérgio. **A face oculta da Venezuela: do controle operário da produção à hegemonia de Chávez.** São Paulo: ILAESE, 2015.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade/ Norbert Elias e John L. Scotson; tradução, Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind; apresentação e revisão técnica, Federico Neiburg. – Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2000

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra;** tradução Anália C. Torres. Porto: Edições Afrontamento, 1975

FELDMAN-BIANCO, Bela. O Brasil frente ao regime global de controle das migrações: Direitos humanos, securitização e violências. In.: In.: **Travessia - Revista do Migrante.** Publicação do CEM – Ano XXXI, nº 83, Maio – Agosto/2018

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil.** São Paulo: Dominus, Editora da Universidade de São Paulo, 1966

FGV (Fundação Getúlio Vargas). A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para política públicas [recurso eletrônico] / Fundação Getúlio Vargas, Diretoria de Análise de Políticas Públicas – Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2020

FOUCHER, Michel. **Obsessão por fronteiras** / Michel Foucher; tradução de Cecília Lopes –

São Paulo: Radical Livros, 2009.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência**: Segundo Volume de Uma Crítica Contemporânea ao Materialismo Histórico / Anthony Giddens ; tradução Beatriz Guimarães – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GOMBATA, Marsílea. Chavista nunca superou modelo rentista do petróleo. **Valor Econômico** (online). Publicado em: 29/08/2017. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2017/08/29/chavismo-nunca-superou-modelo-rentista-do-petroleo.ghtml>. Acesso em: 07/01/2020

HANDERSON, J. **Diáspora**: as dinâmicas de mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015

_____. Diáspora: sentidos sociais e mobilidade haitiana. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 51-78, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832015000100003>. Acesso em: 25/05/2017

HARTOG, François. **Memórias de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga**/ tradução de Jacyntho Lins Brandão – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural; tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 17. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2008

HOBSBAWM, E. J. (Eric J.), 1917 – **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade; tradução Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino – [Ed. Especial] – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Projeção da População 2018: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047. Agência IBGE Notícias (online), 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047>

IPSOS. Perigos da Percepção 2018. **Ipsos Game Changers** (Online). Publicado em 4 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/perigos-da-percepcao-2018>. Acesso em: 15/06/2019

JAROCHINSKI SILVA, J.C. *et al.* Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados. *R. bras. Est. Pop.*, v.34, n.1, p.15-30, jan./abr. 2017

JUBILUT, L. L.; APOLINÁRIO, S. M. O. S. A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração. **Revista Direito GV**, v. 6, n. 1, p. 275-294, 2010. KREIN, José Dari;

WEISHAUPT PRONI, Marcelo. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Escritório da OIT no Brasil – Brasília: OIT, 2010

LAFRONT. Entrevista com Márcia Maria de Oliveira, professora da Universidade Federal de Roraima. Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais – LAFRONT (online). Publicado em 5 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.gpfronteras.com/post/entrevista-com-marcia-maria-de-oliveira-professora-da-universidade-federal-de-roraima>. Acesso em: 06/02/2020

LANDER, Edgardo. Venezuela: el fracaso del proceso bolivariano. **Aporrea** (online). Publicado em: 16/08/2018. Disponível em: <https://www.aporrea.org/ideologia/a267859.html>. Acesso em: 07/01/2020

LESSA, Sergio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. - 3. ed. revista e corrigida – São Paulo: Instituto Lukács, 2012

LEVEL, B. P. L.; JAROSCHINSKIS SILVA, J. Venezuelanos no Brasil e o atendimento humanitário. In: **Direitos Humanos e vulnerabilidade e o direito humanitário** / Liliana Lyra Jubilut ... [et al.], organizadores – Boa Vista: Editora da UFRR, 2019

LIMA, Marcus; VALA, Jorge. Racismo e democracia racial no Brasil. In.: **Percursos da Investigação em Psicologia Social e Organizacional**, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 233-253.

LOUIDOR, W. E. Uma história paradoxal. In: **Haiti por si**: a reconquista da independência roubada / Adriana Santiago [organizadora]. – Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013

MACHADO, Fernando Luis. Contextos e percepções de racismo no quotidiano. **Sociologia, Problemas e Práticas** [online], n.36, 2001. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087365292001000200004. Acesso em: 13/12/18

_____. Os novos nomes do racismo: especificação ou inflação conceptual? **SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS**, nº 33, 2000, pp. 9-44.

MAGALHÃES, L. F. A.; BAENINGER, R. Imigração haitiana no Brasil e remessas para o Haiti. In: BAENINGER, R. et al. (orgs) Imigração haitiana no Brasil, Jundiaí: Paco Editorial, 2016

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996

MARQUES, J.F. O racismo e a modernidade: algumas reflexões a partir da Sociologia. In: Manuel Carlos Silva e José Manuel Sobral (Org.) **Etnicidade, Nacionalismo e Racismo. Migrações, minorias étnicas e contextos escolares**, Porto, Afrontamento, 2014

_____. A Europa e os novos racismos; algumas reflexões. In.: **Estudos II**, Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, Faro, 2005 (5-24)

_____. Racismo, etnicidade e nacionalismo. Que articulação. In.: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 61, Dezembro, 2001

_____. Ainda podemos falar de "raças"? A "raça" enquanto conceito sociológico. In: **O que é a Raça?** Um debate entre a Antropologia e a Biologia, OIKOS/Associação Portuguesa de Biólogos/Associação Portuguesa de Antropologia, Lisboa, 1997

_____. O estilhaçar do espelho. Da raça enquanto princípio de compreensão do social a uma compreensão sociológica do racismo. In.: **Ethnologia**, nova série, n. 3-4, Departamento de Antropologia – FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 1996, p. 39-57

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I / Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 34º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição / István Mészáros; tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2002

MIGRAÇÃO venezuelana vai transformar RR no 'pior Estado do Brasil', diz relatório de Comissão. **Roraima em Tempo** (online). Publicado em: 04/06/2019. Disponível em: <https://roraimaemtempo.com/ultimas-noticias/migracao-venezuelana-vai-transformar-rr-no-pior-estado-do-brasil-diz-relatorio-de-comissao-,300724.jhtml#:~:text=Um%20relat%C3%B3rio%20da%20Comiss%C3%A3o%20de,%20pior%20Estado%20do%20Brasil'.&text=Afirma%20ainda%20que%2C%20desde%202016,fronteira%20que%20existe%20em%20Roraima.> Acesso em: 04/02/2020

MILESI, Rosita, et al. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. **Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v. 13, n. 13 (2018). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise Textual Discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. In: **Ciências & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. In: **Ciência & Educação**. Bauru, SP, v. 9, n. 2, p. 191-210, 2003

OIM (Organização Internacional para as Migrações). **Informe de interiorização de migrantes venezuelanos no Brasil**. (Informe). OIM & Ministério da Cidadania: maio de 2020

_____. **Monitoramento do Fluxo da População Venezuelana**. DTM Brasil – Rodada 5 (Relatório). OIM, Brasil, 2019. Disponível em: <https://displacement.iom.int/system/tdf/reports/27.01.2020%20OIM%20Brasil-%20DTM%20Rodada%205.pdf?file=1&type=node&id=7750>. Acesso em: 27/06/2020

_____. **World Migration Report**. (Relatório). OIM, Suíça, 2018

_____. **Migração Haitiana para o Brasil**: Diálogo Bilateral (Relatório). MTE, OIM & GDEP: 2010.

OLIVEIRA, Márcia Maria de; SILVA, Elias Oliveira da. A migração haitiana na Amazônia à luz dos estudos de gêneros. In: **Em busca do Eldorado: o Brasil no contexto das migrações**

nacionais e internacionais / Organização de Sidney A. da Silva e Glaucia O. Assis. Manaus: EDUA, 2016

OLIVEIRA, Márcia Maria de. Desafios e Perspectivas da mobilidade humana na Amazônia contemporânea. In: **Textos & Debates**, Boa Vista, n. 27, v. 1, p. 107-121, jan./jun. 2015

PEREIRA, José Carlos. Direitos Humanos, Securitização e Criminalização de Migrantes: Esquizofrenia nas Políticas de Acolhimento. In: **Travessia** - Revista do Migrante. Publicação do CEM – Ano XXXI, nº 83, Maio – Agosto/2018

POCHMANN, M. [et. al.] (orgs.). **Atlas da exclusão social**, volume 4: a exclusão no mundo. São Paulo: Cortez, 2004

R4V - Plataforma de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela , **Venezuela: Refugiados y migrantes de Venezuela. América Latina y el Caribe. A enero de 2019.** Publicado em 15 de Fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.refworld.org/es/docid/5c6c46814.html>. Acesso em 03 de abril 2019.

RIBEIRO, Vicente Neves da Silva. Venezuela bolivariana: disputas pelo controle do petróleo em perspectiva. In: **A Era Chávez e a Venezuela no tempo presente** / Karl Schurster, Rafael Araujo, organizadores. – Rio de Janeiro: Autografia; Edupe, 2015

RIBEIRO, Victor. Governo prorroga por um ano Operação Acolhida a venezuelanos. **Agência Brasil** (online), 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-01/governo-prorroga-por-um-ano-operacao-acolhida-venezuelanos>. Acesso em: 12 de abril de 2019

RODRIGUES, Francilene dos Santos, et. al. Migrações, trânsitos transfronteiriços e mercado laboral na Pan-amazônia: Brasil, Venezuela e Guiana. In: **Migrações e outros deslocamentos na Amazônia Ocidental: algumas questões para o debate** / organização Carla Monteiro de Souza. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Nacionalidade no pensamento social brasileiro e venezuelano e o lugar Guayana**. Manaus: EDUA, 2014

_____. Pesquisa de campo. **Projeto de pesquisa**: “Deslocamentopopulacionais na Tríplice Fronteira Brasil-Venezuela-Guiana”, realizado em Roraima, Venezuela e Guiana, orientadora pela Prof.a Dr^a. Francilene Rodrigues, junto ao CNPq/UFRR, Boa Vista, 2008.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Glacia de Oliveira. Teoria das Migrações Internacionais. In: **XII Encontro Nacional da ABEP 2000**. Caxambu, outubro de 2000. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf. Acesso em: 25/04/2017

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**; tradução Angélica Freitas. – 1ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016

SAVIANI, Dermeval. Transformação do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: **Capitalismo, trabalho e educação** / José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani, José Luís Sanfelice (orgs.) – Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**; tradução Cristina Murachco – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998

SCHURSTER, Karl; ARAÚJO, Rafael. A Venezuela entre 1989 e 2013: crises, rupturas e continuidades. In: **A Era Chávez e a Venezuela no tempo presente** / Karl Schurster, Rafael Araujo, organizadores. – Rio de Janeiro: Autografia; Edupe, 2015

SINGER, Paul. A precarização é causa do desemprego. **Folha de São Paulo**. 10/12/1995. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/10/dinheiro/5.html>. Acesso em: 13/06/2017

SOUSA, Ana Lúcia de. **A reforma educacional brasileira da década de 1990: crítica à opção preferencial pela mercantilização do ensino** / Ana Lúcia de Sousa. São Paulo: UFSCar, 2004 Tese de Doutorado

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**; 15 (2): 18-41; jul./dez. 2003

TERESI, Verônica Maria; HEALY, Claire. **Guia de referência para a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil** / Verônica Maria Teresi, Claire Healy. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, 2012

VALA, Jorge (Org.). **Os novos Racismos**. Perspectivas Comparativas. 1. Ed. Celta Editoras: Oeiras, 1999

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática**. Brasília: FUNAG, 2007

WALLERSTEIN, Immanuel. Universalismo, racismo y sexismo, tensiones ideológicas del capitalismo. In: WALLERSTEIN, Immanuel; BALIBAR, Etienne. **Raza, Nación y Clase**. Título original: Race Nación Classe. Les Identités Ambigües. Madrid, IEPALA, 1991

WIEVIORKA, Michel. **O racismo, uma introdução** [tradução Fany Kon] – São Paulo: Perspectiva, 2007

_____. **La démocratie à l'épreuve: nationalisme, populisme, ethnicité**, Paris, La Découverte, 1993.